

MARIA DE FÁTIMA DA CUNHA

**A FACE FEMININA DA MILITÂNCIA CLANDESTINA DE ESQUERDA -
BRASIL ANOS 1960/70**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Prof. Dr. Edgar S. de Decca.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela comissão julgadora
em __/__/__.

BANCA

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca (orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Clementina Pereira Cunha (membro)

Prof^ª. Dr^ª Bela Feldman Bianco (membro)

Prof^ª Dr^ª. Ana Paula Vosne Martins (membro)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (membro)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Stella Martins Bresciani (suplente)

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (suplente)

Março/2002

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	C914f
V	EV
TOMBO SCI	48476
PROC.	16-837102
C	☐
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	
Nº CPD	

CM00166688-4

BIB ID 237831

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C914f Cunha, Maria de Fátima da
A face feminina da militância clandestina de esquerda – Brasil
anos 1960/70 / Maria de Fátima da Cunha - Campinas, SP :
[s.n.], 2002.

Orientador: Edgar Savadori De Decca
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres. 2. Nova Esquerda (Ciência política).
3. Guerrilhas - Brasil. 4. Brasil – História – 1960-1970.
I. De Decca, Edgar Salvadori. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para todas as pessoas que ainda sabem sonhar.

200277486

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS:	6
INTRODUÇÃO: sobre as mulheres	9
CAPÍTULO I: Homens e mulheres na clandestinidade: existiam diferenças?	30
1- Elaborando as Diferenças	32
2- A Esquerda e a Questão Feminina	40
3- Várias Memórias sobre as Diferenças	50
CAPÍTULO II: Antes da Clandestinidade e da Prisão	87
1- A Representação Histórica do Passado sob a Perspectiva de Gênero..	89
2- Elas, o Golpe e o AI-5	97
CAPÍTULO III: O Que Era Ser Mulher Nesses Anos?	118
1- Revistas Femininas: ensinando a ser mulher	120
2- O que era ser mulher nesses anos: memórias militantes.....	146

CAPÍTULO IV: Frente a Frente com o inimigo: prisão e tortura	160
1- A Tortura nas Cartilhas da Repressão	162
2- A Hora da Tortura	181
 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Apesar de Tudo..	196
 BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	206

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer pode, às vezes, tornar-se injusto por incorrer em esquecimento e omissão de pessoas muito caras à nossa amizade. Correndo esse risco, não posso deixar de citar os nomes de alguns amigos que, por diferenciados motivos, partilharam comigo as alegrias e as incertezas que fizeram parte da elaboração desta pesquisa. Agradeço, portanto, ao professor e amigo José Miguel Arias Neto, por tornar divertidos e prazerosos vários momentos das viagens de pesquisa ao Rio de Janeiro; também à amiga Silvia Cristina Martins de Souza e família, por acolher-me em sua casa nos momentos de finalização do meu doutorado.

Agradeço aos demais professores do Departamento de História da UEL, pela ajuda e colaboração, em especial, André Joanilho, Gilmar Arruda e Claudiomar R. Gonçalves, pela leitura e valiosa discussão da tese, em fases diversas de sua redação. Aos meus alunos, que souberam suportar minha ansiedade e mau-humor nos meus piores dias, e acima de tudo, participaram comigo de discussões e debates em cursos e palestras sobre vários temas que compõem a minha pesquisa. Agradeço também à professora Célia Regina da Silveira, pela ajuda no difícil trabalho de transcrição das fitas, à professora Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, da UEM, por compartilhar o estudo de um período tão difícil e, ao mesmo tempo tão instigante; ao professor Francisco Assis de Queiroz pela incomparável arte da correção ortográfica, assim como às professoras Bela F. Bianco e Maria Clementina Pereira Cunha, da UNICAMP, pela atenção e análises acuradas no exame de qualificação; aos funcionários do Arquivo Edgar Leuenroth, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo da Marinha e Fundação Getúlio Vargas, pela presteza e

solicitude de seus serviços, bem como à CAPES, pela concessão de bolsa PICD, que subvencionou parte da pesquisa.

De maneira especial, agradeço imensamente ao professor Edgar S. de Decca, que sempre acreditou na minha capacidade para conduzir o trabalho a bom termo e me permitiu e incentivou alçar vôos com toda a liberdade possível.

Sou muito grata à Janete, Marcia, Ana, Cristina, Jouse, Edna, Cidinha e Claudete, amigas que dividiram comigo outros caminhos da vida que correm paralelo à feitura de uma tese. Quero, ainda, externar a minha dívida de gratidão para com meu irmão Cunha, sua esposa, Iracema, seus filhos Andréia e Diego, seus netos Gabriel e Daniela, à minha irmã *Nenê* e seu marido Wilson, que souberam ser a família que eu sempre precisei. Ao meu pai que a morte, infelizmente, não permitiu ver o final dessa minha caminhada.

Por último, gostaria de dizer muito obrigada às mulheres que se dispuseram a partilhar comigo, de forma generosa e sincera, suas lembranças mais terríveis e também felizes, de um tempo por demais conflituoso.

INTRODUÇÃO

“(...) quem quiser pesquisar esses tempos tem que, descobrir nas palavras expressas, aquilo que não foi dito, porque a tortura quebrou antes, o choque enrolou a língua antes, o carrasco colocou o capuz antes (...) todo mundo que possa e saiba contar uma história desses tempos que conte, quem não sabe, tente. Em prosa, verso, gesto ou grito (...)”

Alex Polari

INTRODUÇÃO:

SOBRE AS MULHERES...

Ao verificarmos a produção memorialística sobre a experiência guerrilheira dos anos 1960 e 1970, constata-se que ela é predominantemente masculina.

Livros como *Memórias das Mulheres do Exílio*, organizado por Albertina O. Costa, ou *As Moças de Minas*, de Luiz Manfredini, ambos escritos na década de 1980, constituem-se numa exceção. Os anos 1990 trouxeram, pouco a pouco, valiosos acréscimos. Foram publicados vários livros que procuram abordar, especificamente, a construção de uma memória feminina sobre o período da repressão militar no Brasil. Livros biográficos que se debruçavam sobre a vida de mulheres que viveram a experiência guerrilheira como, por exemplo, Iara Lavelberg, mostram essa preocupação, bem como reportagens na imprensa e documentários como o de Lúcia Murat, *Que Bom Te Ver Viva*, que traz depoimentos de várias ex-guerrilheiras.

Ao iniciarmos a pesquisa em 1996 contávamos, então, com reduzido material bibliográfico sobre a participação das mulheres na guerrilha. No decorrer da pesquisa foram publicadas outras obras que abordavam essa temática e que acabaram por constituir-se em leitura essencial e também em rica fonte documental. Entre esses livros, podemos citar: *Mulheres, Militância e Memória*, de Elizabeth Xavier Ferreira, na área de Antropologia Social, *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, da historiadora Ana Maria Colling, *Mulheres que Foram à Luta Armada*, do jornalista Luiz M. Carvalho e, posteriormente a tese de Ruth Ribeiro de Lima, *Nunca é Tarde para Saber: Histórias de Vida. Histórias de Guerrilha*.

Todos esses livros trabalham com as memórias das mulheres que participaram das organizações guerrilheiras de esquerda trazendo, quase todos, transcrições das entrevistas daquelas mulheres. Assim, deve-se deixar claro que todas essas obras acabaram constituindo-se em preciosas fontes documentais sobre essa temática, às quais recorreremos em diversos momentos.

Pelo menos dois desse livros –a obra de Ana Maria Colling e de Elizabeth Ferreira- possuem em comum a abordagem de alguns temas: a militância política dessas mulheres, a entrada na luta armada, a vida na clandestinidade, a prisão e a tortura. Embora não seja tema central, ambos acabam por tocar na questão da especificidade da atuação feminina na luta armada, enfocando discussões relacionadas ao que podemos identificar como questões de gênero.

O livro do jornalista Luiz M. Carvalho traz, essencialmente, a fala das ex-guerrilheiras. Ao contar suas experiências íntimas (gravidez, aborto, casos amorosos ...), as ações de guerrilha, como assaltos, seqüestros e o cotidiano da clandestinidade, acaba por se transformar em farto material de pesquisa.

Elizabeth Xavier Ferreira realizou treze entrevistas com ex-guerrilheiras, em sua grande maioria participantes da guerrilha urbana. Conforme a autora, durante mais de vinte anos uma grande parcela dos agentes sociais que protagonizaram os acontecimentos do período da ditadura não puderam contar a sua própria história. E, nesse sentido, Ferreira entende que o testemunho da “categoria mulher”, em especial daquelas que lutaram contra o regime militar, é um testemunho valioso, porque reconstitui a trajetória coletiva de um grupo de mulheres, bem como suas trajetórias individuais, num processo de constante interação dessas duas instâncias. Para ela, igualmente, é construída uma versão desse período da história brasileira, fazendo-as emergir como agentes, já que até

então, em seu entendimento, tinham estado sistematicamente ausentes dos registros históricos, por imposição de sua condição de gênero que universalmente as teria separado da vida pública, ou, quando finalmente estavam presentes, como no caso das militantes, eram retiradas de cena pela repressão violenta. Entretanto, para Elizabeth Ferreira, no período militar elas não foram os únicos sujeitos afastados do curso e do registro da história:

“Naquela vez, não foram excluídas por serem mulheres, mas por sua posição ideológica e por sua ação política que enfrentava o regime ao desafiar a Lei de Segurança Nacional.”¹

Ana Maria Colling realizou nove entrevistas -sendo seis com mulheres e três com homens-, no Rio Grande do Sul.² Segundo a autora, a opção pelo tema se deu pela tentativa de recuperar sujeitos destinados ao silêncio das paredes domésticas. E mais, para Colling:

“Muitos trabalhos sobre o período militar têm sido elaborados, mas o espaço da mulher dentro dele ainda não foi definido. A mulher militante, a mulher “subversiva”, ainda é uma lacuna a ser ocupada na historiografia brasileira”.³

A tese de Ruth Ribeiro de Lima objetiva, segundo a mesma, essencialmente produzir fontes, a partir da história oral, para que se possa conhecer o “real papel” desempenhado pelas mulheres na guerrilha

¹ As entrevistadas não aparecem no livro com seus verdadeiros nomes, porque, segundo a autora, como algumas mulheres optaram pelo anonimato, o critério ficou válido para todas.

² Apesar dos entrevistados autorizarem a utilização dos nomes verdadeiros, Ana Maria Colling optou por usar pseudônimos, com a intenção de preservá-los.

³ COLLING, Ana Maria – *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil* – RJ – Record/Rosa dos Tempos – 1997 – p. 10.

brasileira” e para que se tenha, principalmente, “a história da guerrilha contada a partir do ótica feminina”.⁴

Acredito que o tom diferenciador entre o nosso trabalho e os citados acima consiste, principalmente, na utilização e confronto que fazemos entre os relatos das mulheres militantes com outros documentos. Ou seja, nosso trabalho não possui como característica partir somente da fonte oral, dado praticamente comum, pode-se dizer, entre as outras obras. Também tivemos a oportunidade de refletir sobre esses materiais já produzidos sobre o tema –o que possivelmente não pôde ser feito por esses autores em vista do ineditismo da temática que enfrentavam quando elaboraram suas pesquisas-, cruzando informações, confrontando dados e comparando as formas de abordagem. Outra singularidade que podemos citar é o fato do nosso interesse não ser dirigido unicamente às mulheres que pertenceram a organizações que optaram pela luta armada, mas também àquelas que não foram para a guerrilha, pois constatamos que muitas destas também sofreram e viveram experiências semelhantes, como prisão, tortura, exílio e principalmente a clandestinidade. Isso porque, aqueles que ascenderam ao poder com o regime militar, procuravam não poupar ninguém que fizesse qualquer tentativa de oposição, ou seja, aos olhos do aparato de repressão montado no pós-1964, todo opositor era considerado, independente de sexo ou partido, um inimigo a ser combatido.

Por último, a minha preocupação central é analisar se existia uma diferenciação, baseada em distinções de gênero, na atuação de homens e mulheres na experiência clandestina de esquerda, o que, para os outros autores, é uma questão secundária.⁵

⁴ LIMA, Ruth Ribeiro de – *Nunca é tarde para saber: Histórias de Vida. Histórias de Guerrilha*. – Tese de Dout. – USP – SP – 1998.

⁵ Elizabeth Ferreira tem por objetivo central, em seu livro, reconstituir a trajetória coletiva de um grupo de mulheres, bem como suas trajetórias individuais, construindo através da interação dessas duas instâncias uma outra versão desse período da história brasileira, trazendo, igualmente, as mulheres como agentes que sistematicamente tinham permanecido ausentes e sem registros

Através desses autores pudemos comprovar o quanto a participação feminina nas esquerdas, armadas ou não, significou um avanço ao romper com determinados padrões de comportamentos femininos que vigoravam até então. No entanto, como argumenta Elizabeth X. Ferreira, os relatos das militantes revelam uma realidade que não sugere apenas essa perspectiva de ruptura com todo um modo de vida. Segundo a autora, o que surge dessas falas é, no mínimo, desconcertante, em especial pelo seu caráter insólito e pelo fato de que elas tinham como palco, na maioria das vezes, as ruas, os espaços públicos das grandes cidades, convivendo com o fluxo normal da vida cotidiana e, no entanto, apartadas desse curso, mesmo quando com “identidade fria”, nele circulavam e agiam. Além do mais, o clima geral de otimismo, intensificado e sustentado pelos meios de comunicação, chocava-se com a interpretação que a esquerda fazia dessa realidade, além de criar uma atmosfera irreal para quem vivia na clandestinidade, pelo contraste que revelava entre duas dimensões de um mesmo país: o legal e o clandestino, sem mencionar outros contrates⁶.

Do ponto de vista psicanalítico, Maria Auxiliadora Arantes, chega à conclusão de que o perigo mais comum da clandestinidade era o desespero e a desagregação subjetiva, em resposta à situação prolongada e difícil a que o militante estava submetido. A incapacidade de dar respostas adequadas à situação ou de agüentar viver sem respostas por um tempo prolongado, a incapacidade de se adaptar ao isolamento, as limitações, as tensões permanentes, a impotência circunstancial diante destas limitações,

históricos. Ana Maria Colling pretendeu entender como os discursos, tanto da própria esquerda, quanto da repressão, construíram uma identidade de gênero a respeito das mulheres e as relações de poder nos mesmos, percebendo-os enquanto eventos históricos. Por último, o trabalho de Luiz M. carvalho mostra, segundo as palavras do autor, “uma história real do cotidiano da guerrilha”, relatados por um jornalista, através de seu ofício, ou seja, das entrevistas das guerrilheiras.

⁶ FERREIRA, Elizabeth X. – Op. Cit. – pp. 27-28.

podiam levar o militante ao “desespero momentâneo circunstancial” ⁷. E, para Arantes, uma opção feita nessas circunstâncias tinha um custo humano extremamente alto, e era fruto de uma luta onde se jogava toda uma vida, o passado, o presente, o futuro: *“os que não conseguem resolver este problema, (quando a crise se manifesta), de modo geral, ou conseguem uma falsa solução que simplesmente adia seu desfecho, ou se desestruturam rápida e drasticamente, e perdem o sentido da coerência individual, o sentido da vida”*. Em depoimento dado a esta autora, um militante identificado pelas siglas MLBC, relata que toda vez que refletiu sobre a sua clandestinidade, veio a sensação de sonho, vivido intensamente:

“(...) como se tivesse sido real e tão concreto, que eu vivi intensamente, as descobertas, as ousadias, os medos as tensões, os prazeres, as alegrias, as determinações. Na verdade, apesar de toda a crueza da vida clandestina, essa foi pra mim uma forma diferente de viver (...) foi um refazer de vida comum de trabalho, de amizades com companheiros e com a massa”.

Um outro exemplo do que poderia ser a vida clandestina nas ruas dos grandes centros urbanos, com a sua enorme carga de tensão e ansiedade, diante da necessidade de agir e pensar com rapidez para driblar as batidas policiais, assim como a disposição sempre presente para matar ou morrer, podem ser percebidos através de uma passagem do livro de Carlos Eugênio Paz:

⁷ ARANTES, Maria Auxiliadora Almeida Cunha – *Pacto Re-velado* – Abordagem psicanalítica de fragmentos da vida militante clandestina. – SP - PUC – 1993 – (diss. de mestrado) – mimeo. –p. 116.

“Deixar as ruelas quando se tem a cabeça a prêmio é um erro fatal. Avenida de mão dupla com canteiro no centro, bairro afastado, trânsito fluente, ligo o rádio, concentro-me em guiar rápido. Os carros diminuem a marcha, param. Sinal de batida, de carro ou de tira. A outra pista fica deserta, confirmando a pior hipótese. A polícia brota do asfalto com uma eficiência na arte do cerco que elimina as possibilidades de uma manobra brusca. É melhor ficar quieto. Mais uma vez cercado... merda, não perco essa mania (...) Compasso de espera, avanço metro a metro, minuto a minuto até a barreira formada pelas tradicionais Veraneio, estacionadas perpendicularmente às calçadas e ao canteiro central, deixando passar um carro por vez, que é revistado e liberado. Decisão tomada desde que entrei na luta, morro mas levo uma porção comigo. Bala não falta, audácia sobra. No olhar do policial havia medo, todo mundo morre de medo e é feroz para sobreviver.”⁸

Para Elizabeth Ferreira, embora o anonimato fosse uma característica da vida em centros urbanos, aquele vivido pelas guerrilheiras e seus companheiros era de outra ordem, como o era também o trânsito entre as diversas esferas da vida social percorridas voluntária ou involuntariamente pelos guerrilheiros. Assim, o descompasso entre as vidas desses sujeitos e o ambiente cultural no qual agiam e do qual desapareciam, era revelado por sua condição especial dentro do espaço. Tal espaço constituía-se, por excelência, no grande potencial articulador do projeto revolucionário gestado, no país, pelas características da sociedade nele produzida.⁹

⁸ PAZ, Carlos Eugênio – *Viagem à luta Armada* – Memórias Romanceadas – RJ – Civilização Brasileira – 1996- p - 27

⁹ FERREIRA, ELIZABETH X., - op. cit.. - p. 28.

Em outras palavras, percebe-se através das entrevistas por ela realizadas que, apesar de incursões e ações no campo, a guerrilha no Brasil era urbana e, em grande medida, “burguesa”. Assim, é possível dizer que o ambiente físico e cultural onde transcorriam as ações da guerrilha e das forças da repressão foi, ao mesmo tempo, palco e abrigo produzindo redes secretas tanto de informações como de solidariedade: “Palco para o combate, abrigo para a tortura e para a clandestinidade”.

E assim, de novo, a pergunta se coloca: o que as mulheres que viveram as experiências dos anos 1960 e 1970 no Brasil teriam para falar sobre esses anos?

Estou falando de mulheres, da “face feminina” de um tema em particular, a militância clandestina de esquerda. E deve-se lembrar que esta face se fez paralelamente com o seu oposto, o mundo masculino. Para tanto, será necessário recorrermos aos depoimentos de ex-militantes, em especial, que viveram esse período, ou seja, à memória construída por essas mulheres, entendendo-a como um processo e não como um depósito de dados, como nos lembra Alessandro Portelli.

Para esse autor, “... à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhada...”. Assim, para Portelli, “...as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma (...) exatamente iguais...”¹⁰

¹⁰ Por esse motivo Portelli prefere utilizar o termo “memória coletiva” com cuidado. Em suas palavras “... Embora estejamos trabalhando com o intuito de registrar lembranças que possam ser coletivamente compartilhadas e aproveitadas, devemos ser cautelosos ao situá-las fora do indivíduo. Por diversos motivos (...) esse procedimento seria questionável, em termos éticos, pois tenderia a fazer com que encarássemos os indivíduos como intercambiáveis e desinteressados do próximo...” – Cf. PORTELLI, A. – “Tentando entender um pouquinho – Algumas reflexões sobre ética na História Oral. – In: *Projeto História*, no. 15, PUC – SP – 1997 – p. 16.

Procurando vasculhar a minha própria memória dos anos 1960, visto que nasci em 64, tento perceber se tenho alguma lembrança desses anos, pois a pouca idade que tinha à época coloca limites à tentativa. Para minha surpresa, percebo que lembro de muitas coisas, fatos que eu não percebia o quanto eram significativos e que talvez tenham despertado o interesse pelo estudo desse período.¹¹

Lembro-me de um velho rádio, relíquia de minha mãe, através do qual ouvíamos novelas da Rádio Nacional e programas que tocavam freneticamente músicas da jovem-guarda que eu, com meus cinco anos, aproximadamente, pensava saber cantar muito bem. O meu maior orgulho era um vestidinho amarelo com botões em forma do famoso calhambeque do Roberto que, aliás, ainda guardo como lembrança. Vêm também, à tona, lembranças que à época eu não entendia, como, por exemplo, os adesivos no caminhão do meu pai: *Brasil, ame-o, ou deixe-o*. Minha irmã lia para mim o que estava escrito, mas por muito tempo, mesmo depois que aprendi a ler, eu não entendia o significado, obscuro para mim, então. Afinal, se todos amavam o Brasil, por que deixá-lo?

Talvez essa dificuldade de compreensão não fosse unicamente minha, à época. Há que se dizer que a conjuntura brasileira dos anos sessenta e setenta, colocava entraves a tentativas de entendimento de diversos segmentos sociais, em especial daqueles afastados de discussões políticas mais profundas, pois apontava para a busca de inúmeras formas de transformação da realidade social, moldando-a a interesses particulares. Esses interesses podiam buscar tanto o desencadeamento de processos revolucionários radicais, quanto alcançar

¹¹ Acredito na importância da utilização das minhas próprias reminiscências desse período, pois como aponta Alistair Thomson, explorar a relação entre entrevistador e entrevistado, pode levar a uma compreensão mais ampla do estudo da memória. Cf. THOMSON, A. – “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias” In: *Projeto História*, no. 15, op. Cit. – p. 26.

tênuas mudanças circunscritas a aspectos que poderiam ser considerados conservadores.

Basicamente, dois projetos se apresentavam nesse embate: de um lado, aquele colocado em prática por parcela significativa da chamada “classe dominante” –representada pelos grandes capitalistas nacionais- que pretendia desenvolver uma política reacionária com perspectivas modernizantes-conservadoras pautada, sobretudo, pelo desejo de racionalização do social e de construção do “seu mundo” particular, onde não cabia pensar outra coisa, a não ser atender aos seus interesses e da elite que estava no poder. De outro, o projeto da esquerda –ou de parte dela- que também visava à edificação de um mundo próprio. Um mundo mais justo, mais partilhado, como requeria a causa revolucionária levantada pelas bandeiras do marxismo-leninismo, ou pelos ideais de Che-Guevara e Mao-Tse-Tung.

Nesse sentido, há que se entender que os grupos armados que pretendiam chegar ao socialismo através da guerrilha, não tinham como propósito, única e fundamentalmente, opor uma resistência pontual ao regime militar. Existia, na verdade, um projeto de guerrilhas no Brasil, anterior ao golpe de 64, estimulado pelos exemplos cubano, chinês, vietnamita e mesmo pela tradição bolchevique. A “necessidade” da guerrilha já vinha sendo apontada pela atuação efetiva de movimentos do porte das Ligas Camponesas.

Dessa forma, o embate que se travou entre os projetos, de direita e de esquerda, passa a ser sentido pela sociedade, através de mecanismos repressivos, como a perseguição, prisão e tortura, até outros, um pouco mais sutis, como os *slogans* criados pela ditadura militar. Nesse campo, os anos 70 trouxeram um outro adesivo para o caminhão do meu pai: *Prá Frente Brasil!* Desse eu gostava mais, pois me lembrava da copa de 70.

Nessa mesma década uma série de outras transformações ocorreram na vida da minha família, principalmente a falta de dinheiro, que nos obrigaria a mudar de casa. Desses anos tenho também uma vaga recordação de ver um cartaz, junto com meu irmão, em algum lugar, sobre “terroristas” perigosos à solta. Lembro-me do medo que eu senti, então.

Em 1971, ingressei na escola primária. Eu gostava da escola, mas não daquelas intermináveis sessões de hasteamento da bandeira, e a obrigatoriedade de decorar tantos hinos. Em casa a situação financeira continuava cada vez mais séria, mas na escola aprendíamos que o Brasil era um país maravilhoso: o verde mais verde, a terra mais fértil, as riquezas imensas. Não éramos pobres, pertencíamos a um país “em desenvolvimento”, assim a professora explicava. Terminada a 4ª. série primária, em 1974, - o país entrava no período de distensão, o “milagre” começava a desmoronar - a situação financeira não estava muito melhor. E assim, fiz o primeiro grau durante o período da distensão até a abertura. Cantei *O Bêbado e o Equilibrista*, sem saber direito do que falava a música. Assisti, pela TV, à volta dos exilados, sem entender muito bem por que haviam partido. Na escola, os professores não sabiam ou tinham medo de responder às minhas dúvidas, que só pude entender anos depois, na Universidade. Portanto, essa tese é, de certa forma, uma busca para entender as dúvidas daquela menina que fui nos anos 1960 e também outras que surgiram quando eu comecei a ter algumas repostas para aquelas primeiras perguntas.

Entre essas novas indagações que surgiram, uma delas se reflete no objeto central desse trabalho: como se deu a participação feminina na experiência clandestina de esquerda? Indagação que se originou principalmente após a leitura das memórias de pessoas que viveram a experiência de oposição ao regime militar, em especial daqueles que partiram para a luta armada, ao realizar a minha dissertação de

mestrado, sobre a guerrilha no Brasil¹². Esta literatura apontava, à primeira vista, a atuação e a participação marcadamente masculina nos acontecimentos que envolveram tal experiência. Talvez isso ocorra porque a maioria das memórias publicadas seja escrita notadamente por homens.

Essa constatação, no mínimo inquietante, conduziu-nos, no doutorado, ao estudo da participação das mulheres na guerrilha brasileira. Por fim, gostaríamos de enfatizar a dificuldade que se nos apresentou no momento em que fomos lidar com as lembranças dessas mulheres, na hora de colocarmos no papel estes passados, na maioria das vezes tão sofridos. Como definir, em palavras ou sinais, frases e lembranças difíceis de serem pronunciadas? O que ficaria melhor para dar sentido às pausas decorridas das lembranças da dor ou da humilhação: reticências, aspas, parênteses? Deveríamos expressar em palavras as interrupções causadas por filhos, por problemas do trabalho, por visitas, como forças do presente que invadiam, sem pedir licença, o momento de lembrar?

Todas essas situações foram experienciadas durante as nossas entrevistas. E pudemos vislumbrar melhor “o rosto” das nossas depoentes, exatamente em virtude dessas ocorrências. Aliás, para dividir com o leitor a face dessas mulheres, é preciso narrarmos como e por que chegamos às mulheres entrevistadas.

Em primeiro lugar, não foi propriamente uma escolha. Essas mulheres foram chegando até nós, às vezes de forma surpreendente, outras por indicação de amigos. De início, a única certeza que tínhamos era a de que não gostaríamos de entrevistar mulheres já conhecidas, nomes consolidados pela bibliografia que havia sobre o tema, pois elas já haviam conseguido se fazer ouvidas, tinham anteriormente criado canais de expressão, aos quais poderíamos ter acesso. A preferência recaiu, então,

¹² Cf. CUNHA, Maria de Fátima da Cunha - *Eles Ousaram Lutar ...* - A esquerda e a guerrilha nos anos 60/70 - Londrina - UEL - 1998.

sobre mulheres que ainda não tinham sido trazidas à fala. De início, por acaso, e, depois por opção, as mulheres entrevistadas acabaram tendo como lugar de origem o Estado do Paraná, o que acabou por demonstrar que a guerrilha e a luta contra o regime militar não teve apenas como palco de atuação o eixo Rio-São Paulo.

A primeira das depoentes literalmente veio até nós. Telefonou uma noite, disposta a nos conceder uma entrevista. Ela mesma professora universitária, havia terminado recentemente sua tese de doutorado sobre a história de vida de quatro ex-guerrilheiras. Ruth Ribeiro de Lima, foi assim, a nossa primeira depoente. Nascida e moradora até hoje na cidade de Maringá, no Estado do Paraná, Ruth foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), partido que se constituiu a partir de um “racha” do PCB em 1967 e que, embora não fosse caracterizado pelo militarismo extremo como a ALN, a VPR e VAR- Palmares, também optava pelo caminho da luta armada para alcançar o socialismo ¹³.

De todas as entrevistadas, Ruth Ribeiro de Lima foi a que realmente teve experiências que podem ser consideradas “de guerrilha”, especialmente atuações urbanas. Ruth foi a nossa primeira depoente e também a primeira a começar o desmoronamento de algumas “certezas” que eu tinha à época como, por exemplo: ao falar sobre as possibilidades de distinções de gênero no interior das organizações de esquerda, sua resposta era um sonoro *não*. Essa sua constatação, primeiro nos desconcertou e, posteriormente, obrigou-nos a repensar essa questão, percebendo-a não como um dado único e coeso, mas como uma reflexão que permitia várias interpretações. Outro fato marcante no depoimento de

¹³ Segundo Jacob Gorender, para o PCBR “Todas as formas de luta de massas, legais e ilegais, eram admitidas, contanto que servissem ao desencadeamento e desenvolvimento da luta armada. Em divergência expressa com a teoria do foco, afirmava-se que a luta armada não se dissociava das lutas de massas e tampouco excluía o potencial das aglomerações urbanas, onde também seria possível promover ações armadas. Mas o cenário primordial da luta armada devia ser o

Ruth foi poder verificar que a imagem construída por ela, do período de atuação clandestina, é de intensa felicidade, apesar da dor vivida nas sessões de tortura. Essa sua construção “positiva” do passado provocou-nos uma série de interrogações que tentamos responder ao longo da tese: tal imagem seria decorrente do presente muito menos feliz em relação àquele passado, permeado pela adrenalina das ações de guerrilha, por amores intensamente vividos, pela certeza, à época, de que se lutava por uma “causa nobre”? Não sabemos se todas essas indagações foram respondidas ao final da tese, mas o convite ao leitor para pensarmos sobre elas já está feito.

Nossa segunda depoente é a vereadora da cidade de Londrina, Elza Correia. Neste caso foi uma escolha nossa, pois a sua história nos interessava. Apesar de não ter militado num partido que fazia opção pela luta armada -pois o seu partido, o PCB, à época, foi a exceção que optou pela chamada “via pacífica” de atuação e, por isso mesmo, constituiu-se em alvo de críticas da esquerda e a causa de várias dissidências que deram origem a uma série de outros partidos- a história de Elza Correia é fascinante na medida em pode mostrar como era ser parte de uma “família comunista” nesse período. Filha de Manuel Jacinto Correia, conhecido líder comunista na cidade de Londrina, Elza passou toda a sua infância mudando de casa às pressas, muitas vezes em plena madrugada, para fugir de denúncias feitas sobre a sua família. Ter a porta de casa arrebatada pelas botas policiais era uma rotina vivida por ela e seus irmãos, assim como saber enfrentar a ausência constante do pai, por anos até, o que obrigava a mãe a assumir a criação dos filhos e o sustento da casa praticamente sozinha. Aliada à vida doméstica da mãe, também podia ver a atuação dela e de outras mulheres como militantes dentro do partido,

campo e sua forma principal – a guerrilha rural.” – Cf. GORENDER, Jacob – *Combate nas Trevas – A esquerda Armada: das ilusões perdidas à luta armada* – SP - Ática – 1987. – p. 102.

vozes pouco ouvidas, segundo ela, tratamento que parece ter despertado nela uma certa “desilusão”, não só com o partido, mas com a esquerda de um modo geral, no que concerne ao tratamento dispensado às mulheres. Parece que essa experiência foi fator primordial para desencadear, desde muito cedo, uma atitude essencialmente rebelde ao partido, por parte dela, o que provocou mais tarde a sua expulsão. Embora tenha sido militante de um partido que não optava pela guerrilha, isso não impediu de ser presa e tratada, como ela mesma disse, de “vadia comunista”.

Tereza Urban jornalista, militante de uma ONG que luta pela preservação do meio ambiente e moradora de Curitiba, foi nossa terceira depoente. Tereza foi militante da Política Operária (POLOP), organização de esquerda que, juntamente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Ação Popular (AP) compunham o cenário da esquerda brasileira no período anterior ao golpe de 64. A POLOP, logo após o golpe, passa a compor o quadro daqueles que criticam a chamada “via pacífica” do PCB e passa a questionar qual o caminho para a ação. Segundo Jacob Gorender o “foquismo”, ou seja a teoria do foco guerrilheiro, no espírito da concepção cubana, passa a ser a bandeira da organização. A partir de 1968, divergências internas, principalmente quanto ao grau de militarismo, ocasionam duas dissidências dentro da POLOP, em Minas Gerais e em São Paulo, que originam o comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Como integrante da POLOP, Tereza viveu a experiência da clandestinidade, da prisão, do exílio e a experiência mais difícil, segundo ela, a volta para casa, quando conciliar os trabalhos de dona de casa, de mãe e de esposa, pareciam ser muito difíceis. Para ela, talvez tenha sido nesse momento que tenha percebido várias dificuldades que poderiam ser entendidas como específicas da condição feminina e que nunca tinham sido

notadas na época da militância, pois para Tereza não se tinha tempo para isso, então.

A última entrevista nos proporcionou a experiência que, eventualmente, pode assombrar o pesquisador: a recusa de se abrir, o silêncio que se apresenta por parte de alguém. Num primeiro momento ficamos sem entender ou sem saber como analisar a situação. Posteriormente pudemos entender aquilo que Ruth Ribeiro de Lima também percebeu em sua tese: o silêncio, mais do que as palavras, às vezes, gRuth! Estamos nos referindo a uma entrevista, em particular, que terminou por se constituir numa negação, ou num enorme silêncio, que inicialmente não entendemos e, finalmente, nos propomos a analisá-lo .

Trata-se de um casal que, de início, aceitou ser entrevistado e, quando nos encontramos, acabou por se negar a dar o depoimento, primeiro sutilmente e, por fim, de forma clara. A princípio pensamos em não entrevistá-los pois tratava-se de um casal, e as outras entrevistas foram realizadas somente com mulheres. Entretanto, ao conhecê-los verificamos que a categoria “o casal” acabava por se diluir, constituindo-se numa identidade única de gênero, feminina/masculina, que aparecia por vezes acoplada uma à outra, e outras distante.

Durante a nossa conversa, a fuga a algumas perguntas sobre suas experiências foram muitas, e algumas respondidas a partir da história de outras pessoas. E, ampliando o problema, o gravador apresentou problemas durante a entrevista, parecendo “compactuar” com a negativa do casal, reforçando o “jogo de esquecimento” que se insinuava. Por fim, decidimos inserir as análises dessa entrevista, ou da tentativa dela, buscando entender aquilo que o casal pretendia “não falar”, ou esquecer ¹⁴. Alguns “lugares de esquecimento”, na fala de ambos, eram muito claros,

perceptíveis no silêncio, na troca de olhares, na ausência de recordação, ou em certos momentos, na tentativa de minimizar a atuação dos dois na militância de esquerda.

Parentes de uma pessoa e que, segundo esta, tiveram uma forte atuação militante, o casal teria passado por experiências terríveis, em especial, Maria que teria sido presa grávida e torturada, juntamente com outras mulheres, em um lugar chamado “a torre”, em São Paulo. Essa história não foi confirmada por Maria, que se dizia muito jovem e inexperiente à época. Para nós, a idéia das “moças da torre” parecia reforçar a imagem inacessível que Maria queria passar de sua história. Deu-nos a impressão de que temiam que uma outra imagem, a de “subversivos do passado”, pudesse abalar as suas vidas presentes e, mais que isso, trazer a lembrança de uma dor muito grande a qual eles queriam esquecer.

Essa entrevista, mais do que as outras, acabou por nos deixar com mais lacunas e perguntas do que qualquer outra. E todas essas interrogações acabaram, mais ou menos, sem respostas. E nem sabemos se elas têm que ser respondidas. Por isso mesmo, transformaram parte desta pesquisa numa jornada inquietante e igualmente instigante ¹⁵.

Ao fim da pesquisa, de forma curiosa, aquilo que tinha sido um problema inicial, o acesso a mulheres militantes, parecia ter mudado completamente e várias pessoas pareciam dispostas, então, a falar. Mas nesse momento a tese já se encontrava em fase final de redação, e as histórias que tínhamos nos forneciam diversas possibilidades de análise. Havia a história de Ruth, militante de uma organização guerrilheira, presa e torturada; de Elza, a comunista rebelde, que ousava desafiar as regras do

¹⁴ Resolvemos usar nomes fictícios para podermos nos referir ao casal, mantendo o anonimato que eles desejavam. Usaremos, então, os nomes João e Maria como referência. (Entrevista concedida em 20-06-1999).

“pecebão”; de Tereza, presa e exilada. Tínhamos também o nosso mencionado encontro com o silêncio do casal para investigar. Decidimos, assim, ficar apenas com essas entrevistas, já que podíamos contar também com depoimentos publicados pelos outros pesquisadores do tema, que se transformaram em preciosas fontes documentais.

O trabalho está estruturado a partir de cinco perguntas ou questões, que se destacaram nas entrevistas com as depoentes e que dão título aos capítulos.

No primeiro capítulo, nossa atenção está voltada para a prática da experiência guerrilheira e clandestina, quando então nos preocupamos em verificar como é abordada, pela esquerda - ou mesmo se existia essa preocupação -, a participação das mulheres na guerrilha, contrapondo esses discursos da esquerda com as memórias de nossas entrevistadas e também com o depoimento de outras ex-militantes, publicados anteriormente.

Em seguida, investigamos o momento que antecedeu a clandestinidade e a prisão das mulheres, buscando compreender que momento era esse e os principais acontecimentos que possibilitaram às depoentes identificar as suas memórias, a partir da existência do que elas denominaram de “um clima” existente, em especial no pré-64, que pode ser caracterizado como um Brasil agitado, conflituoso, marcado pela intensa propaganda da imprensa, no sentido de “salvaguardar a ordem no país”. Esse “clima” parece ter servido como justificativa ou motivo para muitos aderirem a um projeto que propunha a construção de uma sociedade mais justa, projeto que alguns homens e mulheres pensaram ser possível realizar, principalmente através do combate guerrilheiro.

¹⁵ Torna-se necessário esclarecer que nenhuma das entrevistadas exigiu o anonimato, e assim, tomamos por resolução usarmos os verdadeiros nomes para todas elas.

Através da leitura dos materiais – em especial revistas destinadas ao público feminino- disponíveis sobre o período, vimos que, aparentemente, sobretudo os anos 1960, constituíram-se em um momento de ruptura ou, pelo menos, na tentativa, de ruptura de determinados padrões de comportamentos, de certos valores culturais que impulsionaram mudanças, especialmente no âmbito das questões femininas, na relação homem/mulher. Essas questões permitem-nos pensar na possibilidade de existência de um “modelo de mulher” e de relação amorosa ou conjugal, num universo definido e definidor de papéis masculinos e femininos. O terceiro capítulo busca, então, verificar se houve um rompimento ou reafirmação desses “modelos” no interior da esquerda dessa época, que pudesse dificultar ou facilitar a participação das mulheres no interior das organizações, na convivência cotidiana com seus “pares masculinos”, principalmente nas ações de guerrilha e na experiência da clandestinidade.

Abordar o enfrentamento das mulheres com a repressão, objetivando pensar se existia ou não, um tratamento diferenciado dos órgãos repressivos em relação às militantes guerrilheiras, é o objetivo principal do quarto e último capítulo.

E, por fim, à guisa de conclusão, procuramos entender como as militantes elaboram suas lembranças do passado e respondem se valeu a pena a experiência, bem como procuramos avaliar a nossa interlocução com as depoentes e com a própria pesquisa.

**CAPÍTULO I: HOMENS E MULHERES NA CLANDESTINIDADE:
EXISTIAM DIFERENÇAS?**

“(...) Esse cara já vem com todo um treinamento, que nós mulheres não tivemos, mas se nós tivéssemos tido anteriormente um treinamento militar, teríamos andado lado a lado com eles. E não me consta, por exemplo, que houve nenhum problema, é aquela velha história, depois que inventaram o guindaste, eu acho que não teve mais essa diferença entre homens e mulheres, você me entende?”

(Ruth)

CAPÍTULO I: HOMENS E MULHERES NA CLANDESTINIDADE: EXISTIAM DIFERENÇAS?

1- Elaborando as diferenças.

Ao tentarmos entender como as mulheres, ex-guerrilheiras, elaboraram as suas lembranças a respeito das suas experiências na guerrilha, temos que levar em conta uma série de questões específicas acerca da temática da memória.

Há que se ter claro, antes de tudo, que esquecer e lembrar fazem parte, a um só tempo, da memória. O ato de lembrar acaba por constituir-se num conjunto de intenções conscientes e inconscientes que selecionam e elegem, escolha que, segundo Marina Maluf, é derivada de incontáveis experiências objetivas e subjetivas do sujeito que lembra¹. Assim, ao relembrar, o indivíduo memorizador “constrói paisagens e imagens que são verdadeiros campos de significado para o lembrado”. Por conseguinte, pode-se depreender que *“o trabalho de rememoração é um ato de intervenção no caos das imagens guardadas (...) é também uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido no passado e, finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar – ou de um fragmento que tem a força de iluminar e reunir outros conteúdos conexos, “fingindo” abarcar toda uma vida”*².

É necessário ressaltar, também, que é só a partir do presente que o passado pode ser evocado. Para o sujeito que lembra, as memórias são reinterpretadas a partir do seu presente e, neste sentido, no processo de rememoração, o que se lembra não é

¹ Cf. MALUF, Marina – *Ruídos da Memória* – SP – Siciliano – 1995 – p. 70.

² Idem, p. 29.

exatamente o mesmo que se apresentou no passado, pois o esforço de reordenação dele é condicionado pelo presente. Ou seja, é reelaborado uma outra perspectiva em relação ao passado, que reconstrói a vivência anterior e, no entanto, não se pode dizer que seja a mesma vivência. Dizendo de outra forma, “o sujeito que se mostra ao leitor é antes o sujeito do presente e não o que é contado por ele próprio”³.

Assim, nesta perspectiva, podemos dizer, como Ecléa Bosi que, na maior parte das vezes, lembrar não é reviver o passado tal qual ele foi, mas é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Dessa forma, as lembranças seriam imagens construídas pelos materiais que estão à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por conseguinte, para Bosi:

*“(...) Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, **no presente**, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (...)”⁴. (Grifos no Original).*

Outro pressuposto que se deve ter claro é que não narrar alguém ou algo é um mecanismo eficaz de instituí-los, metaforicamente como mortos, como nos alerta Suely Kofes. Enfatizando que a memória se constrói no jogo entre lembranças e esquecimentos e, no plano dos agentes, no embate entre o que é

³ Idem, p. 31.

⁴ Cf. BOSI, Ecléa – *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* – SP – Cia. das Letras – 1994 – p. 55.

lembrado e o que é esquecido, entre o narrável e o inarrável, a autora propõe um interessante exercício: imaginarmos que o “ser e não ser” de Hamlet poderia ser interpretado como um dilema entre narrar e lembrar como morreu o rei, seu pai, ou esquecer e tornar isto esquecido e inarrável no reino. Suely Kofes conclui, então, que a existência de embates políticos permeia a constituição das narrativas, bem como a lembrança e o esquecimento.⁵

Em especial, com relação às guerrilheiras, percebe-se que as mesmas situações não são relembradas da mesma forma. Para algumas, as diferenciações de gênero, por exemplo, são lembranças muito palpáveis. Para outras, elas poderiam até ter existido, mas não eram percebidas na época. E para algumas mulheres, elas simplesmente não existiram.

A forma de rememoração pessoal dessas mulheres também pode, aparentemente, informar como o presente de cada uma age sobre as percepções particulares do passado, transformando-o, ora em um período de intensa felicidade, quase que nos “anos dourados” de suas existências, ora numa época terrível ou confusa.

Uma única situação parece ser lembrada da mesma forma: a prisão e a tortura. Praticamente todas elas se lembram de fatos precisos, como a hora e a forma exatas, do momento da prisão; detalhes ou minúcias da tortura como, o lugar, o cheiro, as suas roupas, e as dos torturadores e, quase sempre, chamam a atenção para a presença de uma grande quantidade de homens nessa hora, como se essas figuras masculinas invadissem, então, os seus espaços (mentais/físicos) de todas as formas possíveis.

⁵ KOFES, Suely – *Uma Trajetória, em Narrativas* – Campinas – (UNICAMP) - Tese de Livre Docência – 1998 – (mimeo.) – p. 11.

Quase todas, também, parecem considerar o movimento estudantil ou a universidade, como um marco divisor em suas vidas. Para elas, essa seria a fase de ruptura de diversos tabus e barreiras impostos à época para a mulher como: a virgindade, trabalhar e morar fora, estudar. Assim, pode-se dizer que, quando chegam à militância, às organizações de esquerda e à clandestinidade, essas mulheres já rasgaram, ao menos parcialmente, o único papel tradicional que poderia estar destinado a elas, qual seja, o de esposa e mãe.

Outro ponto que parece merecer unanimidade é o fato de todas viverem esses anos, a partir de uma concepção romantizada, como se fossem os “últimos anos de nossas vidas”. Parecia que absolutamente tudo, todas as emoções e sentimentos, todos os encontros e desentendimentos, deveriam ser vividos como únicos e derradeiros. Aliás, essa parece ser uma imagem já solidificada dos anos 1960/70, elaborada pela literatura, cinema, música, o que tornou praticamente fatal que se apresente para qualquer pessoa que se proponha a lembrar esses anos *uma única memória* desse período que pode, por sua vez, influenciar e comprometer qualquer outra rememoração que se tente fazer sobre essas décadas. Da vida anterior à militância, as lembranças que se destacam são, quase sempre, aquelas relacionadas à família. Aparece, então, pelo menos uma figura predominante, às vezes a mãe, outras o pai, que invariavelmente dá apoio incondicional às decisões tomadas. Ainda com relação à vida familiar, em alguns casos houve a necessidade de um rompimento com a família ou, pelo menos, um enfrentamento com a mesma. Em outros, a família aparece como o elemento incentivador, motivador ou não inibidor de comportamentos considerados “avançados” dessas mulheres.

Longe do que muitos poderiam considerar, quando lembram de suas próprias imagens àquela época, a figura que várias mulheres evocam, não é a da militante masculinizada, que só usava roupas largas e sandálias de sola de borracha. Em muitos casos se percebe a tentativa de preservação de uma imagem feminina, mesmo em meio às duras exigências da vida de militante clandestina. No entanto, outras também se lembram das divergências geradas por se usar um batom ou por se namorar alguém de fora do partido. Estes são alguns dos muitos assuntos que conversamos com nossas entrevistadas. Optamos por abordá-los, mais ou menos na ordem em que expusemos acima, e apresentá-los na fala de nossas entrevistadas, percebendo as diferenças ou semelhanças na forma como cada uma “relembrou” o próprio passado, confrontando ou complementando com as memórias colhidas em outras fontes, como teses e livros já publicados.

A pergunta que dá título a este capítulo foi, talvez, o primeiro tópico das conversas que tivemos com as mulheres que entrevistamos. A conversa com Ruth talvez tenha sido a mais densa e complexa sob vários ângulos ⁶. Suas experiências, ou a memória que construiu sobre as mesmas, aparecem em cores fortes, com conclusões quase únicas, apaixonadas, sobre as quais, na maioria das vezes, ela não permite novas reconsiderações, sob vários aspectos. Em sua fala, a militância aparece de forma quase idílica, principalmente com relação à vivência entre homens e mulheres. Para ela, se existiu preconceitos, foi devido muito mais às “origens mais simples de alguns homens”.

⁶ Ruth foi militante do PCBR de 1966 até 1968. Ficou presa entre os anos 1970 e 1972. Formada em Ciências Econômicas, atualmente é professora universitária de Economia. É solteira e tem um filho adotivo. Entrevista concedida no dia 13/01/1999.

“O que eu posso te dizer é que na minha organização, como eu já te disse era PCBR ... eu acho que ela pode ser bem diferente de outras organizações, porque em outras organizações havia militantes de estratos muito diferentes. Era o caso, por exemplo, do MR e principalmente da VPR ... existia muito mais uma diferença de valores, na forma de encarar a vida. A Maria do Carmo cita um exemplo: quando ela toma um copo de água mineral, que pra ela era a coisa mais normal do mundo ... e pra todas as pessoas de classe média, intelectualizada ... e que para o pessoal de estratos mais simples, por exemplo, sargentos do exército, cabos... achavam isso a maior frescura do mundo. Imagina, era uma gastação de dinheiro sem a menor necessidade, uma frescura pequeno-burguesa. Agora, por exemplo, a minha experiência já foi diferente, como eu militei mais com o pessoal ligado ao movimento estudantil, eu não notava esse tipo de coisa, muito pelo contrário.

Nesta passagem fica muito claro que, para Ruth, as diferenciações de gênero, se existiram, estavam relacionadas às origens de classe dos homens, e eram percebidas nas atitudes que, segundo ela, eram qualificadas como “pequeno-burguesas” de algumas mulheres. E, nesse sentido, aqueles que eram provenientes de “estratos mais simples” estariam mais sujeitos a demonstrar esses preconceitos, o que não se percebia nos militantes mais “intelectualizados”. Há que se destacar que Ruth parece “eximir de culpa” uma boa parte da esquerda, quando afirma que a esquerda intelectualizada era menos suscetível a um comportamento machista ou a outras formas de preconceitos. Reafirmando, para Ruth, o relacionamento entre homens e mulheres, mais do que isso, entre todos os militantes, parece ser permeado, sempre, por fortes laços de companheirismo, com quase total ausência de discordância:

“As tarefas dentro do aparelho, elas eram divididas religiosamente iguais, cada um tinha o seu dia de fazer a comida, tinha seu dia de limpar a casa, cada um cuidava da sua própria roupa. Então, nunca notei. Notava às vezes, por exemplo, uma dificuldade dos militantes quando chegavam do Nordeste, a dificuldade deles em aprender a fazer o arroz... tinha que dar receita, mas em três tempos estava todo mundo tendo bom comportamento. E até que há uma coisa interessante, a gente percebeu muito aqui no norte do Paraná, que nos aparelhos, cada um fazia questão de cozinhar melhor que o outro. Então, os pratos eram bonitos! Eram bem elaborados! Mesmo que a gente tivesse só arroz e ovo, mas era bem feitinho! Era bem arrumadinho! Então, esse capricho tinha que partir de todos; então, eu nunca notei.”

Mas, apesar do tom quase idílico de suas lembranças, Ruth deixa transparecer, em algumas passagens, que a rotina, o cotidiano da militância gerava desavenças e questionamentos, em especial com relação a temas que poderiam ser vistos como “questões de gênero”:

“A única vez que eu notei alguma coisa, que eu chamei a atenção, inclusive dos meninos do “Pecebão”, foi quando eu percebi que os dois outros rapazes que faziam parte do mesmo CPM que eu estava inserida (Comando Político Militar), porque eu fiquei mais na área militarista do PCBR, e eu percebi que eles estavam tendo aula de direção (de automóvel) e eu não, aí eu virei do avesso. Falei que eu não aceitava, que eu tinha que ter a mesma coisa, que eu também queria ter as aulas, que não era justo. E veja você, por ironia, hoje eu não dirijo, tenho fobia. Depois passei a ter as aulas, notei que ele reconheceu que estava errado. No

mais, eu não percebia não, nenhuma diferenciação, de jeito nenhum (...) Olha, isso fica um pouco complicado para eu te dizer. Eu vou falar não da minha experiência, mas teoricamente”.

Por outro lado, ela chama a atenção para duas questões muito interessantes, percebidas também por outras militantes: a primeira é que as atitudes preconceituosas também se direcionavam para os homens que não se enquadravam no estereótipo do guerrilheiro perfeito, principalmente no tocante ao aspecto físico e, a segunda, que nas organizações mais militaristas as diferenciações de gênero poderiam ser mais exacerbadas:

“Porque, por exemplo, você não pode exigir que uma pessoa carregue um peso maior do que o outro, mas isso independe de sexo, porque havia companheiros também que eram tremendamente franzinos... e também não iriam conseguir carregar alguma coisa pesada, um fuzil ou outra coisa. Então, eu acho que isso aí está muito mais de acordo com a força física da pessoa, com o tamanho dela, inclusive, do que com problema de sexo. Mas, então, eu acho que não tem muita relação com sexo; agora, o que eu acho que poderia haver uma diferença no começo nos homens, principalmente das mais militaristas, foi porque eles tinham tido todo um treinamento militar, muitos deles estavam saindo do exército, abandonado o exército para entrar na guerrilha ... então, esse cara já vem com todo um treinamento, que nós mulheres não tivemos. Mas se nós tivéssemos tido anteriormente um treinamento militar, teríamos andado lado a lado com eles. E não me consta, por exemplo, que houve nenhum problema. É aquela velha história, depois que inventaram o guindaste, eu acho que não tem mais essa diferença entre homens e mulheres, você me entende?”

Podemos afirmar que, para Ruth, a questão de preconceitos em relação às mulheres, dentro das organizações de

esquerda, foi o tópico mais divergente de nossa conversa. Na sua opinião, essa questão simplesmente não se poderia fazer para aquele momento, chegando mesmo a enfatizar que era uma interrogação feita posteriormente, fruto de questionamentos e vivências só ocorridos décadas mais tarde. Talvez ela tenha uma certa dose de razão. O que se pode dizer é que parece não existir um consenso entre as militantes. Para algumas, os preconceitos e diferenciações de gênero eram muito visíveis e sentidos no dia-a-dia da guerrilha; para outras, essas diferenças sexistas não existiram, ou não foram percebidas. Essa divergência de opinião pode dever-se à sensibilidade pessoal de cada uma, ou mesmo a questionamentos e análises surgidos posteriormente, influenciados pelo distanciamento que o tempo permite. Pode-se pensar, ainda, que o grau de diferenciação sexista ou preconceitos entre homens e mulheres variava de organização para organização.

Ademais, nota-se que teoricamente, o ambiente político-intelectual de esquerda poderia permitir comportamentos “avançados” que rompessem com a moral burguesa estabelecida. No entanto, na prática, verificavam-se diversos conflitos morais envolvendo homens e mulheres no seu interior.

2- A esquerda e a questão feminina.

Através das memórias publicadas, percebe-se a existência de uma luta constante por parte das mulheres militantes para viverem, ao mesmo tempo, suas vidas pessoais e por um espaço participativo maior no interior das organizações.

Quando percebemos esse tipo de tratamento dispensado pelas organizações guerrilheiras à participação feminina, podemos interrogar sobre o que pensava a esquerda, em especial o marxismo-leninismo, a respeito da questão feminina. Isso se faz necessário ao se levar em conta que tal pensamento se constituiu na influência maior nas formulações dessas organizações, apesar da presença de outras bandeiras revolucionárias em suas orientações teóricas.

Pode-se dizer que as análises sobre a opressão das mulheres, feitas pela esquerda - no final do século XIX e início do século XX -, foram sempre muito limitadas, restringindo-se a considerações que enfatizavam a exploração de classes da sociedade capitalista, que deixaria de existir no socialismo ⁷. Na verdade, houve sempre um “mal-estar” na relação entre o feminismo e o marxismo. Sempre existiu certos entraves de ordem teórica e política presentes na incorporação da chamada “questão da mulher” pelo marxismo. Se recuarmos até os movimentos socialistas do século XIX, quando a discussão sobre o direitos das mulheres e as desigualdades entre os sexos integravam o debate político e faziam parte do projeto socialista de uma nova sociedade, percebemos que, apesar da insistência por parte das mulheres comunistas no caráter social e político das desigualdades de gênero, elas tinham que se contentar com o caráter secundário dado a estas questões frente à prioridade da luta de classes ⁸.

Especialmente nos anos 1960/1970, o movimento feminista e a luta que emerge juntamente com outros movimentos

⁷ LOBO, Elizabeth Souza e PAOLI, Maria Célia - “Notas sobre o movimento no feminino” - In: *Desvio* - Ano I, n.º 1, nov., 82.

⁸ MARTINS, Ana Paula Vosne - “Possibilidades de Diálogo: classe e gênero” - In: *História Social* (4/5) - Campinas - UNICAMP - 1998.

minoritários, como os movimentos dos negros e dos homossexuais, redefinem e questionam os valores dominantes do mundo ocidental imperialista e solidarizam-se com as guerras de libertação, como na Argélia, Vietnã e Cuba. Entretanto, pelo menos através dos documentos dos partidos da esquerda armada, não se pode perceber, por parte da mesma, o reconhecimento do movimento de emancipação feminina, e nem mesmo o aproveitamento deste no projeto revolucionário que se pretendia desencadear. Em 1967, ano em que grande parte, ou quase todas as organizações de esquerda propunham a radicalização no enfrentamento à ditadura militar, foi publicado pela revista *Civilização Brasileira* o artigo da feminista socialista Juliet Mitchel, traduzido como “Mulheres, a revolução mais longa”⁹. Neste artigo, considerado como um dos mais importantes textos teóricos do feminismo marxista, Mitchel introduz a temática da necessidade de uma teoria da opressão específica da mulher¹⁰. Juliet Mitchel também passava em revista a análise da mulher produzida pela teoria socialista, reconhecendo que a subordinação do sexo feminino foi retratada pela grande maioria dos pensadores socialistas do século XIX, mas com uma formulação genérica e abstrata. Especialmente nos escritos de Marx, a autora evidencia a presença da análise da mulher no “jovem” e “velho” Marx. Nos escritos do jovem Marx -*Propriedade Privada e Comunismo*, 1844 - haveria uma grande preocupação em verificar na libertação sexual, um índice de humanização no sentido cívico da vitória do humano sobre o brutal, na direção fundamental do progresso humano sobre o animal, do cultural sobre o natural. Ou seja, para Mitchel, Marx

⁹ Este artigo foi publicado originalmente na revista *New Left Review*, uma das mais conceituadas e prestigiadas revistas da esquerda radical inglesa, como “Women: the longest revolution”.

manteve a concepção de C. Fourier a respeito das mulheres, como um índice do avanço social geral. Nesse sentido, a autora percebeu, nos escritos do jovem Marx, a concepção da mulher como uma entidade antropológica, ou categoria ontológica altamente abstrata¹¹. Dando continuidade à sua análise, Mitchel considera que nos seus escritos posteriores, - especialmente em *A Ideologia Alemã* e *O Capital* -, Marx analisou os problemas das mulheres submerso em uma análise da família. Há uma séria separação entre os dois enfoques. O terreno comum a ambos, naturalmente, era sua análise da economia e da evolução da propriedade. Ou seja, na sua maturidade Marx passa das generalidades filosóficas da juventude para a redução do problema da mulher à evolução histórica da família.

Coube a Engels, segundo a autora, sistematizar estas teses em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, após a morte de Marx. Elaborando análises que demonstravam preocupações sobre a questão da mulher, Engels identificava na monogamia a maior causa da transformação da mulher em um servidor particular:

*“A existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, ao homem, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia - que é monogamia só para a mulher, e não para o homem. E, na atualidade, conserva-se esse caráter”*¹². (Grifos no Original).

¹⁰ MORAES, Maria Lygia Q. – *Marxismo e Feminismo no Brasil* – (Primeira Versão - 66) – IFCH/UNICAMP – 1996.

¹¹ MITCHEL, Juliet - “Mulheres: a revolução mais longa” - In: *Revista Civilização Brasileira* - RJ - Ed. da Civilização Brasileira - n.º 14, julho de 1967, p. 8.

¹² ENGELS, Friedrich - *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* - RJ - Bertrand do Brasil - 1991 - p. 67.

Contudo, apesar de ser sensível à questão da opressão feminina, Engels enfatizou a mesma como decorrente da desigualdade de classes existente no capitalismo. Para Engels:

*“De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social **efetiva** entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homens e mulheres tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais”*¹³. (Grifos no Original).

Juliet Mitchel critica tanto a teoria de Engels, que apresentava a condição feminina como decorrente da economia, como também as formulações de Marx, que concebia a opressão feminina como símbolo da opressão geral. Para Mitchel, à época, era preciso pensar a questão feminina como uma estrutura “específica”, que seria uma unidade de diferentes elementos. Em suas palavras:

*“As variações da condição da mulher através da história serão o resultado de diferentes combinações destes elementos (...) porque a unidade da condição da mulher, em qualquer tempo, é o produto de inúmeras estruturas, ela é sempre “super determinada”. As estruturas-chaves podem ser dadas como as seguintes: Produção, Reprodução Sexo e Socialização das crianças”*¹⁴.

Ou seja, para Mitchel, a única maneira de dar uma resposta a esse tratamento da questão feminina pelo marxismo, seria a elaboração de uma teoria da opressão de todas as mulheres.

Neste sentido, pode-se dizer que a produção historiográfica, principalmente nos anos 70, tomando como ponto de

¹³ Idem, pp. 80-81.

¹⁴ MITCHEL, Juliet - Op. cit. p. 13.

partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente influenciadas pelo marxismo, preocupou-se em identificar os signos da opressão capitalista sobre elas. Nesses anos, o movimento feminista, que estava sendo organizado nos Estados Unidos e na Europa, começa a repercutir no Brasil. Iniciam-se as primeiras publicações de livros escritos por feministas. Vários meios de comunicação, como o rádio, imprensa e a televisão passam a abrir espaço para a questão feminina. A principal luta feminista consistia na recusa da divisão tradicional dos papéis sociais, bem como da visão que apontava a mulher como o “segundo sexo” ou o “sexo frágil”. As feministas reivindicavam também a condição de sujeito de seu próprio corpo, da sua sexualidade e de sua vida, buscando um espaço de atuação política.

Naquele momento, a difusão da psicanálise contribuiu de forma contundente para a rejeição de práticas que eram percebidas como autoritárias e repressivas, e para o questionamento da obrigatoriedade de exercer a sexualidade dentro dos limites do casamento legítimo. A mudança social fundamental era a reivindicação de igualdade na esfera pública e privada, bem como, a recusa de morais sexuais diferentes para homens e mulheres.¹⁵

Ao longo da década de 80, emerge o que se poderia identificar como uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres, ou seja, um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença e atuação das mulheres na vida social, reinventando suas práticas cotidianas, criando estratégias informais de sobrevivência, construindo formas diferenciadas de resistência à dominação masculina e classista, enfatizando, enfim, a sua

capacidade de luta. Esse conjunto foi fortemente influenciado pelas análises do historiador inglês E. P. Thompson.¹⁶ Vale ressaltar que essas análises thompsonianas, por sua vez, nasceram no bojo de uma discussão muito mais ampla, qual seja, a de repensar o próprio marxismo.

Conforme Ana Paula V. Martins, para incorporar as discussões sobre desigualdades sociais no âmbito do debate teórico marxista, as feministas procuravam explicar a questão da opressão e da submissão das mulheres a partir do paradigma da produção, procurando incluir as questões das relações sociais que envolviam a procriação, o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico. Entretanto, estas formulações continuavam articulando as atividades intersubjetivas a partir do conceito de produção e, assim, as questões pertinentes às relações de sexo continuavam em segundo plano.

Há que se dizer que a intenção política da história da opressão feminina era criar uma identidade para as mulheres a partir do corpo teórico marxista. E, assim, o que unia as mulheres era a história de exploração e opressão pela ordem patriarcal e pela ordem capitalista. Todavia, apesar do esforço intelectual e a qualidade dos trabalhos realizados sob esta ótica, a história da opressão gerou alguns equívocos, como a idéia de que a escrita da história só deveria ser realizada pelas próprias mulheres. Essa concepção de história feita a partir da condição de oprimida, pôde ser adjetivada como linear, o que reforçava a ação masculina e a submissão feminina, ao transformar a opressão no fator principal e unificador da história das mulheres.¹⁷ Assim, a abordagem que permitia focar as

¹⁵ GOLDENBERG, Miriam - *Toda Mulher é Meio Leila* - RJ - Record - 1996.

¹⁶ RAGO, Margareth - "A Mulher na Historiografia Brasileira" - In: SILVA, Zélia L. (org.) - *Cultura Histórica em Debate* - SP - Ed. UNESP - 1994.

¹⁷ MARTINS, Ana Paula V. op. cit.

relações sociais a partir de uma perspectiva político-cultural foi muito bem recebida pela história das mulheres. Era possível, então, resgatar a ação e a palavra das mulheres, que forneceriam provas não somente da opressão, mas das estratégias de luta e resistência para sobreviver aos sistemas opressores.

Podemos dizer que, se na década de 1970, a história das mulheres nasce no interior de uma história do trabalho, na década seguinte é ampliado de forma intensa o leque temático, não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais, entre estes as mulheres, mas também outras dimensões da vida social são privilegiadas. E, nesse contexto, a história das mulheres passa a adquirir um estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse na academia.¹⁸ A maioria dos estudos sobre a mulher - influenciados principalmente pelas análises thompsonianas -, procuram dar visibilidade à história feminina desmistificando a imagem de passividade das mulheres, mostrando que estas eram também capazes de elaborar estratégias de resistência. Podemos demarcar, igualmente, a década de 1980, no Brasil, como o momento no qual acontece uma inovação nos estudos sobre o feminino, através da utilização do gênero como categoria de análise, que procura incorporar o estudo do relacional entre homens e mulheres. Estudos realizados a partir desta perspectiva passam a fazer uma crítica à mulher como “redentora” ou como “sujeito da revolução”, descobrindo diferenciadas lutas e múltiplos sujeitos na história das mulheres.

A categoria analítica gênero tem por objetivo inverter a desconstrução da generalização “mulheres”, que remetia a uma identidade social branca e de classe média, para se pensar as

¹⁸ RAGO, Margareth, “A Mulher na Historiografia Brasileira” - Op. Cit.

diferenças sexuais enquanto construções sociais e culturais.¹⁹ Para um melhor esclarecimento, creio que seja necessário definir de forma mais clara o que se concebe atualmente como gênero. Recorrentemente, o conceito de gênero é utilizado para desnaturalizar papéis e identidades atribuídas ao homem e à mulher. Diferencia-se também sexo (a dimensão biológica) de *gênero* (uma escolha cultural, um produto construído social e historicamente). Também deve ficar claro que não se deve pensar gênero como uma categoria isenta de limites e conflitos. Nem mesmo existe um consenso em relação ao seu uso e às suas concepções.²⁰

Para alguns pesquisadores, talvez signifique mais uma demarcação das tentativas atuais por um aprofundamento epistemológico e pela construção de novos projetos políticos que redimensionam as relações de gênero na academia e fora dela.²¹ A pesquisadora Joan Scott, a fim de uma maior compreensão do uso do gênero, define-o como portador de duas partes e várias subdivisões interligadas, mas analiticamente distintas.²² Segundo Scott, gênero primeiramente pode ser definido como um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”. Por fim, “gênero é um primeiro modo de dar significados às relações de poder”. Ou seja, a autora entende que a categoria gênero requer um novo estatuto de história, uma nova

¹⁹ RAGO, Margareth - 1994 - Op. Cit.

²⁰ VARIKAS, Eleni - “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly - Scott - In: *Cadernos Pagu* (3) - Campinas - IFCH - UNICAMP - 1994. (Trad. de Ricardo A. Vieira).

²¹ BESSA, Karla M.- “ O Crime de Sedução e as relações de gênero” - In: *Cadernos Pagu* (2) - Campinas - IFCH - UNICAMP - 1994.

²² SCOTT, Joan W. - “Prefácio a Gender and Politics of History” - In: *Cadernos Pagu* (3) - Campinas - IFCH - UNICAMP - 1994 - (Trad. de Mariza Corrêa).

demarcação dos métodos, um diálogo constante com outras áreas das ciências humanas.²³

Para contestar os paradigmas da história, Joan Scott recomenda a desconstrução como método que permitiria ao historiador verificar como, por exemplo, as diferenças sexuais, vistas em seu contexto, são construídas hierarquicamente e dadas como reais, como coisas dadas ou como “estando na natureza das coisas”. Neste sentido, o uso do gênero representa a possibilidade de romper com a suposição de uma existência do ser anterior à linguagem, isto é, permite desvincular a análise da formação das identidades sexuais daquela referência usual à diferença biológica macho/fêmea. Assim, a construção das subjetividades binárias podem ser vistas como resultante, não dos chamados aspectos naturais do ser humano, mas sim dos confrontos político-sociais, cuja significação dimensiona o relacionamento entre as pessoas. O objetivo principal da autora é verificar como as sociedades constroem representações sobre as diferenças (masculino/feminino) e não se essas representações encontram respaldo ou não na natureza mesma do ser. E mais: na ótica de Scott, a prática discursiva é sempre uma prática de poder, pois tudo o que se torna objeto pelo conhecimento é sempre cultural, na medida em que está sempre mediado pela historicidade do próprio ato de conhecer.²⁴

O trabalho de Joan Scott procura demonstrar que a elaboração e manutenção do esquema binário -mundo dos homens em contraposição ao mundo das mulheres -, não se restringe a um esquema conceitual que torna legível as experiências humanas de uma determinada sociedade. Consiste, isto sim, em práticas

²³ SCOTT, Joan – “Gênero: uma categoria útil de análise” – In: *Educação e Realidade* – Porto Alegre – v. 6 – n. 2 – 1990.

discursivas encontradas nas mais variadas formas e instituições: da fábrica à família, passando pelas ciências sociais e literatura. Essas práticas discursivas forjam verdades vivenciadas nas relações de gênero que cristalizam identidades sexuais, hierarquizam as diferenças e naturalizam o sexo.

Entre as várias críticas formuladas ao gênero como categoria analítica é a de que, com o intuito de buscar o fim da discriminação sexual, acabou-se elaborando e assumindo “uma identidade coletiva de mulheres”, baseada no aspecto comum da subordinação social sofrida pelas mulheres.

A partir dessas considerações, percebemos que se já nos anos 1960, existia um questionamento sobre o problema da opressão da mulher, seja fora ou no interior do socialismo, o mesmo não ocorria no interior das organizações armadas. Assim, podemos perguntar: por que este silêncio da condição feminina, ou mesmo da participação da mulher na atuação militante, no âmbito da esquerda guerrilheira, nos anos 1960/70? Seria possível detectar essa preocupação, que não aparece nos documentos oficiais dessa mesma esquerda, em outras fontes documentais? Seria possível pensarmos em uma “explicação” derivada do aspecto social ou cultural da época para, entendermos esse silêncio?

3- Várias memórias sobre as diferenças.

Na fala de algumas mulheres da época é perceptível a existência de uma diferenciação na atuação de homens e mulheres. Pode-se notar também uma certa insubordinação feminina nas

²⁴ BESSA, Karla M. - Op. cit.

organizações armadas, como salienta Marcelo Ridenti. No entanto, para algumas mulheres, as análises, as estratégias e as táticas, -o que era importante nas organizações- eram os homens que faziam.

As mulheres consideradas modernas e independentes ainda chamavam a atenção. E, se por ventura, aliadas ao comportamento moderno a mulher possuísse preocupações com roupas, cremes de beleza, cabelos e, além disso, colocasse, lado a lado, interesses amorosos com o sentimento revolucionário, ela teria, com certeza, sérios problemas no interior das organizações. Afinal, uma revolucionária não poderia ter hábitos consumistas relacionados com a aparência e, em última instância, o aspecto revolucionário, que pensava unicamente o coletivo e a revolução, deveria imperar sobre a vida particular e afetiva.

A trajetória da psicóloga Iara Lavelberg, militante e companheira do guerrilheiro Carlos Lamarca, foi um claro exemplo dessas divergências. Segundo Judith Patarra, considerada “mulher maravilha”, pioneira, que morava sozinha sem ser prostituta, Iara sobressaía na Política Operária (POLOP), organização na qual primeiro militou. Muito preocupada com roupas e acessórios da moda, ela era freqüentemente acusada de frívola e burguesa. Em um momento em que se defendia a militância estrita, rigorosa e disciplinada, a sua atuação parecia significar pura transgressão. Segundo Eder Sader, também militante à época, muito insubmissa, Iara faltava às reuniões por motivos que, somente anos depois, ele julgaria os mais saudáveis. Muitas das reuniões do partido eram trocadas por ela e por suas amigas por idas a barzinhos da moda onde reinava uma intensa tagarelice sobre namorados, cinema e

fofocas. Tal comportamento gerava inúmeras críticas: “festivas”, “irresponsáveis”.²⁵

Para algumas outras mulheres, a obrigação revolucionária fundamentava-se em estabelecer novos comportamentos e transgredir a todo custo a educação moralista vigente. Nessa direção, uma das “tarefas revolucionárias” a ser praticada, com uma urgência cada vez maior, era a iniciação sexual, pois, afinal, a virgindade era produto imposto pela moral cristã-burguesa. Isso fazia com que acontecessem situações quase cômicas. Na universidade Maria Antônia, no banheiro das moças, afixava-se um papel apelando a que inscrevessem o seu nome, como troféu, aquelas que se dispusessem a dar o “passo heróico”. Nesse sentido, parece que as pressões de amigos, ou do grupo, pareciam ser fortes o suficiente para empurrar algumas mulheres para viverem suas primeiras descobertas sexuais sem estarem muito preparadas para isso. Com relação, ainda, a Iara Lavelberg, sua atitude “perdulária” e “antiproletária” indignava companheiros de militância, ao ponto de fazerem circular um documento irado, através do qual ela e outras moças eram acusadas de “líderes rebolantes”. Conforme Judith Patarra, a tudo isso Iara permanecia impassível, ou melhor, respondia com mais rebeldia: pintava os olhos como a modelo Twiggy e caprichava na minissaia.

Na atuação no interior das organizações o machismo também reinava e era percebido e criticado. Às moças cabia a infraestrutura: compra, cozinha e “fachada” de estudantes em fim de semana prolongado, quando ocorriam as discussões do partido. Iara Lavelberg reclamava: “Os graduados discutem, e a gente no serviço

²⁵ PATARRA, Judith L. – *Iara : Reportagem Biográfica* - RJ – Rosa dos Tempos – 1992 – p. 127.

doméstico. Fico louca da vida. De vez em quando nos concedem a honra de um palpite. Bem que eu digo, a gente só fica sabendo das coisas na cama”.²⁶

Essa percepção dos limites de atuação e de espaço dado às mulheres à época, também foi elaborada por uma das nossas entrevistadas. E, nesse sentido, a história de Elza é muito interessante²⁷. Pertencendo a uma família de militantes, ela conviveu desde a infância com a militância do pai, que incluía clandestinidade, prisões, violência policial e perseguição como rotina. Também pôde constatar a luta cotidiana da mãe como militante, esposa e dona-de-casa. Seu depoimento também é carregado de fortes emoções, embora, diferentemente de Ruth, ela pareça não poupar nem o partido, nem a família e o tempo presente parece ser sempre mais importante do que o passado em suas lembranças.

Quanto ao preconceito em relação às mulheres, para Elza essa prática existe e sempre existiu, mesmo nos partidos existentes no pós-64. Vale lembrar que nos anos 60 ela era militante do PCB. E para boa parte das militantes, esse partido parece ter primado, quase sempre, por atitudes diferenciadas com relação à participação feminina:

“Olha, dentro dos partidos, mesmo nos partidos de esquerda não há muita diferença. Existe preconceito sim, existe discriminação sim e existem dificuldades, empecilhos, obstáculos que são postos diante da participação da mulher. É a maior batalha interna para a gente participar. Como nós estávamos todos dentro do MDB, e depois, PMDB de pós-64,

²⁶ Idem, p. 182.

²⁷ Elza foi militante da Juventude Comunista nos anos 60. Embora não tenha participado da guerrilha, sua história nos interessou por ser filha de militantes comunistas que tinham experiência em participação de guerrilha. Foi presa em 1971 no norte do Paraná. Formada em História, atualmente é vereadora. É casada, tem dois filhos. Entrevista concedida em 28/04/1999.

a gente era uma frente, uma frente ampla o PMDB, que acolheu em seu seio, digamos assim, todos os progressistas, os democratas, os socialistas e os comunistas, enfim, tinha a ARENA e o MDB, então evidentemente a esquerda ou a mais a esquerda estava no PMDB e a direitona... qualquer oposição estava no mesmo grupo. E, evidentemente, que ali dentro do grupo eu fui incluída dentro da executiva regional, municipal do MDB, que eu ajudei a fundar. E nós tínhamos naquele momento, era uma coisa meio que diluída, não havia uma visibilidade maior com relação à questão de diferenças entre homens e mulheres no ponto de vista de militantes, porque eram lutas mais gerais... a questão era outra”.

Em suas lembranças Elza constantemente evoca a figura da mãe, lembrando que, dentro do PCB, a discriminação existia de forma velada, especialmente quando tarefas políticas destinadas pelo partido às mulheres, assumiam um caráter específico de “atividade feminina”, e aparentemente, de importância menor:

“Mas só para retroceder um pouco, em 1949 a minha mãe foi presidenta de uma associação feminina aqui de Londrina, chamava mesmo Associação Feminina de Londrina, que foi criada essa associação, como uma tarefa das militantes, das esposas dos comunistas ou filhas de comunistas. Como tarefa! Para você ver como era, há realmente, quer dizer, as mulheres criaram a associação feminina, que na verdade, era uma associação que teve papel fundamental aqui em Londrina, do ponto de vista de algumas conquistas sociais: asfalto, escola, enfim, algumas melhorias para a população. Mas ela tinha fachada de associação feminina, mas era uma tarefa deliberada pelo partido comunista, das mulheres... especialmente”.

Ainda em suas lembrança Elza constata que, no momento em que as mulheres reivindicavam um espaço para discutir

as questões específicas de sua condição, o partido, em suas palavras, “caía matando”, ou seja, se recusava ou resistia a atender o pedido:

“Só que aconteceu uma coisa muito interessante: essa associação, quando as mulheres começaram efetivamente querer discutir nesse espaço as suas questões específicas, o partido caiu matando. Para você ter uma idéia como a questão de gênero ... o machismo, o preconceito está impregnado em todo e qualquer lugar. Ela falou (a mãe), “bom nós desenvolvemos as tarefas do partido, mas queremos também conversar sobre as nossas questões específicas, nossa realidade, o nosso ser mulher”. Mas aí o partido de um lado pressionando e a polícia do outro, porque já desconfiava que era uma entidade considerada subversiva. Então ... Isso para mim é uma prova concreta das dificuldades que as mulheres tiveram e ainda têm hoje, de se inserirem nos movimentos e participarem enquanto militante com a mesma facilidade, digamos assim, não é questão de liberdade não ... Os obstáculos às vezes são sutis, eles são quase invisíveis, imperceptíveis, porque não fica bem para esquerda mostrar que tem preconceito com relação à mulher. Mas tem.”

É possível dizer que o comportamento de alguma mulheres nos anos 60, feria os padrões de comportamento predominantes. Iara Lavelberg era um exemplo disso. Atuando na VPR, Iara provocava comentários: “transeira”, nada convencional, não se encaixava no que se chamava de “moral proletária”. Quando inicia o romance com Carlos Lamarca, novos abalos ocorrem no interior da organização. Fortes críticas foram feitas diante da possibilidade da repressão vir a saber da “amante” do Lamarca. Com esposa e filhos em Cuba, logo seria veiculado que o capitão era homem que não respeitava a família. Então, além de traidor e

subversivo, ele seria visto também como conquistador de mulheres. E tal imagem do capitão não interessava à esquerda.²⁸

Entretanto, o machismo e as distinções de gênero que existiam no interior das organizações de esquerda, muitas vezes só eram percebidos anos mais tarde pelas mulheres, no exílio. Além da percepção de questões relacionadas à especificidade da condição feminina, o exílio possibilitava repensar relacionamentos, como podemos perceber nessa carta de uma militante, sem identificação:

“Meu amor, meu querido comp. um grande abraço. Só agora é que posso responder tuas últimas e inesperadas cartas. Desejo, de todo o coração que estejas bem (...) Realmente é muito difícil dizer as coisas por carta. Da margem a entendimentos, às vezes, diferentes. É muito difícil responder as inúmeras questões q. você colocou em suas cartas, sem que nisso vá uma boa dose de emoção, de agressão. Não se consegue uma comunicação total qdo estamos, provisoriamente, impossibilitados de conversarmos. São muitas as coisas acumuladas nestes tempos todo: dores, alegrias (tão poucas) esperanças (muitas) muita consciencia das coisas, todas elas bem guardadas esperando você chegar”²⁹.

Através dessa carta é também possível constatar que os problemas afetivos misturavam-se às questões revolucionárias. Ou seja, a “causa revolucionária” confundia-se com a vida pessoal em seus níveis mais íntimos como, por exemplo, o da afetividade:

“Todas elas –das questões + gerais, às mais pequenas, necessitando discutir com você, encontrar um pouco a unidade, saber que a

²⁸ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack – *Lamarca: o capitão da guerrilha* – SP – Global – 1984 – p. 58.

²⁹ Optamos por uma redação fiel do manuscrito acompanhando a grafia original, incluindo as abreviaturas. – Carta manuscrita, sem nome, sem data. – (Coleção Jair Ferreira de Sá) – Arquivo Público do Rio de Janeiro.

construímos a cada dia para o objetivo maior, a causa. Saber q. temos algo muito nosso em comum q. nos permite descer ao fundo das nossas dúvidas, das nossas dores, da amargura q. às vezes se acumula e cristaliza em nossos corações. Rediscutir com você muitas questões q. hoje vejo diferente. Em todos os níveis. Saber do seu pensamento, da sua vida. Muita coisa (...) Porque é idealismo pensar q. um relacionamento, como a luta, cresce em linha reta. Que a cada momento a luta, a vida não coloca novos problemas, em cima dos quais haverá q. ser reconstruída uma nova unidade. O contrário é negar a dialética. A tua resposta foi a de propor o fim de nosso amor. Foi a de dizer que não esperava que eu não gostasse mais de você ...Não quero, nem pensar, nem vou dizer-te o que isso significou para mim”.

Mas pode-se perceber na mesma carta a tentativa de uma relação homem/mulher diferenciada, quando se poderia falar, ou esperar a infidelidade do outro sem maiores problemas:

“Conta-me como estás, como te sentes. Fala-me da vida, das coisas todas, do trabalho, das “transas”(…) Escreve-me sempre que possas. Tem momentos q. me sinto perdida e só. Não esqueças de escrever ... Um grande abraço, um beijão grandão, junto com minha raiva, minha alegria e meu amor. Com o carinho da tua companheira”.

Da mesma forma, é possível notar que quando partem para fora do país, sem os companheiros, as mulheres carregam com elas todas as dúvidas e a paixão de seus relacionamentos anteriores, juntamente com as incertezas revolucionárias. Como também evidenciam vários depoimentos coletados em *Memórias das Mulheres do Exílio*, foi somente no exterior que grande parte das mulheres que participou das organizações de esquerda nos anos 60 e 70 passou a adquirir uma consciência da especificidade da

condição de mulher, na luta política e cotidiana no interior das organizações políticas, cujo grau variava conforme a organização.

Para a militante Angelina:

“Durante muito tempo eu não tive consciência de que existia uma opressão das mulheres dentro dos grupos políticos. Hoje, eu vejo que essa opressão existia muito marcada pelo tipo de estrutura de poder, pelas relações de poder que existiam nas organizações em geral”³⁰.

Também para Maria Nakano:

“Não via então que nos organismos que definiam as linhas políticas, que tomavam as decisões, o número de mulheres era mínimo. Mesmo nós que vínhamos da Universidade, tínhamos uma participação insignificante a este nível. Mas naquela época não me dava conta disso”³¹.

O depoimento da ex-guerrilheira Dulce Maia ao jornalista Luiz Maklouf atesta a imagem que alguns militantes criavam de suas companheiras:

“(...) Fui sempre namoradeira, mulher emancipada (...) Sempre tive muitos namorados, mas todos de fora da Organização. Eu tinha muito cuidado. Todos eles percebiam. O único da Organização foi o Diógenes, mas a história só aconteceu quando estávamos presos. Uma vez, em Cuba, um militante, o Portuga, disse que tinha sido uma decepção muito grande ao ter sabido da minha relação com o Diógenes. “É uma questão absurda”, eu disse pra ele. “Eu sou uma mulher normal, estranho seria se eu não tivesse um companheiro”. Ele

³⁰ COSTA, Albertina O. (org.) – *Memórias das Mulheres do Exílio* – RJ – Paz e Terra – v. II – p. 249.

³¹ Idem, p. 136.

respondeu: *“É que eu sempre te considerei um homem. (...)”*³².
(Grifos Nossos).

Para Tereza, a minha terceira depoente, a questão que se colocava à época não era de gênero masculino ou feminino, era de pragmatismo: quem era melhor para determinada tarefa era designado para a mesma, independente de ser homem ou mulher³³. Embora, tenha a mesma opinião de Ruth sobre não existir preconceitos ou diferenças entre homens e mulheres na atuação clandestina de esquerda nesses anos, tal conclusão se deve a outros motivos, por exemplo, o grande pragmatismo da esquerda. De todas as depoentes, Tereza parece ser a mais desligada do passado, a que consegue enxergá-lo ou se colocar de forma mais distanciada dele. Suas respostas nunca são conclusivas, conseguindo pensar em várias possibilidades para as situações, e nos limites que a vivência daqueles anos impunha.

“Eu acho que não havia distinção. Eu acho que não. A bem da verdade, assim, no período em que eu estive ligada à dissidência do PC (...) não me lembro de ter discutido isso de uma forma que relacionasse machismo. Tinha gente que tinha, por exemplo ... eu me lembro, problema de visão muito agudo, que dependia dos óculos muito pesados, que também não foram. Gente que não tinha um bom pique de caminhada, eu sei de um cara que não foi porque a mulher estava grávida, quer dizer ... na verdade as razões eram razões assim ... ia para a guerrilha o pessoal que tivesse melhor condições físicas e emocionais. O critério era esse (...) E na verdade, eu não me lembro de ter presenciado nenhuma discussão em que fosse esse o foco. Em

³² CARVALHO, Luiz M. – Mulheres que Foram à Luta Armada – SP – Globo – 1998 – p.44.

³³ Tereza foi militante da POLOP de 1965 a 1970, quando foi presa e exilada. Em 1972 voltou ao Brasil e foi presa novamente saindo da prisão em 1975. Atualmente é jornalista,

que a questão passasse por uma discussão assim: eu também quero ir. Não era assim. Quer dizer, era um consenso de que cada pessoa podia fazer melhor alguma coisa. E olha eu andei fazendo organização de trabalhadores durante anos e anos sozinha, sem nenhum tipo de proteção ... em situações extremamente pesadas e complicadas e não havia esse tipo de discussão, assim. Se eu era melhor para fazer alguma coisa, eu fazia. A questão, a crítica, você tem que ver o que isso significa estar na clandestinidade (...) tem que pensar absolutamente positivo, e as pessoas têm que ser as mais adequadas para cada tipo de lugar, então ... não era uma representação feminina, do preto, do homossexual que ia prevalecer. Não era essa a discussão”.

Apesar de afirmar a não existência de distinções de gênero dentro dos partidos de esquerda nos anos 60, -ou pelo menos que se isso aconteceu não foi percebido à época por ela- Tereza deixa claro que os critérios de atuação na guerrilha e na clandestinidade, eram critérios “pragmáticos e masculinos”:

“Agora, nas relações pessoais e lutas pessoais, eu acho que a gente não acrescentou nada de muito novo, a não ser mudanças de atitude. Eu acho que são dois fatores bem distintos e ... é importante que fique claro isso. Quer dizer, eu não vejo em nenhum momento da militância em si a possibilidade de ter discutido as coisas de outra forma, quer dizer: as mulheres faziam falta? Faziam quando eram mulheres que tinham atividade e habilidade. E a discussão era essa: Quem é melhor para ... fazer ... se alguém é melhor para fazer discussão política com trabalhadores, não interessa se era homem ou mulher, vai. E se alguém é melhor para fazer assalto, vai (...) Eram critérios masculinos ... mas isso ... na verdade, era uma visão extremamente pragmática. Se tivesse alguém com uma boa mira e acho que para o guerrilheiro era mais fácil, o

problema era quando você tinha que enfrentar ... na guerrilha rural as coisas eram muito mais complicadas. Porque eram longas marchas, muito complicado. Agora, para ações armadas rápidas, tinham mulheres que iam e se saíam super bem. Entende? Então, agora, na verdade, era a coisa da proporção, né? Quer dizer, havia muito mais homens aptos do que mulheres aptas. Até porque tinham mais homens do que mulheres”.

É necessário reafirmar que, em teoria, a idéia que permanecia na época era de igualdade entre os homens e mulheres. Para os militantes o soldado da revolução não tinha sexo. Analisando-se, porém, algumas práticas revolucionárias da esquerda, percebe-se que, à primeira vista, os vários grupos reproduziam as características preconceituosas e neuróticas da sociedade. Os homens agrediam as mulheres que partiam para a práxis guerrilheira: “Além do desajeito, mulher menstruada não entra na água (...) a coluna atravessa um rio, ela fica”. Uma das deduções que se pode fazer a respeito dessa fala era a existência de uma antiga concepção de que as mulheres não poderiam se molhar durante o período menstrual, porque haveria o risco do mênstruo subir à cabeça, como observa Judith Patarra, ou talvez, acreditamos, um certo “asco” em relação a tal situação da condição feminina.

Após essas discussões, uma questão que pode ser levantada diz respeito ao fato de ter existido em algum momento, por parte da esquerda, no plano teórico, uma preocupação em diferenciar ou mesmo tratar de forma específica a questão feminina e a clandestinidade.

Através de vários documentos, principalmente programas, manifestos e teses dos partidos e organizações de esquerda, pode-se perceber que esta questão não existia de forma explícita. Afinal, a grande preocupação era a revolução e questões

referentes às necessidades coletivas. Pesquisando em vários documentos ficou-nos claro este posicionamento. Analisando o *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighela, que acabou se transformando numa espécie de “bíblia” da guerrilha urbana, podemos verificar que a “diferenciação sexual” não era apresentada de forma explícita. A referência aos participantes da guerrilha era feita de forma integrada, ou seja, ao se referir aos membros da guerrilha se pensava em homens e mulheres, no conjunto, como podemos ver nesta passagem:

“(...) aos valorosos companheiros e companheiras, presos nas masmorras medievais do governo brasileiro e submetidos a torturas que nada ficam a dever aos horrorosos crimes praticados pelos nazistas (...)”³⁴.

Entretanto, em várias passagens, o manual apela para um discurso que sugere ao leitor que a empreitada da guerrilha era um “negócio de homens”, como por exemplo:

*“...Finalmente, o motivo por que o presente mini-manual leva a minha assinatura (...) que as idéias aqui expostas e sistematizadas refletem a experiência pessoal de um **grupo de homens** que lutaram à mão armada no Brasil, e entre os quais tenho a honra de estar incluído...”*
(Grifos Nossos).

Ou, como em outra passagem:

*“A pecha de assaltantes ou terroristas é uma condição que enaltece qualquer **homem honrado**, pois significa exatamente a atitude digna*

³⁴ MARIGHELA, Carlos - *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano* – Projeto Brasil: Nunca Mais – Arquivo Edgar Leuenroth – Campinas – UNICAMP - p. 2

do revolucionário que luta à mão armada contra a vergonha e a monstruosidade da atual ditadura militar”³⁵. (Grifos Nossos).

Pode-se entender que as referências ao “guerrilheiro urbano” - no masculino -, era uma forma de abarcar todos os sexos, de maneira totalizante, sem fazer uma diferenciação entre homens e mulheres. Entretanto, as qualidades e aptidões exigidas para compor o perfil de um guerrilheiro urbano, caracterizavam-se por exigir uma série de talentos que dificilmente uma mulher possuiria:

“...O guerrilheiro urbano caracteriza-se pela bravura e espírito de decisão. Deve ser um grande tático e um bom atirador.

O guerrilheiro urbano deve ser dotado de muita astúcia para compensar por este meio o fato de não ser suficientemente forte em armas, munições e equipamentos...”³⁶.

Outras habilidades listadas no manual exigiam um preparo que poderia, inclusive, ser considerado extremo para um homem, o que tornava tudo ainda mais difícil para as mulheres. Na prática essas exigências deveriam, por certo, gerar conflitos cotidianos. Dizia o manual que ninguém podia tornar-se guerrilheiro urbano sem dar uma especial atenção ao seu preparo técnico. Tal preparação dizia respeito, desde o aspecto físico até o aperfeiçoamento ou aprendizado de profissões e habilidades de todos os tipos, principalmente manuais. Além do mais, o guerrilheiro urbano tinha que ser bom lutador e, para tanto, treinar sistematicamente e praticar vários tipos de luta, de ataque e defesa pessoal:

³⁵ Idem, p. 2.

*“...O guerrilheiro urbano só ostenta boa resistência física se treinar sistematicamente. Não pode ser bom lutador se não tiver aprendido a arte de lutar. O guerrilheiro urbano deve, por isso aprender a praticar os vários tipos de luta de ataque e defesa pessoal. Outras formas úteis de preparo físico são o excursionismo a pé, o acampamento e os exercícios de sobrevivência no mato, escalada de montanhas, o remo, a natação, o mergulho o treinamento para homem-rã, a pesca, a caça submarina, a caça de animais de pequeno e grande porte...”*³⁷

Conhecimentos técnicos e mecânicos sobre carros e aviões também eram citados como básicos para o guerrilheiro urbano. Mas, acima de tudo, o preparo técnico do guerrilheiro exigia conhecimento do manejo de armas, tais como metralhadoras, revólver, as automáticas, o FAL, os vários tipos de espingarda, carabina, morteiros, bazucas e outros. E, por fim, a arte de manejar os vários tipos de explosivos. De forma explícita, a participação das mulheres é pensada em áreas já demarcadas como espaço de “ocupação feminina”, como por exemplo, a enfermagem. Tal profissão, à época, juntamente com o magistério e o secretariado, era vista pela sociedade como digna e séria para uma mulher. O texto do manual, ainda que não fosse essa a intenção, parece reiterar esse pensamento:

*“Um dos cuidados que devemos ter é criar cursos de enfermagem para homens e mulheres. (...) Outra solução é utilizar um companheiro enfermeiro ou companheira, que aguarda com a maleta de curativos em uma casa ou qualquer outro lugar”*³⁸.

³⁶ Idem, p. 3.

³⁷ Idem, p. 7.

³⁸ Idem, p. 41.

Neste caso citado, ainda há o cuidado de se mencionar que homens também podiam desempenhar “funções femininas”, embora nunca tenha ocorrido o mesmo, quando mulheres desempenhavam atividades que tinham como características “perfis masculinos”, ou seja, quando o preparo se relacionava com aspectos que exigiam, por exemplo, aptidões físicas, o texto se dirigia, geralmente, ao “guerrilheiro”, no masculino .

No final, ao tratar da seleção dos guerrilheiros, o autor do manual enfatizava em várias passagens que a revolução dependia de homens:

*“A revolução é um fenômeno social que depende de **homens** e recursos”.*

*“**Os homens**, por sua vez, precisam de dois requisitos fundamentais e obrigatoriamente indispensáveis:*

a) devem ter uma motivação político-revolucionária;

b) devem possuir preparo técnico-revolucionário adequado”³⁹. (Grifos Nossos).

Marighella ainda alerta que:

*“**os homens** melhor treinados, mais **experientes e dedicados** da guerrilha urbana, (...) constituem a **espinha dorsal** da guerra revolucionária e, por isso mesmo, da revolução brasileira”. (Grifos Nossos).*

Ainda na parte final do manual, o autor parece lembrar da participação feminina na guerrilha, mas aparentemente, essa lembrança soa um pouco como uma concessão ou como uma

³⁹ Idem, p. 47.

propaganda, com a intenção de atrair mais quadros para a luta revolucionária:

*“tantas mulheres têm sido acusadas de participação em ações guerrilheiras contra bancos, pedreiras, quartéis, etc, encontra-se muitas delas no cárcer (sic), enquanto outras são procuradas pela polícia”*⁴⁰.

Também o *“Regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia”*, apresenta um estilo semelhante, de exigência na preparação do guerrilheiro:

“... O combatente tem o dever de:

- a) velar permanentemente por seu armamento e equipamento, ter suas armas e munições em perfeitas condições de uso;*
- b) cuidar continuamente de sua preparação militar, de seu estado físico e da elevação de sua consciência política ...”*⁴¹

Assim, percebe-se que tais habilidades requeridas dos guerrilheiros exigiam um tipo especial de homens, um quase super-homem. Possivelmente, essa exigência deveria tornar a atuação guerrilheira muito difícil para mulheres e também para os homens que não preenchiam tais requisitos. Uma passagem do jornal *O Araguaia*, traça o perfil do guerrilheiro e o espanto decorrente da não correspondência àquele modelo, corroborando a idéia que Ruth já apontou em seu depoimento, de que os homens considerados franzinos ou fracos também sofreriam dificuldades de enquadramento no “padrão revolucionário” exigido, assim como as mulheres. Isso

⁴⁰ Idem, p. 49.

⁴¹ “Regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia” In: *O Araguaia*, no. 6, ano 2, jan. 1975 – Coleção Daniel Aarão Reis Fo. – Arquivo Público do Rio de Janeiro.

pode ser confirmado quando é feita a descrição física do médico João Haas Sobrinho, que a princípio não parecia preencher essas qualidades:

“Magro, alto, de tez clara e de óculos, tem uns trinta anos. Fala em voz baixa e pousada (sic), como se o pensamento estivesse sempre fiscalizando as palavras. Não se exalta nunca e não tem as características exteriores que se imaginam de um guerrilheiro”

No entanto, logo a seguir são apresentadas provas de sua bravura e heroísmo que desmentem essa primeira impressão:

“Faz quase três meses, ele e outros companheiros caíram em uma emboscada. O médico foi logo alcançado por duas balas na perna. Apesar de haver caído, animou os companheiros surpreendidos pela emboscada, gritando: “fogo nessa canalha! Se é para morrer vamos morrer lutando”. Os guerrilheiros responderam com firmeza à fuzilaria e a situação se inverteu. Os militares se viram obrigados a recuar, embora fossem superiores em número”.⁴²

No mesmo número do *Araguaia* uma entrevista com a guerrilheira Elenira Resende faz uma apresentação da mesma e fala sobre a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia,:

“Elenira Resende era uma das líderes universitárias que, junto com Travassos, Dirceu e outros dirigiu as grandes jornadas da União Nacional dos Estudantes, de enorme repercussão em todo o país. Os

⁴² Este número do jornal *O Araguaia* traz um artigo assinado por Adamastor Terra, mostrando através de uma viagem do autor pela região da guerrilha (realizada em abril de 1973), que as forças guerrilheiras são compostas por pessoas oriundas de diferentes origens sociais: mulheres, camponeses, estudantes, médicos. O texto contém conversas com alguns guerrilheiros, e o tom do discurso é um tanto didático, visando a ensinar o que se pretendia com a guerrilha. Cf. *O Araguaia*, ano 1, no. 3. Set. de 1974 – Coleção Daniel A. Reis Fo. – Arquivo Público do Rio de Janeiro.

companheiros mais íntimos somente a chamavam carinhosamente de “Negra”. Combativa e inteligente, era comum, quando se aborrecia, dizer palavrões. Logo após o Ato Institucional no. 5, Elenira foi perseguida pela polícia, logrando sempre escapar.”

Na descrição de Elenira é fácil perceber características que mesclavam admiração, beleza e inteligência, juntamente com outros adjetivos que fugiam do que se poderia esperar do comportamento de uma moça, como dizer palavrões, por exemplo. No entanto, tal comportamento a aproximava do que poderia ser entendido como “mundo masculino”. Essas particularidades pareciam servir, por um lado, para se criar um mito em torno da imagem das guerrilheiras, que agregavam sob o mesmo olhar, sensibilidade, beleza, inteligência e rebeldia e, por outro, aos olhos da repressão, consolidava também a imagem da subversiva vadia.

Ainda na entrevista com Elenira, pergunta-se sobre a participação de outras mulheres no Araguaia:

“ __ Você é a única mulher guerrilheira?

__ Não, há mulheres daqui e da cidade. **Todas estão se comportando muito bem.** Não faz muito foi presa uma guerrilheira, lá por São Geraldo. Ela se perdeu e foi localizada pelos soldados. Teve que ser amarrada e assim foi levada. Por onde passava incitava os camponeses a lutar contra o governo, sem temer as ameaças de morte dos militares que a conduziram. Todo mundo falava da valentia dessa companheira. Você já ouviu falar da Dina, não é verdade? Sua cabeça está a prêmio. É uma excelente pessoa, simples, esforçada, valente”. (Grifos Nossos).

Neste caso, embora permaneça o mesmo enaltecimento do heroísmo e valentia comum aos demais guerrilheiros, chama a

atenção a necessidade de se enfatizar que as mulheres estariam se “comportando bem na guerrilha”. Tal afirmação carrega consigo uma infinidade de leituras do que poderia ser o cotidiano da guerrilha rural.

No mesmo número do *Araguaia*, fala-se da morte de Elenira, o que demonstra como era difícil o acesso às notícias sobre a guerrilha, em decorrência da clandestinidade e, por conseqüência, das dificuldades decorrentes da fuga da repressão. Assim, nesta edição do jornal, aparecem, ao mesmo tempo, uma entrevista realizada um ano antes e a notícia da morte da guerrilheira:

“(...) Com grande pesar e profundo sentimento revolucionário, as Fôrças Guerrilheiras do Araguaia comunicam a morte em combate da heróica e devotada lutadora da causa do povo, Elenira Resende.

Quando cumpria uma tarefa de observação, Elenira foi descoberta por uma bate-pau e em seguida cercada por soldados escondidos no lugarejo denominado São José. Não se atemorizou. Atirou enquanto pôde. Atingida por uma rajada de metralhadora, caiu mortalmente ferida, derramando seu sangue pela liberdade e independência da Pátria. Cumpriu seu dever de membro das Fôrças Guerrilheiras do Araguaia(...).”⁴³.

⁴³ A reportagem ainda continua dando mais informações sobre a morte da guerrilheira, no mesmo tom de enaltecimento de sua bravura e conclamando, também, ao não esquecimento de sua memória: *“Universitária e dirigente da União Nacional dos Estudantes, Elenira veio para o campo com o objetivo de ligar-se aos camponeses e participar de suas lutas. Conhecida na região em que morava, tornou-se muito estimada por todos que a conheciam. Ao sobrevir o ataque das fôrças da ditadura contra os moradores do Sul do Pará, incorporou-se aos que resistiram de armas na mão. Revelou grande coragem, espírito de iniciativa e capacidade de comando. Gozava de imenso prestígio entre seus companheiros. O exemplo revolucionário de Elenira Resende jamais será esquecido pelo povo, em particular pela juventude. Os estudantes lembrar-se-ão sempre daquela que, além de guerrilheira se destacou como valorosa militante do movimento democrático. Reverenciando a memória de tão brava combatente, o Comando das Fôrças Guerrilheiras do Araguaia, decide dar seu nome ao grupo do qual ela pertencia. O Grupo de Combate Elenira Resende há de crescer e realizar proezas dignas dessa heroína do povo brasileiro. Honra e glória a Elenira Resende! Morte aos que perseguem e atacam os moradores e combatentes do Araguaia!”*

Na análise de outros documentos, de diferentes partidos, percebemos quase a mesma situação. Observando os documentos considerados mais importantes na trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no período de 1958 a 1967, verificamos que só se falava sobre as mulheres – ou, mais especificamente sobre a participação das mulheres na atuação partidária -, depois do golpe de 64, precisamente em 1967. Até então, os documentos faziam referência aos “comunistas” ou aos “companheiros” ao se dirigirem aos seus membros. Somente em dois documentos, datados de 1967, “Informe de Balanço do CC ao VI Congresso” e “Resolução Política do VI Congresso”, é possível constatar uma convocação direta às mulheres:

*“É grande a capacidade de **ação política das mulheres**. Sua mobilização muito contribuirá para o reforçamento da luta contra a ditadura. É **necessário**, com esse fim, **organizá-las**, sob diversas formas, para a luta por suas reivindicações próprias (...)”* ⁴⁴. (Grifos Nossos).

Segundo Zuleika Alembert, foi só neste VI Congresso que se conseguiu, a muito custo, falar dos direitos das mulheres: “(...) Revendo os velhos documentos do partido eu encontrava menção às mulheres, mas só no 6º Congresso é que eu consegui enfiar um parágrafo que fala dos direitos da mulher(...)” ⁴⁵. Para Alembert essa ausência das questões específicas das mulheres nas reflexões do

⁴⁴ “Informe de Balanço do CC ao VI Congresso” In: *PCB: Vinte Anos de Política - 1958/1979 - SP - LECH - 1980 - p. 127.*

⁴⁵ Entrevista de Zuleika Alembert, militante do PCB, concedida ao jornal *Em tempo*, em 1979. Recém chegada do exílio, única mulher à época, no Comitê Central do partido, Alembert fala sobre a sua participação no PCB, bem como sobre o papel das mulheres. Cf. *Em Tempo*, 8 a 14 de nov./ 79. Por Miriam Abromovay e Elizabeth Souza Lobo – Coleção Daniel A. Reis Fo. – Arquivo Público do Rio de Janeiro.

partido indicava uma postura dos homens comunistas em relação à mulher:

“(...) Os comunistas são parte da sociedade e não são diferentes. Eles têm que ser vanguarda mas nem sempre o são. A mim me é permitido muito, porque eu já não sou considerada mulher. Mas as mulheres dos militantes que continuam a ser mulheres, você não pode mexer porque bagunça o coreto deles: o chinelo não está no lugar e a batata frita não está na mesa. E não pense que estas mulheres não têm o que dizer. Os homens estão acostumados a crescer à custa do esmagamento da mulher. Por isso as mulheres são sempre massa, por que elas não tem (sic) a chance deles (...)” (Grifos Nossos). ⁴⁶

Pode-se dizer também, que a postura adotada pelo PCB, por ocasião do VI Congresso, de incluir uma pequena menção às mulheres em seu documento, pode ser entendida como uma tentativa de angariar a simpatia e a adesão às suas fileiras de setores que, principalmente após o golpe de 64, passaram a considerar a luta armada uma possibilidade concreta de enfrentamento ao regime militar. Tais segmentos, portanto, partiam para a militância nas outras organizações de esquerda, em especial para aquelas que propunham as ações de guerrilha, esvaziando, assim, o PCB. Talvez seja por essa mesma razão que os documentos passam a falar diretamente à juventude e “o significado

⁴⁶ Zuleika Alembert também fala de sua dificuldade e das outras mulheres, de serem aceitas pelos homens quando começaram a militar, provavelmente nos anos 50: *“Naquela época faziam política a Ivete Vargas, eu, e a Conceição Santamaria. Uma mulher que ousava fazer o que eu ousava, era objeto de crítica, pouco passava de prostituta. Na militância partidária tive muitas dificuldades, de falar, por exemplo, sem ser escutada, porque os homens falavam melhor, impostavam a voz. Mas eu continuava me colocando em competição com os homens (...) E assim houve uma época em que eu usava sapato de homem porque me sentia mais forte. Usava costume marrons, que me faziam parecer um macaco, uma bolsa de condutor de ônibus, uma reação natural e inconsciente (...)”*.

crescente de sua participação na vida nacional”, ou ao movimento estudantil “com suas lutas valorosas contra o regime opressor” ⁴⁷.

Entretanto, em se tratando especialmente da participação feminina, ou melhor, da ausência dela em documentos oficiais, o PCB não é exceção. Os outros partidos e organizações de esquerda também dispensam o mesmo tratamento à questão. Podemos constatar essa postura através dos programas, manifestos e documentos-bases dos principais partidos de esquerda, no pós-64, que compõem o livro *Imagens da Revolução*, organizado por Daniel A. Reis F^o. Praticamente sem exceções, em todos os documentos aparece a sociedade dividida entre burguesia e proletariado, ou seja, dividida em classes. Dependendo da linha política adotada por cada partido, existem propostas de se trabalhar junto aos camponeses, aos operários, aos estudantes, às massas. No entanto, a grande maioria não menciona a incorporação das mulheres a esse trabalho. Vários exemplos que confirmam essa quase ausência da abordagem da questão feminina, podem ser citados. Poucos partidos podem ser citados quando, em raríssimas passagens, incorporam menções às mulheres na luta revolucionária.

O Partido Comunista do Brasil (PC do B), em documento datado de 1966, propõe a incorporação das “donas-de-casa” entre os segmentos sociais que podem desencadear um movimento de reivindicação popular como forma de resistência à ditadura militar:

*“A ação de massas deve estender-se por todo o país e abarcar as mais diversas camadas da população. Nas cidades, os operários, os estudantes, a intelectualidade e as **donas-de-casa** podem organizar*

⁴⁷ Idem, p. 127.

demonstrações contra a ditadura e dominação ianque”⁴⁸. (Grifos Nossos)

Também a ALN em uma passagem de um dos seus documentos aborda a inserção da mulher em seus quadros:

*“Entre os comportamentos, além da **mulher brasileira**, que até então não participava na ação revolucionária, mas que agora se incorporou nela, encontram-se estudantes, operários, camponeses, intelectuais, artistas, homens de profissões liberais”⁴⁹. (Grifos Nossos).*

Todavia, podemos afirmar que na maioria dos documentos das organizações e partidos de esquerda desse período, a incorporação das mulheres ao movimento revolucionário é abordada de forma rápida, em raras passagens. Quase sempre a participação feminina era tratada como uma forma de concessão ou como uma necessidade de ampliação dos quadros revolucionários. Em boa parte dos documentos dos partidos há uma reiteração de alguns aspectos que já havíamos apontado anteriormente, no *Mini-manual do Guerrilheiro Urbano*, principalmente aqueles que indicam que a guerrilha é uma ação que necessita de homens, mas não de qualquer homem, e sim de “homens especiais”:

⁴⁸ “União dos brasileiros para livrar o país, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. Segundo Daniel Reis F^o, esse documento foi preparado pelo Comitê Central do PC do B para servir de base às discussões da VI Conferência Nacional, realizada em 1966. As divergências provocadas pelo texto originariam duas cises: PC do B-AV e o PCR. Para maiores informações cf. REIS F^o, Daniel A. - *Imagens da Revolução* - Documentos Políticos das Organizações de Esquerda - 1961-1971 - RJ - Marco Zero - 1985.

⁴⁹ “O Papel da Ação Revolucionária na Organização” - ALN - (1969) - In: REIS F^o, Daniel A. - Op. Cit., p. 207.

*“...a construção de uma nova sociedade liberta da exploração, **dirigida por homens** que só tenham compromissos com a luta do povo”⁵⁰. (Grifos Nossos).*

*“O emprego das ações de pequenos grupos armados não exclui a luta de massas nem as ações de massa. Prova, entretanto, que sem potência de fogo e sem **homens armados**, nada podemos fazer contra a ditadura”⁵¹. (Grifos Nossos).*

Em outros documentos de discussão interna dos partidos, verifica-se a mesma postura como, por exemplo, em um texto de discussão da ALN ⁵², atribuído a Ernesto Che Guevara, datado de 1959, usado para estudos pelos militantes dessa organização. O seu conteúdo também faz apelos à necessidade do “soldado” disciplinado para o pleno êxito da guerrilha:

“O exército de guerrilhas, exército popular por excelência, deve ter, no plano individual, as melhores virtudes do melhor soldado do mundo (...) A disciplina do guerrilheiro é interior; ela vem da profunda convicção do indivíduo da necessidade de obedecer ao superior, para garantir a eficácia do organismo armado do qual ele faz parte, e também para garantir sua própria eficácia(...) Soldado disciplinado, o guerrilheiro é também um soldado muito ágil, física e mentalmente.”

Em outra oportunidade Guevara também explicita essas características a respeito do guerrilheiro ideal:

“(...) O soldado guerrilheiro terá de ser infatigável. Terá que encontrar algo mais no momento em que seu cansaço pareça ser intolerável. Sempre tem que iluminar seu gesto pelo mais profundo

⁵⁰ “Concepção da Luta Revolucionária” - COLINA (Abril, 1969) - In: REIS F °, Daniel A. - Op. Cit. - p. 152.

⁵¹ ALN, Op. Cit., p. 152.

*convencimento que o obrigue a dar outro passo, não o último, e mais outro e outro, até chegar ao lugar designado pelos chefes (...) Para cumprir estas condições necessita também uma saúde de ferro, que o faça resistir a todas estas adversidades sem adoecer e converta sua vida de animal acoçado (sic) em um fator a mais de fortalecimento, para fazer-se, ajudado pela adaptabilidade natural, algo assim como uma parte da terra onde combate (...)”*⁵³.

Pode-se dizer que essa definição do “guerrilheiro”, do “soldado”, no masculino, necessariamente não significaria uma exclusão das mulheres, pois estas estariam incorporadas à guerrilha como sujeito revolucionário, sujeitas às mesmas exigências que se faziam aos homens: disciplina, agilidade física, preparo técnico, conhecimentos específicos. Entretanto, outro texto importante para boa parte das organizações de esquerda desse período acaba por fornecer-nos uma pista de como poderia ser, de fato, pensada a incorporação das mulheres à guerrilha, neste momento. Trata-se do livro *Revolução na Revolução* de Régis Debray⁵⁴.

Falando sobre a função de um exército de apoio popular à guerrilha, Debray pergunta: “*Mas e as **crianças**, as **mulheres** e os*

⁵² Documento de discussão e estudo da ALN, “Que é um Guerrilheiro?” – 1959 – de autoria de Ernesto Che Guevara – Anexo no. 51 do Projeto BNM.

⁵³ GUEVARA, Che – *A Guerra de Guerrilhas* – SP - Edições Populares – 1982 – vol. 3 – (Coleção América Latina – Série Nossa História, Nossos Problemas) – pp. 42-43.

⁵⁴ Esse escrito de Régis Debray, assim como, os de Guevara, propunha a eclosão da luta armada a partir do Foco Revolucionário. Segundo Marcelo Ridenti, dentre os grupos assumidamente “foquistas”, estavam a DI-RJ (MR-8) e COLINA. Para o mesmo autor, “(...)Resumidamente, a idéia debraysta de ‘foco’ previa três etapas no devir da atividade guerrilheira, inspiradas no exemplo da Revolução Cubana: a da instalação do grupo guerrilheiro (‘foco militar’), inicialmente isolado numa certa área rural de difícil acesso para a repressão; a fase do desenvolvimento da guerrilha, com a conquista e defesa de um território, quando camponeses seriam incorporados à luta; e a etapa da ofensiva revolucionária para tomar o poder, liderando as massas exploradas.(...)” Ainda para Ridenti, a maioria dos grupos guerrilheiros brasileiros fazia restrições à teoria pura do foco, inclusive a ALN, e muitas delas, principalmente a partir de 1968, se recusavam a ser denominadas de “foquistas”. Entretanto, ressalta o autor, que várias delas tinham muito de foquistas, principalmente a ALN, pois foram secundárias as modificações teóricas introduzidas no texto de Régis Debray. Cf. RIDENTI, Marcelo – op. cit. – p. 45.

velhos não podem incorporar-se diretamente na luta armada? Como mobilizá-los? De que forma podem participar da guerra?” E, então, o próprio Régis Debray fornece a solução para essa questão, afirmando:

“Integrando-se à produção, à sabotagem, à informação, no transporte, etc. (...) é a forma de luta própria da retaguarda como factor de mobilização e compreensão. Resumindo: Luta política e luta armada caminham juntas, onde uma é fraca, a outra é forte e vice-versa”⁵⁵. (Grifos Nossos).

Em outra passagem da mesma obra, o autor deixa claro a necessidade de rejuvenescimento dos partidos, que deveriam colocar “para fora” os velhos dirigentes, substituindo-os por membros mais jovens, diretamente ligados à luta clandestina urbana, pois, para ele,

“Um velho, habituado à atmosfera da cidade, afeito a outras circunstâncias e propósitos, se adapta com dificuldade à montanha ou, em menor escala, a clandestinidade ativa nas cidades (...) Que um velho possua uma militância a tóda prova – uma formação revolucionária - não basta, para enfrentar uma vida guerrilheira, sobretudo no comêço. A aptidão física é condição para tódas as outras atitudes possíveis: trivialidade de aspecto pouco teórico, mas a luta armada parece ter razões que a teoria desconhece”⁵⁶.

Neste sentido, podemos aferir que o lugar pensado por este autor, para a mulher na guerrilha, obedece também a “razões que a teoria desconhece”. Razões por certo, de ordem prática, que

⁵⁵ Cf. DEBRAY, Régis - *Revolução na Revolução* – s/d. – pp. 12-13 – (mimeo.) - Anexo 6442 do Projeto BNM.

⁵⁶ Idem, p. – 32.

obedeciam ao império da força física, muito mais do que ao desejo revolucionário ⁵⁷. Assim, não é de se estranhar que mulheres, velhos e crianças sejam colocados, lado a lado, na categoria de frágeis ou inúteis para as exigências que se faziam necessárias ao soldado revolucionário perfeito. Restava, então, a essa “frágil” categoria a atuação como suporte da revolução, talvez em trabalhos que não exigissem esforço ou certas habilidades e aptidões. Deste modo, quando Debray, logo adiante, se refere a homens, combatentes ou guerrilheiros, não podemos deixar de pensar que ele está se remetendo ao gênero masculino como principal atuante no combate guerrilheiro e não, simplesmente, pensando no coletivo, que poderia incorporar homens e mulheres. Pois o lugar da mulher já está definido por ele em momento anterior, ao lado de velhos e de crianças.

É importante considerar que Che Guevara não é tão rígido nas definições sobre o modelo de guerrilheiro desejado, especialmente acerca da idade ideal, deixando claro que existiriam exceções tanto para homens mais velhos, quanto para mais jovens. Entretanto, deixa claro que os homens jovens seriam aqueles que poderiam ter um desempenho mais adequado nas funções de guerrilheiro:

“(...)Pode-se dizer que a melhor idade para o guerrilheiro oscila entre vinte e cinco e trinta e cinco anos, etapa que a vida tornou seu curso definitivo para todos que abandonando seu lar, seus filhos e seu mundo inteiro, já meditou bem sobre sua responsabilidade e o faz com a decisão firme de não retroceder um passo(...)” ⁵⁸.

⁵⁷ As idéias de Debray tiveram grande aceitação, mesmo que com algumas reticências, na ALN, uma das organizações tipicamente militarista que, como salientou Marcelo Ridenti, tiveram uma significativa atuação de mulheres (76; 15,4% do total).

⁵⁸ GUEVARA, Che – A Guerra de Guerrilhas – op. cit. - p. 44.

Todavia, falando especificamente sobre o papel da mulher na guerrilha, a princípio Guevara parece atribuir um lugar primordial à mulher no processo revolucionário, chamando a atenção para a necessidade de se abrir espaço para a atuação feminina, especialmente na América Latina, onde a mentalidade ainda possuía características fortemente machistas:

*“(...) O papel que pode desempenhar a mulher em todo o desenvolvimento de um processo revolucionário é de **extraordinária importância**. É bom realçá-lo, pois em todos os nossos países, de mentalidade colonial, há certa subestimação para com ela, que chega a se transformar em uma verdadeira discriminação. A mulher é capaz de realizar os trabalhos mais difíceis, de combater ao lado dos homens e não cria, como se pretende, conflitos de tipo sexual na tropa. Na rígida vida combatente, a mulher é uma companheira que traz as qualidades próprias de seu sexo, mas que **pode trabalhar o mesmo que o homem**. Pode lutar, é mais fraca mas não menos resistente que o homem. Pode realizar toda a classe de trabalhos de combate que um homem faça, e desempenhou, em alguns momentos da luta em Cuba, um papel relevante(...)”⁵⁹ (Grifos Nossos).*

Esse tom “avançado” para a época pode, inicialmente, fazer parecer que estaríamos diante do próprio “homem novo” que a esquerda pretendia construir nesse período. No entanto, logo adiante, essa primeira impressão se desfaz quando o autor enumera os tipos de tarefas que a mulher poderia desempenhar na guerrilha:

⁵⁹ GUEVARA, Che – “O Papel da Mulher” – In: *A Guerra de Guerrilhas* – op. cit. – pp. 78-79.

*“(...) Nos momentos que já há uma consolidação da frente interna e procura-se eliminar o mais possível os combatentes que não apresentam as características físicas indispensáveis, a mulher pode ser indicada para um considerável número de **ocupações específicas**, das quais, uma das mais importantes, talvez a mais importante, seja a de comunicação entre as diversas forças combatentes, sobretudo as que estão em território inimigo (...) Os contatos entre forças separadas entre si (...) e inclusive **objetos** de um certo tamanho, como balas são **transportados** por mulheres, e, faixas especiais, que levam **embaixo das saias**. Mas também nesta época podem desempenhar suas tarefas habituais de paz e é muito gratificante ao soldado submetido às duríssimas condições de vida, poder contar com uma comida variada, com gosto de algo (um dos grandes suplícios da guerra era comer um grude pegajoso e frio, totalmente insosso). A **cozinheira** pode melhorar muito a alimentação, além disto, é mais fácil mantê-la em sua **tarefa doméstica**, pois um dos problemas que se defrontam as guerrilhas é que todos os trabalhos de índole civil são **depreciados** pelos que os realizam e tratam de abandonar estas tarefas e ingressa nas forças ativamente combatentes (...)”⁶⁰ (Grifos Nossos).*

É inegável o quanto esse texto fala por si mesmo. Será que em algum momento houve a necessidade de se especificar as possibilidades dos homens esconderem materiais dentro das calças? Ao que tudo indica houve uma clara preocupação, por um dos maiores teóricos da esquerda armada, em delimitar o lugar da mulher na guerrilha. Também fica claro que este lugar deveria preencher vazios ou posições de quadros que estavam ocupados em posições “ativamente combatentes”. Fica explícito, igualmente, que havia uma resistência dos homens dentro da guerrilha quanto ao desempenho de determinados “serviços domésticos”, e que era mais

⁶⁰ Idem, p. 79-80.

fácil para as mulheres aceitá-los. Além de carregar objetos debaixo das saias e de cozinhar, Guevara também atribui outras tarefas às mulheres, como os de professora de primeiras letras a soldados e camponeses, enfermeira, costureira de uniformes dos guerrilheiros e, como último recurso, *“até no caso de faltarem braços para empunhar armas, ainda que isto seja um acidente raríssimo na vida guerrilheira”*.⁶¹

Resta saber se este pensamento acerca da mulher, tão claro nestas obras de referência da esquerda da época, - que devem ter sido lidas, inclusive, por aqueles que não eram adeptos da teoria defendida pelos autores - , também não era aceito e praticado pelas demais organizações e partidos. Ou seja, será que se pode dizer que tal idéia era recorrente na época, vivida cotidianamente, mas pouco assumida pelos “homens e mulheres novos” que pretendiam fazer a revolução?

Algumas mulheres que sentiram na pele os preconceitos por parte dos companheiros dizem que, somente aquelas que tinham atributos, traços ou um “olhar masculino para a vida”, conseguiam conquistar postos de comando na hierarquia das organizações.¹⁸ Não obstante, outras militantes confessam que elas próprias, à época, discriminavam companheiras de militância:

*“(...) Fazer política, para mim, era só com homem. Como eu sempre tive uma formação diferente, sempre fui mais amiga de homens. [...] com mulher era tudo muito complicado, os pais tinham que autorizar tudo. (...)”*⁶²

⁶¹ Nesta edição de *A Guerra de Guerrilhas* não consta a data em que foi escrito, mas em nota editorial, informa-se que Guevara, em abril de 1960, envia um exemplar do livro, recentemente publicado, ao amigo Ernesto Sábato.
In: FERREIRA, Elizabeth X. – Op Cit. – p. 138.

Entretanto, é fato que no convívio diário da clandestinidade surgiam conflitos envolvendo questões pessoais entre homens e mulheres, algumas das quais dizendo respeito à sexualidade. No clima de tensão e reclusão em que viviam os militantes, um olhar, um gesto, um toque poderia significar muito mais do que aparentemente se pretendia. Então, em alguns casos as organizações tinham também que discutir e resolver problemas internos do tipo “ela provocou?”, “ele forçou?”. Uma passagem do livro de Luiz Maklouf aborda essa questão, a partir do depoimento de Darci Rodrigues, guerrilheiro experiente, amigo de Lamarca, que supostamente teria seduzido uma militante de nome Patrícia (codinome Carmem):

“(...) Eu disse: “Você está mentindo, porque você gostou pra caralho. Eu me senti realizado como homem porque senti que você vibrou mesmo. Então não vem com onda, não. Se você gostou e eu gostei, não vamos agora escamotear. Que negócio é esse?”. Ela chorava. Eu falei pra ela: “Você não gozou, porra? Faça o que quiser, escreva o que quiser no seu relatório. Só deixe claro que foi um negócio muito legal. Eu não vou esquecer, não viu, Carmem? Foi bom pra caralho. Mas escreve o que você quiser”. Ora, se ela se realizou, eu me realizei, por que eu ia ter que pagar? (...)”⁶³.

Isso demonstra o grau de dificuldade de entendimento entre homens e mulheres existente no cotidiano da guerrilha. O militante experiente, enquanto homem, simplesmente não entendia e não sabia reconhecer o que podia ter dado errado: “avancei”, “forcei”, ou “ela está fingindo?”. Tais dúvidas, aparentemente, coexistiam com planos de assaltos a bancos e seqüestros, discussões teóricas e o

⁶² Idem, p. 138.

⁶³ CARVALHO, Luiz M. O Op. Cit. - p. 138.

medo da repressão. E as organizações e seus comandos tinham que saber lidar com tais questionamentos também. Percebe-se que esses desentendimentos são até hoje carregados enquanto mágoas e rancores pelos envolvidos.

Darci Rodrigues e Carmem se encontram algum tempo depois, nos preparativos para a guerrilha do Vale da Ribeira, quando Carmem e Iara eram as únicas militantes. Nesse caso o depoimento de Darci demonstra que os problemas tinham que ser superados logo, porque as ações, muitas vezes, reaproximavam os envolvidos e como ele mesmo salienta, “tarefa era tarefa” e tinha que ser cumprida. Em sua fala mesclam-se lembranças que denotam admiração e constrangimento:

“(...) Ela era uma mulherzinha do pé queimado. Corajosa. Decidida. Igual ou superior a qualquer homem que estava no Vale. A essa altura já namorava o Dino, outro companheiro. Um dia tivemos que ir juntos, pela mata, buscar um material. Houve um certo constrangimento, mas tarefa era tarefa e não se misturavam as coisas. Mal começamos a andar ela puxou conversa:

- *Darci, você está fugindo de mim?*
- *Não, mas eu preferia que você não tivesse vindo comigo. Vão dizer que a gente está se amassando. (...)”⁶⁴.*

Essa mesma experiência em treinamentos na selva, no Vale da Ribeira, foi vivenciada também por Iara Lavelberg e colocava à prova a sua resistência e o preconceito dos companheiros. Para ela, era um sacrifício. Caía frequentemente, aterrorizava-se com os ruídos da selva, além de atormentar-se com a alergia das picadas

⁶⁴ Idem, p. 164.

dos insetos. Quase pior, ainda, era enfrentar a resistência masculina à sua presença.

Segundo Herbert Daniel, que viveu a mesma experiência, lara provocava perturbações sexuais nos guerrilheiros. Um gaúcho, que investia muito contra o andar lento de lara na marcha, confidenciou-lhe que não a tolerava: “ chata, possessiva, mole. E cheira mal”. Herbert Daniel ficou muito chocado e curioso, pois todos cheiravam muito mal sem tomar banho, e ela levantava-se sempre mais cedo para lavar-se no rio. Obviamente, em sua opinião, o “mau cheiro” dela poderia ser de carne, odor que incomodava demasiadamente aos homens ²³. Há que se ressaltar, no entanto, que o “odor de carne” da militante só incomodava nesse espaço de atuação, ou seja, o da militância clandestina. Numa outra situação ou outro espaço de vivência entre homens e mulheres, esse mesmo odor certamente despertaria outros instintos masculinos. Nesse sentido, pode-se pensar que na clandestinidade certos aspectos da feminilidade incomodavam ou provocavam reações que, numa outra situação, não aconteceriam.

Outras militantes fizeram fama por demonstrar, através de suas ações, que poderiam ser tão boas guerrilheiras quanto os homens, desmistificando a fragilidade do sexo feminino. Algumas transformaram-se, assim, em lendas no interior da esquerda. É o caso da baiana Dina, que atuou na Guerrilha do Araguaia. Segundo Fernando Portela, sua personalidade era tão forte, que numa região onde o patriarcado predominava, o seu marido, também guerrilheiro, ganhou o apelido de “Antonio da Dina”. Diziam ser a mais bonita das

guerrilheiras e a que melhor atirava: “jogava tampinha de coca-cola para cima e acertava uma por uma”⁶⁵.

Nos depoimentos dos homens sobre as companheiras de guerrilha podem ser percebidos a coexistência de sentimentos ambíguos em relação às mulheres, como admiração, ao mesmo tempo em que se considerava a fragilidade do sexo feminino:

“(...) Era uma mulher muito madura para a sua idade. Ao mesmo tempo, muito frágil. Bonita mas simples. Corajosa nas ações, mas absolutamente desleixada no dia-a-dia. Implicávamos com ela porque não limpava sua arma com frequência. O .38 vivia na bolsa junto com a maquiagem, a grana, as balas, o lenços. Uma vez fui ajudá-la a limpá-lo e fiquei chocado: tinha cabelo por toda parte. Não sei como atirava. Politicamente, era uma pessoa preparadíssima para os padrões da época. (...)”⁶⁶.

O depoimento de Vera Silvia Magalhães explicita de forma muito feliz o que poderia significar, naqueles anos de clandestinidade e militância, a participação das mulheres na guerrilha. Em sua fala, em que pese uma certa dose de lucidez que o distanciamento dos anos possibilitaram, nota-se a percepção das desigualdades e da tentativa de troca entre homens e mulheres. Apesar de longa, a beleza e a perspicácia de sua análise autorizam a transcrição:

“(...) Para nós mulheres, a militância era uma faca de dois gumes: era uma forma de afirmação social e era também uma vivência de confusão entre a recusa à dominação e o reconhecimento das diferenças. A tentativa de uma troca igual quase sempre dava em

⁶⁵ PATARRA, Judith L. – Op. Cit. – p. 367.

⁶⁶ Depoimento de Franklin Martins sobre Vera Silvia Magalhães. – In –CARVALHO, Luiz M. – Op. Cit. – p. 176.

uma troca desigual. Chamávamos nossos namorados de companheiros e essa palavra significava tudo que desejávamos. Mesmo que nem nós, mulheres, nem eles homens, tivéssemos conseguido realizar o companheirismo e muitas frustrações tivessem se acumulado. Tentávamos uma forma de relação afetiva igualitária para já. Éramos jovens e, porque tínhamos tempo, tínhamos urgência. Nada que levasse mais de meia dúzia de anos nos dizia respeito(....) Sonhávamos com todas as revoluções para hoje. E tentamos, convictos de que tínhamos razão. Na verdade, à nossa urgência juvenil uma outra se juntava: um bem escondido sentimento de que estávamos condenados; a urgência que a prática armada, em isolamento social, nos fazia viver em cada momento. Era a urgência da vida pelo convívio com a morte: hoje, quem viverá e quem morrerá? (...)”⁶⁷. (Grifos Nossos).

Sobre a questão que dá título a esse capítulo, se havia ou não distinção de gênero no interior dos partidos e das organizações de esquerda, ao que parece, ela é percebida pelas mulheres de formas diferenciadas, o que nos impede de falar em um “consenso”. Para Ruth e Tereza a questão não se colocava. Ambas salientam que os aspectos decisivos a respeito de ser um bom militante ou guerrilheiro eram as capacidades intelectual, física e emocional. Mas aparentemente, para ambas, sobra espaço para dúvidas sobre a possibilidade de ocorrer tais diferenciações em outras organizações ou outras experiências como, por exemplo, a guerrilha rural. Também para as duas, se existiu em algum momento um tratamento diferenciado, não se dirigia necessariamente à mulher, pois, para elas os homens mais “fracos” também seriam alvo deste. Referindo-se basicamente ao PCB, Elza considera que o preconceito sempre existiu, e ainda salienta que o mesmo acontecia em qualquer

⁶⁷ CARVALHO, Luiz M. – Op. Cit. – p. 173.

partido, seja de esquerda ou de direita. E nem sempre era possível ser percebido, porque os mecanismos, às vezes, eram muito sutis.

Uma outra questão que se revelou nas conversas com as guerrilheiras, diz respeito às suas vidas antes da militância e da prisão. Percebe-se que em suas falas duas lembranças se destacam: os motivos que as levaram à opção pela guerrilha, e a existência daquilo que elas denominam de um “clima” dos anos 60, que muito teria influenciado suas vidas. Essas memórias serão analisadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II:
ANTES DA CLANDESTINIDADE E DA PRISÃO

“Eu tenho a memória de um tempo político que é uma memória um pouco ... eu sabia como o país estava se mobilizando e isso era apaixonante. Você tinha uma universidade extremamente engajada nas lutas sociais e isso... e o universo da discussão era geral ... Mas eu não ... realmente não participava. Eu estudava em colégio de freiras, até 63, então eu não sei, eu ... sabia o que acontecia muito por ouvir, por música. A música era um referencial. Isso estava no dia a dia, estava no jornal, no rádio ... isso sim”.

(Tereza)

CAPÍTULO II: ANTES DA CLANDESTINIDADE E DA PRISÃO

1- A representação histórica do passado sob a perspectiva de gênero.

O ano de 1964, ou golpe de 64, melhor dizendo, tornou-se, muitas vezes, na historiografia brasileira, um marco de derrota das esquerdas, de um modo geral, em consequência principalmente da propaganda feita por aqueles que perpetraram o golpe militar. E as lembranças de determinados fatos marcarão sobremaneira as memórias que emergiram depois da Anistia, e que acabaram por tornar público os fatos até então ignorados pela quase totalidade da população. Quais são esses fatos? Que acontecimentos são esses que, para quase todos, formaram os contornos do quadro daquilo que chamam de um “clima” existente, em especial no imediatamente antes e depois de março de 64? Quadro que era qualificado pela esquerda como “efervescente”, “pré-revolucionário”, e pela direita como “subversivo”? ¹

¹ Para entender essa questão temos que retornar aos momentos que antecederam o golpe militar. As declarações de determinadas personagens políticas em evidência nos anos 60, no Brasil, refletem, em especial, que certos “fantasmas” (medo do comunismo, por exemplo) e “verdades” (crença na democracia), continuariam como temas amplamente utilizados, colocados à prova e desacreditados pelo acontecimento histórico que marcou dramaticamente essa década por suas trágicas consequências: o golpe militar de 1964. Vejamos algumas dessas declarações: *“O governo da Guanabara é uma cidadela e nós a defenderemos a qualquer preço. O comunismo aqui só vencerá se vencer a traição. Não creio que a traição possa vencer porque não acredito que uma minoria que o povo não elegeu para governá-lo prevaleça sobre a esmagadora vontade do povo brasileiro. A Constituição não impede a formação de novos partidos. Mas é uma tarefa difícil, quase impossível. O presidente Costa e Silva teve em mãos os instrumentos para abrir o caminho da ditadura. Não os utilizou”*. (Declaração de Carlos Lacerda à Folha de S. Paulo – 2/4/64). A versão de “derrota” (em especial da esquerda) que o golpe de 1964 evocava foi, em parte, imposta pelos golpistas e assimilada pela sociedade e inclusive por setores da própria esquerda. Essa postura pede, por sua vez, o questionamento em torno desse “marco” representado pela efeméride - por longo tempo comemorada como data cívica - de abril de 64, ou de março como queriam alguns. A idéia que quase sempre se tem do ano de 64, ou melhor dizendo, de toda essa década, é de que foram anos memoráveis, para os quais alguns adjetivos são recorrentemente utilizados: incríveis, rebeldes, combativos, românticos, terríveis. Por outro lado, estes anos também são

O que se percebe é que uma boa parte dos militantes, quase a sua totalidade, tinha como certo que se vivia um clima de “revolução esperada”, no início dos anos 60. Essa expectativa fazia com que se pensasse o Brasil como um barril de pólvora prestes a explodir. E parcelas da intelectualidade, dos estudantes, e de outros segmentos sociais colocaram-se como aqueles que poderiam acender o pavio.

Tal pensamento é muito claro nas análises de muitos daqueles que participaram, efetivamente ou não, dos eventos que antecederam ao golpe militar de 1964. Por exemplo, Alfredo Syrkis deixa explícito a leitura possível de se fazer do país, naquele momento, mesmo para quem vivia “distante da realidade” de miséria que então reinava: *“A percepção do extremo grau de injustiça social vigente no Brasil só escapava a quem queria, a cego de não olhar prá ver. Mesmo morando na zona sul da grande metrópole me dava conta, facilmente, da atroz miséria em volta. Aí estavam os morros, as favelas, as crianças mendigando (...) Essa realidade me atormentava há muito tempo, mas, até uns meses antes eu só conseguia explicá-las por culpa do subdesenvolvimento. Quando o Brasil se desenvolvesse economicamente, aquelas seqüelas desapareceriam, haveria pão prá todos.”*²

Assim como muitos outros, a partir de um certo momento, Syrkis não se contenta mais em apenas reconhecer a existência dos problemas da realidade brasileira. Aos poucos, passa a buscar caminhos para superação dessa situação; e o caminho socialista parecia ser a melhor opção. Não importava que algumas experiências tivessem acabado em autoritarismo e repressão. Era preciso buscar um socialismo

lembrados, às vezes, como um período de intenso conservadorismo, de desinteresse, de comodismo e até de apatia.

adequado às “necessidades brasileiras”: *“Porque o “Che” mostrava o pau de matar a cobra. Explicava “como” fazer a coisa. Ela não ia explodir assim de uma hora prá outra. Tinha que ser preparada. Depois não ia ser pacífica, a ditadura tava ali pra impedir. Impunha a sua lei a ferro e fogo. O povo ia se revoltar. Tinha que se revoltar.”*³

Essa mesma leitura pode ser percebida nas análises da sociedade realizadas pelas mulheres. Na biografia de Iara Lavelberg, feita por Judith Patarra, é possível constatar que, logo após o golpe, Iara e algumas amigas, também se inserem no grupo de militantes descontentes com as atitudes tomadas pelo PCB, nos momentos que antecederam ao golpe, acusando o partido de revisionista, ao mesmo tempo em que ansiavam por outros caminhos como forma de luta contra o regime militar e como caminho para se chegar à revolução. Desiludidas com o PCB, apostavam na via não pacífica: *“O Partido Comunista decepcionou Iara e Maria Lucia . Os militantes insistiam no caráter nacionalista e burguês da revolução brasileira. Preconizavam a defesa do capital “nativo” e o apoio a militares antiimperialistas (...) O estado de espírito piorou quando Prestes, na fuga, esqueceu cadernetas cheias de nomes e endereços, pela terceira vez na vida entregando à polícia papéis comprometedores. Desistiram. Os críticos têm razão, o PC é revisionista, o oportunismo corre solto. O socialismo nunca virá pacificamente”.*⁴

A crença na possibilidade de mudanças e também da iminência de uma revolução foi sentida por quase todos aqueles que tinham um certo nível de engajamento político. Para Ruth, uma de nossas depoentes, esse clima “revolucionário iminente” era tão forte que foi capaz de contagiar, não apenas alguns, mas quase toda uma geração.

² SYRKIS, Alfredo – *Os Carbonários – Memórias da Guerrilha perdida* – SP – Global – 1980 – p. 42.

³ Idem, p. 44.

Para ela, o contexto mundial influenciava a sensação de uma “perspectiva revolucionária”.

“A gente acreditava piamente, a gente acreditava piamente, nem se discutia isso, mas olha o que a gente tem que levar em conta também é um certo... só dá pra entender essa crença nossa ilimitada, que não foi de um, de dois, era de todos. Você tem que entender que dentro do contexto geral da época isso se explicava... porque não era uma coisa solta, isolada”.

Além disso, segundo Tereza, internamente, a existência de uma “efervescência” política e cultural contribuía para a idéia de que se caminhava para a revolução:

“A gente tinha vivido aqui no Brasil um período de efervescência muito grande, que não chegou a ser um período pré-revolucionário, mas foi um período de vontade de mudança e mudança em todos os aspectos, que se fechava nas tais reformas de base. E todo esse projeto ele foi boicotado e derrotado com abril de 64. É claro que as coisas não podiam parar aí, simplesmente. As pessoas que acreditavam nessas mudanças e queriam essas mudanças, simplesmente não iriam cruzar os braços, voltar pra casa. No bojo dessa ... dessa vontade, dessas aspirações que existiam é que a gente tem que entender esse momento, essa opção e, veja você, que foi uma opção praticamente de toda a América Latina. Entende, Fátima, dentro disso que você tem que entender”.

⁴ PATARRA, Judith L. – *Iara: Uma Reportagem Biográfica* – op. cit. – p. 98.

E, por último, Tereza salienta uma questão que é muito importante e que é preciso ser levada em conta, ou seja, a idéia de que eles, homens e mulheres militantes, não estavam sozinhos nessa análise, corroborando as mesmas lembranças de Ruth sobre o fato de não serem os únicos que se deixavam influenciar pelos acontecimentos políticos daquele momento:

“Nós não estávamos sozinhos nessa análise, era a análise geral mais aceita, a mais comum, que a gente comungava por aí sabe, algumas pessoas começaram a achar que estava alguma coisa errada, inclusive ...veja você, então hoje é muito fácil a gente ah! parará! porque a gente tem que fazer a autocrítica e ela deve ser feita, sem dúvida.”

Essa última afirmação de Ruth é de relevante importância para pensarmos que existia uma expectativa que antecedia ao golpe, uma leitura da realidade brasileira que se fazia sentir nas análises de estudiosos e também da imprensa brasileira.

Na imprensa, em especial nos jornais de grande circulação, podemos constatar como esse clima de expectativa de revolução era fomentado, quando então se enfatizava a ameaça do perigo vermelho que se avizinhava. Essas análises despertavam, na esquerda, a ânsia por dirigir a revolução e, na direita, o desejo de liquidá-la. Nos dias que antecederam ao golpe, podemos perceber a extensão da campanha feita pelos setores médios e pela burguesia brasileira, contra o governo Goulart.⁵

⁵ O argumento básico da “luta” que se travava, então, era, mais uma vez, o anticomunismo, a ameaça à família, à Pátria, à democracia e à liberdade. Tais temas podem ser constatados através do discurso de vários personagens daquele momento histórico: “O general Amauri Kruehl em manifesto às Forças Armadas e à nação, anunciou nos últimos minutos de ontem,

Durante todo o mês de março a imprensa, de um modo geral, apontava um tal clima de “ameaças” no país, que o desfecho parecia “previsível”: o Golpe de Estado. O apoio de alguns nomes à “causa revolucionária” de 64 pode ser visto através de vários manifestos. Políticos como Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, mostravam o seu repúdio ao governo Goulart e a tudo aquilo que o mesmo representava:

*“... o povo mineiro, com as **forças vivas da nação**, tome a seu cargo transpor esse momento histórico. Só assim poderemos atender aos **anseios nacionais** de reformas cristãs e democráticas. Esse o fruto que nos há de trazer a legalidade, por cuja plena restauração estamos em luta e que somente ela poderá conseguir”⁶. (Grifos Nossos).*

Também o jornal **Correio da Manhã** deixa transparecer esse clima de tensão que antecedeu ao golpe:

“(...) E acrescentamos o desejo de que o comício de ontem fique sendo o último dessa espécie. Pois o País precisa de trabalho e de segurança e não de comícios que só fazem contribuir para a intranquilidade geral (...) A verdade é esta: há uma atmosfera de

*que o II Exército acabava de “assumir grave responsabilidade, com o objetivo de **salvar a Pátria**, em perigo, livrando-a de **jugo vermelho**”⁹. (Grifos Nossos).* A reportagem continua afirmando que o Manifesto do II Exército deixava claro que, ao dar esse “passo de extrema responsabilidade”, almejava-se, sobretudo, manter os poderes constituídos da ordem e da tranqüilidade. A luta que se travava voltava-se principalmente contra o “cerco do comunismo, que ora compromete e dissolve a autoridade do governo da República”. O jornal aponta também em várias passagens a existência de um clima de intranquilidade no país. Esta situação era verificada em alguns Estados, especialmente em Pernambuco: “As classes produtoras de Pernambuco - indústria, comércio e agricultura - reunidas em assembléia geral na tarde de hoje, decretaram blecaute geral em todo o Estado, a partir de zero hora. Só funcionarão, até que a situação se normalize estações de rádio, televisão, jornais e farmácias”. A medida foi tomada em consequência do clima de intranquilidade que reina em Pernambuco” “As greves geram crise e tensão em Pernambuco”, *Folha de S. Paulo*, 4/3/64.

⁶ “Balanço do dia D”, *Folha de S. Paulo*, 1/4/64.

*intranquilidade que é preciso combater para não criar um pânico desnecessário. Fala-se na **ameaça no golpe**. Em qualquer caso de golpe e ditadura seriam logo, ou logo mais, suspensas as liberdades constitucionais, amordaçada a imprensa, fechados os sindicatos, proibida as greves, cheias as prisões. Estarão todos, da direita à esquerda, no mesmo barco e sujeitos aos mesmos perigos de tempestade e naufrágio (...)”⁷.*

E por último, a reportagem alerta que em caso de golpe estariam todos, “da direita à esquerda, no mesmo barco e sujeitos aos mesmos perigos” e, nesse aspecto, essas últimas palavras iriam parecer proféticas poucos meses depois. No entanto, naquele momento, era difícil, tanto para a direita quanto para a esquerda, ter uma idéia real das proporções que aquele movimento de 64, que se pretendia uma “revolução”, tomaria no futuro⁸.

Quando, afinal, acontece o golpe o clima de expectativa é substituído pela decepção. Fernando Gabeira fala, a esse respeito, sobre o sentimento de derrota e de perplexidade diante da falta de ação, ou melhor dizendo, da inexistência das táticas defensivas e de apoio a Goulart que se acreditava existir:

⁷ “O Último Comício” – 14/03/64 e “Os Golpes e a Democracia” – 19/03/64 – In: *Correio da Manhã*.

⁸ Pode-se dizer que praticamente toda a classe média e setores dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista levada pelos organismos financiados com o dinheiro norte-americano, pelos esquemas políticos do PSD e UDN e, sobretudo, pela Igreja Católica que, através de grupos de sua hierarquia, une-se à agitação contra o governo constitucional e enseja as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Em primeiro de abril é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência oferecida pelas forças nacionalistas e populares, estruturadas que estavam em bases essencialmente legais e, pois, sem condições de enfrentar o golpe de força. O dispositivo militar nacionalista, referido na fala de Goulart para o caso de tentativa de golpe, demonstra inexistir ou é barrado com extrema facilidade - *Projeto Brasil Nunca Mais* (A partir das próximas citações passaremos a nos referir a essa fonte pela sigla BNM)- Tomo I, p. 21. (Arquivo Edgar Leuenroth).

“Quando nos reunimos de novo, no 200 da Barata Ribeiro, não era apenas o Brasil que estava derrotado. As nossas próprias caras estavam derrotadas e ficariam por muitos dias. São aqueles momentos em que se dá o balanço e não se sabe se pára e chora ou se vai ajudar os que não conseguiram escapar. Os que deixavam a fila de armas do Aragão tinham encontrado com a Marcha da Vitória que vinha da Zona Sul. As greves nos jornais foi furada por todos os lados. Os colegas que eram contra o governo Goulart estava eufóricos, alguns preparando às pressas um livro comemorativo. Outros baixavam do Palácio da Guanabara, onde foram também resistir à possível invasão por parte dos fuzileiros comandados pelo Almirante Cândido Aragão”⁹.

Entretanto, para alguns, a iminência do golpe já era perceptível nos momentos que o antecederam, conforme uma depoente no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*:

“No dia em que fui me inscrever na Universidade, começaram a passar os tanques pela rua. Era 31 de Março de 64. Assumi o golpe, assimilei o golpe assim de uma maneira muito rápida, porque para mim era claro que ele vinha. Os nossos líderes tinham pés de barro, isso eu sempre senti e talvez desde aquela época tenha tido uma visão muito fatalista. Você não precisa ser marxista para perceber a debilidade da UNE, para saber que a UNE não ia resistir a Golpe nenhum (...) Eu vivi uma certa dualidade: via a nossa debilidade e ao mesmo tempo sentia que era preciso fazer alguma coisa ”¹⁰.

Uma questão que se pode levantar diz respeito ao fato de como os militantes, em especial as mulheres, construíram a memória

⁹ GABEIRA, Fernando – *O que é isso companheiro?* – RJ – Codecri – 1980. – p. 12.

¹⁰ COSTA, Albertina O. (org.) – *Memórias das Mulheres do Exílio* – op. cit. - p. – 269-270. (Depoimento da militante identificada por Sandra).

vivida do pré e do pós 64. Como elas elaboraram a memória do golpe? Como receberam esse acontecimento: com decepção, como se já fosse esperado, com medo?

2- Elas, o golpe e o AI-5.

A princípio, para muitos, o golpe foi bem-vindo e visto como uma possibilidade de salvação do país de tudo aquilo que significava o mal, encarnado principalmente na ameaça comunista. Em alguns depoimentos é possível perceber esse posicionamento:

“Mil novecentos e sessenta e quatro. Eu tinha doze anos de idade. Minha mãe comprando coisa, meu pai escutando o rádio, deitando na cama com o dedo no peito, falando assim: “minha filha, nós estávamos no último passo pra chegar no comunismo”. E eu apavorada, porque comunista come criancinha... Totalmente a favor da revolução. (Foi aqui nos Estados Unidos que pessoas me disseram: “revolução, que revolução, foi é golpe”). Dei ouro para o bem do Brasil, morrendo de rir. Foi emocionante! Fui numa loja que tinha televisão filmando ... eu queria que a televisão estivesse lá na hora em que entregasse a minha doação!”¹¹.

Nessa mesma direção Lídia Guerlenda, diz que a recordação mais clara que ela tem de 1964, é de seu pai dizendo: “Agora sim, agora manda só um e acaba a roubalheira. Ao invés de ter um monte de gente roubando, pelo menos, agora, vai ter só um para roubar. Agora,

¹¹ Idem, p- 125 (Depoimento da militante identificada por Beatriz).

vai se dar um jeito nisso!” Contudo, ela ressalva que essa crença paterna durou pouco tempo ¹².

É compreensível essa visão por parte de significativo número de pessoas porque, além de toda a propaganda feita anteriormente com relação ao “perigo vermelho”, no momento mesmo da deposição de João Goulart, já existiam cuidados em apresentar a sucessão não como o que de fato ela foi: a derrubada, pela força das armas, de um presidente eleito pelo povo. Esses cuidados visavam, sobretudo, a operar uma “mudança de fachada” no golpe de Estado, metamorfoseando-o em revolução que teria sido feita em nome do povo, para resguardar a ordem, a tranquilidade e a democracia ¹³.

¹² Depoimento de Lúcia Guerlenda concedido a Ruth Ribeiro de Lima. Cf. - Nunca é Tarde Para Saber: Histórias de Vida, Histórias de Guerrilha – op. cit. - Vol. IIp. – 327.

¹³ Os “revolucionários” não perderam tempo. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersas e, através da TV, o povo brasileiro - ou uma parte dele - via as cenas do incêndio da sede da UNE, na praia do Flamengo. A atuação do governo militar se fazia também pelas cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional que, na prática, transferiu o poder aos militares, coagindo e mutilando o Congresso. Tais providências, na opinião de Dênis de Moraes, foram logo denominadas de “revolucionárias”, com a intenção de retirar o caráter golpista do regime e transformá-lo em revolução, que teria sido feita para salvaguardar a ordem no país. Estas medidas rapidamente se estenderam a todos os setores da sociedade e organizações consideradas subversivas, como CGT e UNE, que foram dissolvidas em nome da causa revolucionária. Os líderes considerados também como subversivos foram presos e submetidos a IPMs, isto quando não se viam obrigados a se exilarem em outros países. Luiz Carlos Prestes, por exemplo, foi um dos que sofreu inquérito, principalmente em decorrência da apreensão de documentos em sua residência, que acabaram por denunciar inúmeros outros militantes do PCB. Diz o relatório do IPM instaurado contra Prestes e outros membros do PCB: “Nossas gloriosas Forças Armadas, sem alarde mas bem entrosadas, agindo com segurança e rapidez, souberam colher de surpresa os inimigos. E a surpresa foi o principal fator de êxito. Não esperavam, os comunistas e seus aliados, essa investida. Iniciada a revolução de 31 de março, nossa ação se fez sentir. De pronto, colocamos sob rigorosa vigilância a residência do líder do P. C. B., Luiz Carlos Prestes, na rua Nicolau de Souza Queiroz, no. 153, observação essa que se prolongou por vários dias, até que, em 9 de abril de 1964, decidimos realizar a diligência. Prestes também havia sido colhido de surpresa, pois, nem sequer teve tempo para destruir os importantes documentos encontrados em sua casa”. Na introdução do inquérito consta que o mesmo teve a duração de 5 meses e 23 dias, e que foram indiciadas setenta e quatro (74) pessoas. Consta também que a apreensão de 19 cadernetas, tipo espiral, encontradas na residência do indiciado, foram as mais importantes para a realização do inquérito. O relatório esclarece ainda que todas as cadernetas eram manuscritas a tinta e de próprio punho por Prestes. Cf. Relatório do Inquérito contra Luiz Carlos Prestes e outros – Secretaria da Segurança Pública – Departamento de Ordem Política e Social – SP – 1964 – (Coleção Cordeiro de Farias – FGV – CPDOC.)

Para muitos, como já dissemos, foi o ingresso na universidade, que possibilitou o contato com informações mais claras sobre o golpe de 64. E, também para uma grande parcela de pessoas, a universidade, coincidiu com o começo da militância:

“Na universidade, desde os primeiros dias, a versão dos acontecimentos de março de 64 mudou radicalmente. O que fora revolução passara ser golpe. O deslocamento de uma concepção para outra foi choque revelador de situações que jamais imaginara. Mas absorveu-o sem traumas”¹⁴.

Outros mudaram de posicionamento, efetivamente, anos depois, especialmente após 1968, como Alfredo Syrkis, que trocou o retrato de Kennedy, em seu quarto, pelo de Che Guevara, para desespero de seu pai.

Para vários militantes a edição do AI-5 coincide com o ingresso na clandestinidade, quando ficaram sabendo do que estava acontecendo, em atividades de guerrilha no meio da mata, onde tinham por objetivo desenvolver a conscientização do povo:

“Carlos seguia calado, respiração acelerada, o suor empapando os cabelos, escorrendo pela testa. De acordo com o costume local, Loreta deveria seguir atrás, de boca fechada, acompanhando o marido. Mas a isto resistiu. Não era birra (...) Estava pronta para emigrar de um universo para outro sem uma palavra sequer de reclamação. Mas sentia-se mal caminhando atrás de Carlos feito um cachorro que se arrasta, dócil, na rabeira do dono (...) Estavam a um dia da mata da Jaíba, amplo território coberto por densa vegetação onde as posses ficavam distantes quilômetros uma das outras (...)

Loreta procurou a mão de Carlos, segurou-a com carinho e lembrou: - Veja, Carlos, é Ano-Novo e estamos indo pra guerra! Era a noite de 31 de dezembro de 1968”¹⁵.

Parte da historiografia que estuda o período, entende que será a partir desse momento, de 1968, que ocorrerá o fechamento da vida política para a oposição e o bloqueio de toda e qualquer forma de manifestação contrária ao regime e que, desse modo, a opção pela luta armada irá se consolidar. Entretanto, vale lembrar o alerta de Marcelo Ridenti, para a posição de alguns militantes/intelectuais de esquerda, que atribuem a intensificação da luta armada como uma resposta, à falta de canais institucionais, principalmente após o “golpe dentro do golpe”, em 1968. Para Ridenti, essa postura acaba por se transformar numa explicação reducionista demais¹⁶.

Segundo o autor, essa visão do “bloqueio institucional” pós-68 mistifica a realidade, pois toma como pressuposto básico que não haveria hipótese de um processo de ações armadas na sociedade brasileira, se as instituições democráticas estivessem funcionando regularmente, inclusive com “canais de expressão” para a oposição. Desse modo, seguindo tal perspectiva, não haveria necessidade de violência revolucionária, na medida em que seriam criadas vias apropriadas para a manifestação e solução dos conflitos. Essa visão implicaria afirmar a existência de certos postulados, como por exemplo, a convicção de que o “padrão de funcionamento” de uma sociedade democrática tenderia para a integração social e mesmo para a resolução dos conflitos sociais. Marcelo Ridenti insiste ainda que os grupos

¹⁴ MANFREDINI, Luiz – *As Moças de Minas – Uma história dos anos 60* – SP – Alfa-Ômega – 1989 – p. 53 – (sobre a militante identificada como Rosário).

¹⁵ MANFREDINI, Luiz – Op. Cit. – pp. 16-17.

¹⁶ RIDENTI, Marcelo - *O Fantasma da Revolução* - SP - Ed. UNESP - 1993 - pp. 160-161.

armados não pretendiam, única e fundamentalmente, só opor uma resistência democrática à ditadura. Ao contrário, em sua opinião, o projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 64, tese essa corroborada por outras pesquisas, que chegam à mesma conclusão ¹⁷.

Entretanto, não se pode esquecer que, em especial no pós-68, a destruição e a censura de grande parte dos canais de expressão, impulsionaram a maioria das organizações de esquerda a optarem por uma proposta que já existia enquanto possibilidade: a luta armada.

Por tudo isso, ao se repensar os anos 1960, podemos nos deparar com um período no qual diversas estruturas sociais tiveram um momento de remodelação ou mesmo de ruptura. Em nível mundial destacam-se movimentos como a onda *hippie*, a música *pop*, a moda dos cabelos compridos para os rapazes, a minissaia e a pílula anticoncepcional.

A sociedade brasileira, por certo, não ficou imune a todos esses eventos. Entretanto, pensar o Brasil desses anos significa também deparar-se com alguns componentes a mais, como a já citada instauração do regime militar e, igualmente, a luta de vários segmentos sociais que compunham a esquerda, visando a uma sociedade mais justa. Iniciou-se, no Brasil, um difícil e doloroso processo de reconquista da democracia ¹⁸, abrindo-se, desse modo, um espaço para a emergência de

¹⁷ Cf. a esse respeito REIS F.º, Daniel A. - *A Revolução Faltou ao Encontro* - SP - Brasiliense - 1989 e CUNHA, Maria de Fátima da - *Eles Ousaram Lutar ...* - A Esquerda e a Guerrilha nos anos 60/70 - Londrina - Ed. UEL - 1998.

¹⁸ Com a queda do Governo Goulart e o fim dos planos de transformação da realidade brasileira, inaugura-se uma etapa de reavaliação dos caminhos anteriormente escolhidos para a revolução. Parte da esquerda passa a considerar que estes eram um tanto inadequados. Conclui-se, então, que era necessário localizar e "corrigir" todos os pressupostos tidos como responsáveis pelos enganos que haviam possibilitado a "derrota" de 64. Nessa percepção, o PCB torna-se o alvo privilegiado das recorrentes avaliações e as suas formulações serão identificadas como os sustentáculos da política aliancista, implementada até aquele momento.

uma esquerda que se autodenominava *revolucionária* e que passava a fazer uma avaliação dos caminhos anteriormente escolhidos para se alcançar a revolução, propondo a adoção da guerrilha e das ações armadas contra os militares no poder¹⁹. Os questionamentos deflagrados por esse processo de revisão e de novos posicionamentos no âmbito da esquerda, marcariam profundamente a vida política e cultural do país, até o final da década de 60, desencadeando, no âmbito da esquerda, o que foi chamado de “revisão crítica” dos caminhos até então tomados. Tais atitudes podem ser observadas, especialmente, na relação dos militantes com o PCB. Nas memórias de muitos deles, percebe-se que depois da crítica ao partido, acaba ocorrendo a discordância, a desilusão e, por fim, os “rachas”. A maioria desses descontentes termina optando por uma forma de atuação entendida como uma “ação mais direta”, ou seja, a guerrilha. Tal comportamento pode ser comprovado nas memórias de Ruth.

“Em 67 eu já estava em Maringá, e a primeira ordem foi essa. Mas ocorre que neste o momento o PCB se fecha, e eu não tinha nenhuma porta pra entrar. E também já começavam os preparativos do Sexto Congresso, no final de 67, começavam as discussões dos temas, das teses, e aí ocorre aquilo que todo mundo esperava: o Sexto Congresso tão esperado. Neste Sexto Congresso simplesmente as lideranças do PCB deram boicote, todas as pessoas que eles achavam que não concordavam com a linha teórica deles -aquela coisa conservadora- eles boicotaram, as pessoas não entraram no congresso. Então eles tinham o congresso deles. Pra mim ainda é muito presente ainda hoje a decepção, o desespero da gente, quando a gente leu as resoluções do congresso. Eu devia ter uns vinte e poucos

A respeito das teses do PCB à época, cf. PRADO Jr., Caio - *A Revolução Brasileira* - SP - Brasiliense - 1977.

anos. E aí o que é que se faz? A gente sabe que vai ter que fortalecer, não vai mais poder marchar dentro do PCB. A gente vai ter que marchar fora mesmo, o rompimento é inegável, é inegável (...) Porque mesmo com o golpe de 64 existia uma possibilidade de atuação porque, eles não estavam muito preocupados com a gente, nem sabiam da existência da gente, a base universitária, porque eles não tinham nem dados. E também eles achavam que tinham dado um corte.”

Na fala de várias militantes fica claro esse engajamento e mobilização que, quase sempre, se davam através da participação no movimento estudantil, nas passeatas ou, então, via expressão cultural, como o cinema, o teatro ou a música.

Pode-se dizer, assim, que a juventude desses anos tentava, acima de tudo, mais do que lutar contra o regime militar, construir um mundo liberto da miséria, da opressão e da fome. Tornar essa “utopia” realidade foi a tarefa que alguns homens e mulheres se impuseram naquele momento. Porém, essa opção ficou marcada por derrotas e perdas irreparáveis, em decorrência da opressão instaurada pelos militares. De um modo geral, no Brasil e no mundo, setores da juventude levantavam bandeiras de “contestação da ordem”. Já no final dos anos 1950 parecia a todos que o mundo havia mudado. Cuba entrava em cena, colocando mais lenha na fogueira da guerra fria. Por outro lado, após as revelações feitas no XX Congresso do PCUS, que abalaram o stalinismo e questionaram o chamado socialismo real, o próprio Krushev comprometera-se com a tese da coexistência pacífica e tentava negociar o desarmamento com os Estados Unidos. Outros acontecimentos

¹⁹ Entre esses partidos e organizações de esquerda que emergem temos: ALN, PCBR, MR-8, VPR, VAR- Palmares e outros. De uma maneira geral, essas tendências formariam um campo político altamente marcado pela fragmentação e mobilidade.

reforçavam a idéia de mudanças, favorecendo ainda mais a perspectiva revolucionária. A China lançava uma ofensiva para a modernização industrial e o aumento da produção. Na África e Ásia, os movimentos de libertação das antigas colônias obtinham avanços. E após prolongada guerra contra o exército francês, a Argélia conquistava sua independência em 1962 ²⁰. Entre 1961 e 1963, sete golpes militares haviam derrubado governos constitucionalistas em El Salvador, Argentina, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras. Não bastasse isso, os Estados Unidos investiam no programa *Aliança para o Progresso*, para ajudar os países da América Latina a se livrarem da “ameaça comunista”. Essa influência dos acontecimentos externos fica muito claro nas memórias de Ruth:

“Veja você, que primeiro a gente tem a Revolução Cubana, você teve lá atrás a Revolução Russa, teve depois a Revolução Chinesa, são grandes exemplos, você já tinha tido anteriormente a Guerra da Coréia lá trás, mas que a gente tinha notícia, sabia no que tinha dado, que o americano foi derrotado, que eles foram obrigados a admitir, que não conseguiram tomar. Segundo, você tem a Guerra do Vietnã acontecendo sabe, você sabe que o americano tá sendo derrotado como foi derrotado, por um país pequenininho, por um país sem arma nenhuma, por um país praticamente feudal sabe, você tem toda essa informação. Isso vem no bojo de uma revolução dos costumes, de uma revolução sexual, há maio de 68 na França, a vontade de libertação na Hungria, na Tchecoslováquia, então sabe, essa vontade de você ser auto-independente, de você se auto-gerir, de você ter uma sociedade diferente, uma sociedade socialista é muito forte e não tinha começado ontem, já vinha de tempo ... então são todas

²⁰ Citado em REIS FO., Daniel A. - A Revolução Faltou ao Encontro - SP - Brasiliense - 1989.

essas coisas... estão te falando de revolução, estão te falando do homem novo”.

Segundo Tereza, que estudava em colégio de freiras até 1963, o engajamento, a participação, não fazia parte de seu universo. Mas isso não impedia que ela tivesse conhecimento das lutas políticas e sociais que ocorriam no país, e para ela, a música era o seu referencial:

“Eu tenho a memória de um tempo político que é uma memória um pouco ... eu sabia como o país estava se mobilizando e isso era apaixonante. Você tinha uma universidade extremamente engajada nas lutas sociais e isso ... e o universo da discussão era geral ... Mas eu não ... realmente não participava. Eu estudava em colégio de freiras, até ... até 63, então eu não sei, eu ... sabia o que acontecia muito por ouvir, por música. A música era um referencial. Isso estava no dia a dia, estava no jornal, estava no rádio ...isso sim.”

Tanto para Tereza como para muitas outras, a entrada na universidade significou o passo definitivo para a militância e para a mobilização política:

“E depois de 64, olha eu estava entrando na vida política em 65, 64 não era o marco, quer dizer, fora o fato de que a gente sabia que tinha havido um golpe militar, se dava tão claramente ... a gente sabia das coisas, as coisas eram assim. Mas, por exemplo, de 64 a 67 (...) o nível de agitação era crescente ... era ... mas em que misturavam muitas coisas, quer dizer, desde um curso que foi criado à marretas, jornalismo, que não tinha ... não nos oferecia

nada, até uma discussão sobre o papel da Universidade. As legislações que procuravam mudar a Universidade.”

No entanto, a depoente enfatiza que a universidade não era o único foco para esse “processo de ebulição”. Na verdade, em sua opinião, a explicação é muito mais complexa e a experiência muito mais rica do que se possa imaginar:

“É um processo, como é que eu vou te explicar ... é um processo de ebulição com diferentes focos e diferentes origens. É uma insatisfação generalizada e uma sede generalizada ... da onde vinha esse furor nosso. Eu até hoje fico me perguntando sobre isso. É uma capacidade muito grande de querer coisas. Então você vê que a gente ... É mas não era só querer mudanças, era, por exemplo, assim ... A paixão avassaladora por cinema. Aquela coisa que o cinema era um mundo na frente da gente. A criação do cine-clube, a discussão e o teatro e a música e tudo isso acontecendo ao mesmo tempo. Você ia pra rua e botava cartaz contra a ditadura. Então, na verdade, é um processo muito rico. Rico em todos os sentidos. Por isso eu tenho um pouco de dificuldade de pensar daí uma questão”.

Em suas lembranças, a palavra que mais sintetizaria esse período (os anos 60), seria “explosão”: de prazer, de descobrir, de fazer, de ousar:

“Era uma explosão. A palavra que eu acho mais forte para designar esse período era: explosão. Era um monte de prazer em descobrir, de fazer, de ousar. E, na verdade, quer dizer ... imagine ... claro do

ponto de vista ... histórico, digamos, eu vim de uma geração que não tinha conhecido a repressão. Quer dizer, eu cheguei na universidade ... quer dizer conhecendo ... a repressão paterna, materna, na escola já existia ... mas na verdade eu lia muito, desde muito menina, e eu gostava de ... eu lia jornais todos os dias, eu tinha acompanhado as questões e nunca tinha tido nenhum obstáculo a meu avanço em alguma direção. Então se eu quisesse devorar todos os livros da biblioteca ninguém impedia e eu gostava de ouvir música e era aquela coisa assim ...”

Também para Tereza fica muito patente que foi na universidade que ela teve o primeiro contato com a repressão, na própria “direita” que existia dentro dela, nos seus diretórios, principalmente:

“Bom aí você chega na Universidade com um gás, com todo o gás e aí começa aquela coisa ... o contrário ... do não pode ... E é lá que a gente vai descobrir a ditadura, percebe? Antes de qualquer coisa, é dentro da Universidade. É no pessoal que ... da direita que tinha assumido o diretório. E que pertencia a uma era grotesca, de uma grosseria enorme. Então é interessante porque na verdade, o primeiro obstáculo, é um obstáculo real e concreto. Da gente dizer: “olha, não tem professor para dar aula nesse curso. Nós queremos professores”. A gente vai reclamar e leva um ... pontapé. Quer dizer, é o tipo de coisa que aluno não tem vez, não tem boca ... E o diretório não se importava. Eu lembro que o diretório da Federal (de Curitiba) ... ali da Filosofia ... no tampo da mesa tinha um gorilão desenhado. E eles se orgulhavam muito disso. Eles eram interventores do sindicato e tinham muito orgulho ... do sindicato, não ... do diretório. E tinham muito orgulho de se chamarem gorilas. E essa coisa, quer dizer ... era tão chocante ... era possível ver os

primeiros sintomas de que alguma coisa ia muito mal. Pra repressão na rua, daí pra repressão mais sistemática.”

Podemos perceber que a maioria das militantes quando relembra os 1960, referem-se à existência do que denominam de um “clima” que permeava o Brasil e o mundo, que envolvia as pessoas e as incitava ao que podemos chamar de “desejos”: de euforia, de engajamento, de transformação. Em alguns casos é possível perceber que o recurso a essas lembranças ocorre para que se entenda as atitudes tomadas naquele momento. Pareceu-nos também que, muitas vezes, a lembrança desse “clima” ao qual quase todas se referem foi em boa parte, construída posteriormente, pois algumas delas deixaram escapar, em algum momento, um alheamento aos eventos desse período.²¹

Um tema igualmente importante, que aparece na fala de Ruth diz respeito a quanto a clandestinidade impediu qualquer outro tipo de análise mais acurada ou distanciada da realidade brasileira.

²¹ Não são só essas mulheres que têm esse tipo de construção de memória. Basta observar todos os livros/memória sobre esse período para se perceber que aí também ocorria isso. Talvez seja porque, realmente, o Brasil desses anos permitia que se pensasse num “clima” de ebulição que vinha sendo preparado desde o início da década de 60. No começo dessa década, a ausência de uma repressão mais organizada e sistemática, observável desde o final do Governo Dutra, tinha deixado como saldo um crescimento significativo das organizações populares. Os trabalhadores da indústria, apesar da debilidade no que se refere à sua organização a partir da base, tinham conseguido conquistar uma ampla capacidade de mobilização, através da incorporação de um número cada vez maior de sindicatos às bandeiras das Reformas de Base. Desafiando a estrutura sindical imposta desde Getúlio Vargas, criaram a CGT, que foi recebida pela direita como um “espantalho que comprovava a iminência da revolução comunista no Brasil”. No campo, igualmente, fez-se sentir o mesmo crescimento organizativo, evidenciado pelo crescimento em algumas regiões, em especial no Nordeste, de campanhas mais agressivas pela redistribuição de terra. A proliferação das lutas que ocorria na cidade, serviam para incitar, ainda mais, nos reacionários proprietários de latifúndios, o medo da ameaça comunista. Por sua vez, eles se tornam cada vez mais dispostos a obstaculizar a luta dos trabalhadores no campo. Intensificam-se em todo o país a luta pelas Reformas de Base, com o apoio de artistas, estudantes e setores da classe média. Na esfera parlamentar, estrutura-se uma frente nacionalista que faz crescer a pressão no sentido das reformas. Crescem a participação e a crítica por parte de uma imprensa progressista e

Interessantíssimo também é a sua constatação de que, à medida em que a guerrilha ia sendo desarticulada, e que muitos militantes iam morrendo, havia uma constatação de que “alguma coisa ia mal”, mas que a partir desse momento, era o ódio aos militares que alimentava a atuação clandestina, ao invés de esfriar a vontade de lutar:

“De 68 em diante, após o AI-5 quando as pessoas entram na clandestinidade você não tem um livro, você não tem um nada, você não tem, por exemplo hoje, como tem os operários do ABC, um DIEESE ...que tem aquele bando de gente, com tranquilidade suficiente e com salário suficiente pra ficar pensando, pra ficar vendo as teorias, pra ficar analisando essa realidade, porque se houvesse isso, provavelmente a situação era outra. Mas o que ocorria? Você ia para os aparelhos, você acabava ficando distante dessa realidade, que é mutável, quando o país começa realmente a crescer, a apresentar um crescimento sabe, nós já estamos todos clandestinos e muito distantes desta realidade. E sem condição de analisar o que está acontecendo. Pela própria situação e conforme a gente vai sendo derrotado e que mais pessoas vão se clandestinizando, mais distante dessa realidade você vai ficando, aí nós temos uma coisa a nos alimentar, que é o ódio, quase que a raiva dos militares, porque no momento, eu me lembro bem disso, isso eu falo da minha experiência muito pessoal, à medida em que mais caía companheiro, em vez da gente parar, pensar e sentir se estava, se era hora de ir embora sabe ... mas o que a gente fazia... Deus me livre se alguém falasse de ir embora ... Deus me livre ... era capaz de escutar “respeito, eu exijo respeito”.. Mais vontade você tinha de ficar e lutar”.

Esse clima de euforia, ao qual se referem as militantes, corrobora o que disse Roberto Schwarz, ou seja, que o Brasil desses

também da literatura de esquerda na produção editorial. – Cf. BNM, tomo I, p. 17. (Arquivo Edgar Leurenroth).

anos tornou-se, de repente, “um país irreconhecivelmente inteligente”. Esta intelectualização da sociedade expressava-se na tentativa de criação de novas fórmulas de pensar o cinema, o teatro, a arte enfim: arte com sabor nacional como, por exemplo, o Cinema Novo de Glauber Rocha ²². De forma mais abrangente, o momento apontava para o autor e o ator nacionais, para o nacional e o popular. Com essas idéias, a proposta revolucionária pretendia ir muito longe. Entra em cena o Centro Popular de Cultura da UNE, com a idéia de levar a cultura popular às ruas, morros e sertões, de maneira rápida e criativa, colocando em prática mensagens que eram passadas através de apresentações em lugares como circos, favelas, sindicatos e na rua, pois, o caminho escolhido pelos artistas intelectuais do CPC, era o da “arte popular e revolucionária”. Em 1962, é elaborado o anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura, que tenta definir suas posições diante do quadro político e social do país.

A preocupação do engajamento artístico do CPC traduzia-se em praticamente em todas as formas de arte promovidas pelos seus intelectuais. A “Coleção Violão de Rua”, produzida em 1963 pelos *Cadernos do Povo Brasileiro*, da editora Civilização Brasileira, reunia alguns poemas que podem representar de forma exemplar essa preocupação com o engajamento artístico da arte proposta pelo CPC ²³. Na opinião de Moacir Félix, que fazia a apresentação da coleção, a poesia de “Violão de Rua” almejava muito mais ainda. Tentava-se fazer a utilização estética de temas humanos, baseando-se em uma certeza: de que tudo aquilo que é verdadeiro serve ao povo, de que o “uso extremado” da verdade era o instrumento por excelência da “humanização

²² Citado em MORAES, Dênis de - *A Esquerda e o Golpe de 64* - RJ - Espaço e Tempo - 1989 - p. 71.

da vida". Nas poesias de "Violão de Rua" percebe-se, entre outros temas, o desejo de se tornar parte do povo, ou de ser seu representante mais legítimo, o que se constituía no fundamento principal da arte desejada pelo CPC, arte facilmente constatada nos seus poemas. Um dos poemas, de Oscar Niemeyer, tenta alertar aos pares de sua classe sobre a miséria do povo, bem como para uma possível luta. Pergunta o autor: "O que fez você arquiteto desde que está diplomado?" E propõe, "não deve se conformar", pois o povo vai sair para a luta que "que Cuba soube ensinar". Através desse poema, é perfeitamente possível perceber a influência do contexto social da época, presente na alusão à revolução cubana, lembrando-se a possibilidade real da tomada de poder, ou seja, a possibilidade da presença do povo no poder ²⁴.

Já no campo contestatório, faz-se sentir a atuação unificada, em determinadas entidades representativas, de marxistas, de militantes cristãos de esquerda, antecipando o forte movimento de renovação vivido pela Igreja em anos posteriores. Em contrapartida, outros setores da Igreja engrossavam as fileiras daqueles que supunham a aproximação comunista ²⁵.

²³ Cf. *Cadernos do Povo Brasileiro* (extra) - Violão de Rua - Poemas para a Liberdade, vol. I, II e III. - (Arquivo Edgar Leuenroth).

²⁴ Cf. CUNHA, Maria de Fátima da - "A arte popular e revolucionária nos anos 60" - In: *História* - SP - UNESP - vol. 11 - pp. 171-180.

²⁵ Todavia, antes que este clima de contestação atingisse limites definitivamente revolucionário, a direita desencadeia ampla agitação golpista. Aliado à característica crônica da estrutura do país, como concentração de terras e disparidade de rendas, o governo Goulart ainda enfrentava outros tipos de problemas. Desde o plebiscito que restabeleceu o parlamentarismo, em janeiro de 1963, o governo definiu, através do ministro Celso Furtado, o Plano Trienal, que propunha um ritmo anual de crescimento de 7% e a redução da inflação à taxa de 10%, justamente com a sistematização das Reformas de Base que deveriam atingir quatro áreas: administração, financeira, tributária e agrária. Três meses depois o plano já revelava sua inaplicabilidade. Os projetos sobre o congelamento de salários e a compra das concessionárias da "American and Foreign Power Company" (AMFORP) esbarravam em forte oposição no Congresso. Acrescenta-se a esta situação a evasão de divisas, sendo que só em 1964, nos primeiros meses do ano, 2 bilhões de dólares foram remetidos para bancos suíços. E o problema da balança de pagamentos se agravou com a suspensão, pelo governo americano, de todo e qualquer auxílio ao Brasil, exceção feita à ajuda fornecida diretamente a governos de Estados vinculados ao esquema golpista que se desenvolvia, em especial Carlos Lacerda, do

E percebe-se que essa intelectualização da sociedade não se deu somente em centros maiores como Rio e São Paulo. Através da fala da Elza é possível notar que essa situação era comum também em espaços culturais menos conhecidos, como Londrina, no norte do Paraná:

“Era militante nessa época no movimento estudantil. Fazia teatro, então eu trabalhava mais na área cultural e no movimento estudantil. E tinha a militância do partido, mais clandestina. Nós continuávamos fazendo as nossas reuniões, as nossas ações políticas, mais escondido ... Eu estava com dezenove, vinte anos. Eu fazia teatro em Londrina, não era teatrinho não, era teatro... peças do Oduvaldo Viana Filho, do Boal. Fazíamos peças assim com textos bastante contundentes para a época, tanto é que a censura praticamente agia sobre todos os nossos espetáculos, nós fazíamos uma apresentação para a censura, uma apresentação “de verdade” como nós falávamos. E nunca se compôs tanto, nunca se produziu tanto, no campo da música, no campo da arte, no campo da cultura de modo geral. Era muito efervescente, porque era o único instrumento que nós tínhamos, se você não tinha sindicatos, se você não tinha os partidos, se você não tinha os setores organizados da sociedade civil que você pudesse colocar sua militância, você tinha que fazer através da arte, por isso nós éramos tão visados. Então, a cultura era um instrumento de luta que nós tínhamos, a polícia sabia também, que era o instrumento de nossa luta, então, nós éramos bastante perseguidos. Eu passei a dirigir teatro infantil e a censura caiu matando em cima de mim, dos meus espetáculos”.

É possível dizer que a geração do pós-68 ficou profundamente marcada pelos eventos contestatórios daquele ano, como: passeatas, palavras de ordem contra o regime militar, e da opção pela

Rio de Janeiro, Adhemar de Barros, de São Paulo e Magalhães Pinto, de Minas Gerais. Cf. BNM, Tomo I, item II. (Arquivo Edgar Leuenroth).

guerrilha. O livro de Zuenir Ventura, dentre outros, consolida a memória de 1968 como um marco de ruptura e transformação. Nele, Ventura aborda essa data a partir de uma festa de *réveillon* na casa da Helô, que para ele foi emblemática, quase que um rito de passagem, sintetizando por antecipação um estado de espírito e um clima que seriam predominantes no país nos anos seguintes ²⁶. Predominava, na festa, uma mistura de frustração e esperança. Com algum otimismo encontrava-se ainda, naquele momento, boas razões para se esperar um feliz 68 ²⁷. Celebrando a entrada do novo ano, misturavam-se diferenciadas facções políticas que dariam a tônica das disputas no campo da esquerda depois de 1968: a discussão entre comunismo e anticomunismo ²⁸. Pode-se dizer que, de fato, os jovens de várias partes do planeta, através de diferenciadas atitudes, mostravam as suas insatisfações tanto com o capitalismo, quanto com o socialismo existente. A tônica era a negação de todos os valores e das formas de organização das sociedades desenvolvidas. Nessa perspectiva, as propostas da esquerda tradicional já não contemplavam suas aspirações, pois, em nome do socialismo, se implantou-se, na verdade, uma sociedade altamente burocratizada e totalitária.

Para uma parte da juventude desse período, a saída vislumbrada foi a busca de um mundo alternativo, que recusava a cultura dominante ou o sistema (como se dizia na época). Dessa recusa nasceu um novo modo de pensar, de encarar o mundo, de se relacionar com as

²⁶ VENTURA, Zuenir – 1968: o ano que não terminou – A aventura de uma geração – RJ – Nova Fronteira – 1988 – p. 18.

²⁷ O autor refere-se, em especial, à efervescência criativa do ano anterior, 1967, que poderia ser comprovada através de criações como *Quarup*, *Terra em Transe*, *Alegria*, *Alegria* e *O rei da Vela*.

²⁸ Ventura narra uma discussão entre o editor Ênio Silveira, pró- PCB, e o “radical” artista plástico Carlos Vergara, alcunhado por alguns como Che Vergara, devido às suas posições políticas. A discussão política entre os dois, praticamente terminou em insultos e pode ser

outras pessoas. Surgia, na verdade, uma revolta cultural contestando a sociedade ocidental naquilo que ela tinha de mais profundo: a racionalidade ²⁹.

É muito provável que o “maio de 68”, na França, tenha sido o movimento que representou, de maneira mais expressiva o clima de contestação desses anos. Sua importância maior, como observou Olgária Matos, não reside naquilo que propôs, mas sim no que recusou ³⁰.

Ao lado das manifestações estudantis, destacava-se, com o mesmo grau de contestação, a revolução musical através do *rock* e do movimento *hippie*. Todos esses movimentos acabavam se entrelaçando e tendo como pontos de convergência o protesto contra a Guerra do Vietnã e a luta pelos direitos civis estendidos aos negros e a outras minorias, tais como mulheres e *gays*. Através dos alegres e coloridos *hippies* que pregavam a *paz* e o *amor*, o mundo conheceu o psicodelismo ou a filosofia do “cair fora”: cair fora da família, da cidade, do racionalismo, da repressão. Enfim, o desejo desses jovens era o de empenharem-se na busca do prazer e da felicidade, aqui e agora. Buscavam resgatar uma nova forma de viver, queriam construir um mundo diferente, sem injustiça e violência ³¹.

presenciada por muitos. Conforme Vergara, os novos tempos “iriam exigir muita macheza política”; e Silveira retrucava que o problema “não era mostrar os testículos mas a cabeça”.

²⁹ Cf. PAES, Maria Helena S. - *A década de 60 (rebeldia, contestação e repressão política)* - SP - Ática - 1992.

³⁰ Atrás das barricadas, os estudantes franceses sintetizaram os sonhos dos jovens rebeldes daquela década. Reivindicando uma outra moralidade, e uma outra cultura, como apontou H. Marcuse, suas aspirações ficaram gravadas pelos grafites que coloriram os muros de Paris. Os estudantes haviam decretado: “É proibido proibir” e saudado o “Estado de felicidade permanente”. A “utopia concreta” fez a sua aparição por instantes muito breves e fugazes, mas não desapareceu dos espaços de desejos. Cf. MATOS, Olgária C. F. - *Paris 1968: as barricadas do desejo* - SP - Brasiliense - 1989.

³¹ Com a crise e a interrupção do projeto da “arte revolucionária”, o Brasil via-se cada vez mais articulado a uma cultura de massa organizada para o consumo. Nesse âmbito, o grande entrave colocado era a manutenção de uma produção cultural mobilizada pela idéia de Revolução ou, por outro lado, a participação na indústria cultural. No limiar desse impasse, o movimento tropicalista emerge, respondendo de forma original: a opção pelos dois caminhos ou, melhor dizendo, pelo enfrentamento que possibilita as duas opções. Ou seja, no Brasil,

Com a aparição da chamada Esquerda Revolucionária e do seu prestígio entre a jovem militância, pode-se perceber a adoção de novos comportamentos e uma não aceitação à forma tradicional de atuação política, intelectualizada, teórica e identificada com o PCB. Alguns "traços tropicalistas" eram encontrados na prática dessa "nova esquerda": a valorização do corpo, da intuição, da sensibilidade, a recusa da cultura livresca e do tom grave do discurso teórico/militante.

Por fim, podemos observar, através do comportamento da esquerda e dos vários movimentos contestatórios, uma explicitação da intensa diversidade, conflitos e contradições presentes no cotidiano da sociedade das décadas de 60/70 ³².

De qualquer forma, podemos perceber que no bojo das inquietações apresentadas pela/para a juventude desses anos -ou para

principalmente após 64, colocavam-se várias questões para a juventude, em especial aquelas relacionadas a projetos culturais. - Cf. HOLLANDA, Heloisa B. de e GONÇALVES, Marcos A. - *Cultura e Participação nos anos 60* - SP - Brasiliense - 1987.

³² Entretanto, há que se enfatizar que não foram só anos de contestação e rebeldia ou de engajamento político. Do mesmo modo que se vivia, por exemplo, o clima dos festivais da Record, quando torcer por uma ou outra música significava manifestar uma posição política, apresentava-se também como opção a Jovem Guarda. Liderada por Roberto e Erasmo Carlos, a Jovem Guarda surgia como um grupo de jovens cantores e compositores de comportamento aparentemente rebelde. Entretanto, se o tipo de roupa e o uso de cabelos compridos podiam representar rebeldia às normas sociais vigentes ou anseio de transformações, o conteúdo das canções traduzia, de outro modo, uma opção considerada por alguns como conservadora e apolítica. A música *Quero que vá tudo para o inferno* resume, de forma muito feliz, as tendências e perspectivas dos jovens e adultos adeptos da Jovem Guarda: individualismo, desinteresse pelos acontecimentos da época, certo comodismo e até apatia. A expressão "e que tudo o mais vá para o inferno" caracteriza muito bem -talvez sem a intenção dos autores- o desinteresse por tudo o que estava ocorrendo na sociedade brasileira. O principal líder do movimento, Roberto Carlos, sempre foi muito cuidadoso ao manifestar suas opiniões políticas. Em entrevista a um repórter da *Folha de S. Paulo*, respondendo a uma questão relativa ao fato do seu comportamento social, de grande líder da juventude brasileira, poder mudar a forma de pensar de uma geração que surgia, o cantor respondia: "*Não precisam se preocupar comigo, pois minhas manifestações exteriores de oposição não revelam uma convicção íntima e nem descrença nos valores morais aceitos pela sociedade*" A maioria das letras das músicas apresenta um discurso que não tem maiores preocupações sociais ou políticas nem mesmo o desejo de tê-las. Na música *As curvas da estrada de Santos* podemos perceber que, mesmo no momento em que se poderia "lembrar-se do mundo", era mais fácil "pisar mais fundo" e "desligar" da realidade: "(...) *Eu vivo muito só/ Mas se acaso numa curva/eu me lembro do meu mundo,/Eu piso mais fundo,/Corrijo num segundo,/Não posso parar (...)*" CALDAS, Waldenyr – *Iniciação à Música Popular Brasileira* – SP – Ática - p. 55.

uma parte dela-, aquelas que dizem respeito à moral, à sexualidade, ao cotidiano, ao comportamento, à atuação política, foram, de fato, amplamente debatidas e vivenciadas, por homens e mulheres.

Relembrando, Elza reflete sobre o fato paradoxal, talvez, de que foi justamente nesse momento de censura e de falta de liberdade de expressão, que a criatividade artística mais sobressaiu, através dos festivais de música e dos textos extremamente criativos. E na sua opinião isso ocorria porque se tinha pela frente o “dragão” da ditadura a ser enfrentado:

“Então, não sei é muito engraçado, você pode ver que nos festivais de música, de música popular brasileira, os melhores textos foram nesses trágicos momentos de ditadura. Mesmo com artistas como Caetano e Gil fora, e outros, intelectuais expurgados do nosso país, era uma coisa muito efervescente e em Londrina também tinha os festivais de música, nós tínhamos um movimento de teatro bastante efervescente aqui e na região, nós nunca deixamos de produzir cultura na cidade, apesar de tudo. Então era uma resistência que a gente tinha, porque tinha um dragão enorme na nossa frente, então se não fôssemos todos juntos, nós não íamos conseguir, talvez essa fosse a motivação daquele momento. Hoje, que você tem um pouco mais de liberdade, eu diria, também acontece coisas extraordinárias no campo da cultura. Mas é engraçado, é uma coisa que daria uma tese, essa reflexão: em tempos tão difíceis, a gente conseguia produzir tanto.”

Estudar, ainda, a participação política das mulheres nesse período, em especial na militância clandestina de esquerda, significa, na maioria das vezes, se deparar com o rompimento de um mundo destinado, quase sempre, à fragilidade, à submissão, ao silêncio, um mundo que definia as mulheres a partir de papéis tradicionais: mães,

donas de casa e esposas, vivendo em função do outro, o homem. Optar pela atuação clandestina de esquerda poderia, enfim, significar enfrentar preconceitos fortemente enraizados sobre o lugar/lugares e papéis destinados à mulher na sociedade da época, assunto de nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO III: O QUE ERA SER MULHER NESSES ANOS?

“Ah, eu tive muito esse problema, com a figura da militante, calça jeans surrada, camiseta furada .. era a revolucionária modelito de esquerda que eu nunca aceitei, eu sempre usei batom, eu sempre usei trança no cabelo, usava sapato alto, eu nunca deixei de usar, nunca. Era criticada dentro do partido, porque era burguesa.”

(Elza)

CAPÍTULO III: O QUE ERA SER MULHER NESSES ANOS?

1- Revistas femininas: ensinando a ser mulher.

A fim de entendermos este “universo feminino dos anos 1960/70, mencionado anteriormente, caberia perguntarmos que mundo era esse que se destinava a grande parte dessas mulheres, senão a todas? Que distinções de gênero delegavam e definiam papéis a homens e mulheres nesse período?

Tais questões podem ser respondidas, inicialmente, através de recente estudo da pesquisadora Carla Bassanezi que, analisando revistas destinadas ao público feminino no período de 1945-64, constata a formulação e construção de um modelo dominante de família a partir de distinções de gênero que concedem aos homens –considerados os chefes da casa- autoridade e poder sobre as mulheres¹. Estas mulheres, por sua vez, são definidas a partir dos papéis femininos tradicionais (principalmente mães, donas de casa e esposas) e das características consideradas “próprias das mulheres”, englobadas no termo “feminilidades” (pureza, doçura, resignação, instinto materno, etc.). Aos pais de família cabem sustentá-las com o seu trabalho, enquanto que as esposas devem se ocupar das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos e da atenção ao marido.

Essas relações, segundo Bassanezi, são definidas por um conjunto de normas sociais, embora apareçam, em termos de representações, como naturais, desistoricizadas e válidas para todas as classes. O casamento define direitos e atribuições com relação aos gêneros traduzidos, freqüentemente, em desigualdades e dominação do feminino

¹ BASSANEZI, Carla - *Virando as Páginas, revendo as mulheres* - Revistas femininas e relações homem-mulher. 1945-1964 - RJ - Civilização Brasileira - 1996.

pelo masculino ². Ainda para Bassanezi, é necessário lembrar que durante o período de 1945-64 a sociedade brasileira vive uma série de transformações proporcionadas, entre outros fatores, pelo desenvolvimento econômico: processo de crescimento urbano e industrial, aumento das possibilidades nos campos profissional e escolar, tanto da população em geral quanto da feminina, em particular. No entanto, ao mesmo tempo em que discriminações de gênero se manifestam com intensidade - divisões rígidas de papéis e atribuições, valorização da virgindade, manutenção da dupla moral sexual, autoridade do marido sobre a mulher - certas distâncias entre homens e mulheres se reduzem como, por exemplo, a modificação de regras sociais, que vão do namoro à intimidade do relacionamento familiar, onde a voz feminina passa a ser mais respeitada. O trabalho da mulher, especialmente a de classe média -pois as mulheres pobres tiveram sempre como vivência o trabalho fora do casamento- ainda que cada vez mais comum, continua cercado de preconceitos e encarado como subsidiário ao trabalho do "chefe da família", o homem.

Assim, seguindo as pistas abertas por Carla Bassanezzi, é possível perceber através, principalmente das publicações destinadas ao público feminino ³ da época, múltiplas facetas da mulher, que ora reproduzem o modelo dominante, ora desvendam uma mulher que começa

² Conferir também da mesma autora, "Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal"- In: *Cadernos Pagu* (1) - UNICAMP - Campinas - 1993 - p.112.

³ Segundo Dulcília Buitoni, o conceito de "imprensa feminina" é definitivamente sexuado, ou seja, o sexo de seu público faz parte de sua natureza. Ainda para a autora, desde que surgiu no mundo ocidental, no final do século XVII, já trouxe a destinação às mulheres no próprio título, prática que persiste até hoje. Buitoni também enfatiza que, na imprensa em geral, tal distinção de público não aconteceu no passado. Embora lidos predominantemente por homens –os únicos letrados que lhes tinham acesso- os jornais eram destinados às pessoas de ambos os sexos. Não existia uma imprensa masculina. A mulher, então, faz parte da caracterização da imprensa feminina, seja como receptora seja, às vezes, também como produtora também. Todavia, para Buitoni, o elemento definidor para tal distinção ainda é o sexo de suas consumidoras. – Cf. BUITONI, Dulcília S. – *Imprensa Feminina* – SP – Ática – 1990 – (Série Princípios) – pp. 7-8. Conferir também, da mesma autora, *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira* – SP – Loyola – 1981.

a "ousar", revelando, desse modo, um momento em que se coloca uma possibilidade de ruptura dos papéis femininos tradicionais.

Podemos dizer que para todas as depoentes existia a percepção de um estereótipo dominante do que era ser mulher. Mas também fica claro que para quase todas o mesmo já havia se quebrado antes da opção pela militância. Para Ruth, a "revolução" havia começado bem antes da clandestinidade, principalmente no comportamento sexual:

"Eu acho que a gente não só vivenciou isso, mas fez essa revolução. Nós éramos revolucionários no comportamento mesmo antes da clandestinidade. Tudo acaba vindo junto. Aquilo que eu digo, você não faz uma opção tão violenta como essa, sem você ter feito uma revolução interior antes. Então, por exemplo, eu me lembro que ... bem o que teve de novo aí? Muito mais sobre a parte ... a área sexual primeiro. Então, por exemplo, o que eu recorro bem, que eu digo que a gente fez essa revolução ... você não tinha mais aquela idéia de que você tinha que casar ... que o objetivo de vida que era o casamento para a mulher, ou que você tinha que casar virgem. Porque isso era como se fosse um dote, como se fosse uma coisa, como é que eu queria dizer, meu Deus ... como se fosse o preço de uma mulher ... uma coisa que te valorizasse ... entendeu ... nesse mercado de casamento. Não tinha isso, a hora que você tivesse alguém especial, você iria transar, você iria ter uma relação."

Entretanto, a quebra desse modelo dominante não era tão fácil, naquele momento. Através das reportagens de várias revistas percebemos, ao lado da militante "subversiva" presa, a Miss Brasil, a modelo famosa, a garota *hippie*, a mãe solteira ou a atriz de novela televisiva. Todavia, as mudanças parecem ser lentas e graduais. E o que é mais comum é a reprodução dos discursos dominantes que delimitam e forjam os lugares sociais de homens e mulheres. Do mesmo modo, naquele momento, é possível percebermos que diversas questões e tabus ainda

chocam a sociedade. E a discussão aberta sobre temas como o aborto, a sexualidade dos jovens, a infidelidade feminina ou a gravidez de moças solteiras, ainda era uma excepcionalidade. Vários destes tópicos fizeram parte de reportagens especiais em revistas da época, provocando grande sensação e "cortes" da censura que, então, vigorava.

O que chama mais atenção nas páginas de algumas revistas - *Realidade*, *O Cruzeiro*, *Claudia*, *Manchete*,⁴ é o interesse cada vez mais acentuado para com a sexualidade da juventude e as alterações comportamentais que se desencadeavam, questões essas quase sempre verificadas através de pesquisas encomendadas.

Entre essas preocupações vemos, por exemplo, o aborto e o controle da natalidade. Com relação ao aborto, a grande prioridade era entender por que a mulher o praticava, e os motivos encontrados eram vários⁵. As questões morais e éticas relacionadas ao tema também eram debatidas, partindo-se do fato de o aborto ser um crime perante as leis brasileiras e ser condenado pela Igreja. Procura-se também entender os traumas psíquicos decorrentes da prática abortiva, explicados devido à recusa, pela mulher, de tudo aquilo que existia de mais profundo nela e que a definiria como mulher: o instinto de procriação. Noutros casos, os traumas seriam consequência de uma espécie de culpa superimposta a si mesmas,

⁴ A revista *Realidade* não pode ser considerada revista feminina, embora às vezes publicasse matérias assinadas por Carmem da Silva. No entanto, as revistas *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Claudia* podem ser qualificadas como "publicações femininas". A revista *O Cruzeiro* é a mais antiga delas sendo lançada em 1928, e tendo grande popularidade nas décadas de 1940 e 1950. *Manchete*, da editora Bloch, foi publicada pela primeira vez em 1952 e, finalmente *Claudia*, que saiu em 1961, pela editora Abril, tiveram como objetivos atender a uma busca de identidade da mulher de classe média urbana e estimular e ser estimulada por todo um consumo emergente. *Claudia* também inaugurou um novo estilo de editar moda, beleza, culinária e decoração, aspectos essenciais e definidores das publicações destinadas ao público feminino. A esse respeito conferir BUITONI, Dulcília – op. cit. p. 49.

⁵ Segundo Buitoni, desde o anos 1950 até meados de 1970, a censura interna das editoras e a censura governamental permitiam avanços extremamente vagarosos no tratamento da questão sexual. Não se podia, por exemplo, nomear as partes do aparelho genital feminino, mesmo pelos nomes científicos; só era possível descrevê-los. Havia problemas para publicar desenhos, ainda que esquemáticos; fotos eram proibidas. A partir da segunda metade da década de 70, com a

devido à censura existente na sociedade. Em alguns momentos, nota-se por parte das revistas, uma tentativa de dar ao tema um tratamento mais aprofundado, entendendo-o como um problema que não era exclusivo da mulher, mas que também atingia toda a sociedade, percebida como essencialmente masculina e que, como tal, estabelecia leis sobre o assunto, sem querer comprometer-se muito com ele.

O controle da natalidade, por sua vez, merecia igual atenção e sendo apresentado como um tema muito controverso. De acordo com a legislação da época, ninguém podia anunciar qualquer processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar gravidez. Por causa dessas proibições, os laboratórios não podiam utilizar a palavra "anticoncepcional" nos rótulos dos produtos. As pílulas eram comercializadas como medicamentos para "regularizar a menstruação", preservativos, como "protetor masculino", cremes e geléias, como destinados à "higiene íntima da mulher". Apesar da difusão e do número cada vez maior de marcas de pílula, as dúvidas a respeito do seu uso eram muitas: "Como funcionam? São seguras? Por quanto tempo as mulheres podem tomá-las? Elas causam câncer ou deformam os bebês no período da gestação?"

⁶.Entretanto, vale lembrar que, apesar do temor inicial relativo ao seu uso, a pílula anticoncepcional será um dos grandes detonadores da revolução sexual que proporcionará à sexualidade feminina a possibilidade de busca exclusiva do prazer, plenamente desvinculada da procriação.

Ainda no campo da sexualidade e dos novos comportamentos adotados pelos jovens e pelas mulheres, uma das situações que chama mais atenção e incomodam a sociedade desse período é a existência de mulheres que optam pela maternidade fora do casamento. Conseguir um depoimento de uma mulher que tivesse passado por essa experiência não

liberação, a imprensa brasileira foi marcada pela presença do sexo, agora já associado ao consumo. – Cf. BUITONI, Dulcília - op. cit. – pp. 66-67.

era muito fácil. Todavia, em alguns casos, alguém vinha a público narrar a sua história, desde que a sua identidade fosse mantida em sigilo:

"(...) Mas por que fazer drama de uma coisa tão simples, tão normal? Se não é normal porque alguém disse que é preciso casar na Igreja, de véu e grinalda, papel no cartório, tomar o nome do marido, morar na mesma casa que ele, depender dele, ter muitos filhos e netos, então eu estou fora disso. Não acho isso válido (...)"⁷.

Se, por um lado, temos um exemplo como este, tão vanguardista e "avançado" no comportamento feminino, por outro, é possível nos depararmos também com um acontecimento que deixaria qualquer "feminista radical" muito exacerbada: os concursos de beleza feminina, definidos por alguns como a expressão maior da identidade mulher/objeto.

É impressionante (especialmente se pensarmos o quanto esses concursos já não têm a mesma receptividade, sendo substituídos por outros tipos de disputa de beleza) a atenção que essas competições obtinham por parte da imprensa, merecendo reportagens que se avolumavam para além de vinte páginas! Os leitores poderiam saber as medidas das candidatas em polegadas, os mexericos dos bastidores e os milhões gastos com as roupas. Com relação à vencedora, era possível conhecer particularidades da vida pessoal, desde o que ela comia no café da manhã, até toda a sua história de vida.

Tal situação se verificou quando a baiana Marta Vasconcelos foi eleita *Miss Universo*, em 1968. Um dos pontos que mais chamava atenção na trajetória da "professorinha" que havia chegado a *Miss Universo* era o depoimento do pai sobre a filha. Segundo ele, Marta sempre recebera

⁶ "A Lei proíbe anunciar métodos para evitar gravidez" – In: *Realidade*, maio de 1966.

⁷ "Sou mãe solteira e me orgulho disso", In: *Realidade*, maio de 1966.

convites para participar de concursos, mas não se sabia por que ela havia aceito aquele ano, "influência das amigas talvez". De qualquer forma, para o pai, "ela estava noiva e só quem poderia mesmo resolver o seu futuro seria o Reinaldo", o noivo, que dera consentimento na sua participação no concurso. É interessante perceber como, ao longo da reportagem, essa dependência do consentimento do noivo, com relação a vários setores da vida da *Miss*, é reafirmada pelo pai: "O que ela decidir com o noivo está decidido", "O Reinaldo está confiante e apenas espera que ela chegue, para terem uma conversa a sós" ⁸. Tudo isso indica-nos uma possível transferência de tutela sobre a mulher, do pai para o marido. Experiência que, certamente, era/é muito comum no âmbito da vida de grande parte das mulheres.

Segundo Elza, era muito difícil para as mulheres quebrarem essas barreiras,, dentro delas mesmas, porque o "modelo" existente era fruto de uma situação imposta há muito tempo, definindo papéis não só para elas, como também para os homens. Ela chega à conclusão de que os homens não podem ser vistos como os "vilões da história":

"Era muito complicado, porque você teria que a cada dia quebrar um pouco mais essas barreiras, em você mesma, como os obstáculos, com os outros. Mas eu acho que nós mulheres nessa questão de gênero, por exemplo, ela vem com uma essa carga e que não fomos nós que inventamos. E que esse modelo, também não estou colocando isso como se os homens fossem os vilões da história não, porque eles também são vítimas desse modelo de cultura, em que ele tem que ser o provedor da casa, tem que ser o forte, o cabeça, o dominador. Então, a gente também produz essa situação, porque...reproduz em muitas horas, vai levando para frente.

⁸ *Manchete*, no. 848, janeiro de 1968.

Outra questão interessante apontada por Elza diz respeito à culpa que as mulheres militantes sentiam por estar “largando” a família, os filhos e os maridos. De acordo com ela, à primeira vista, os homens não carregavam essa culpa; para eles “era diferente”:

“Mas eu percebia muito sentimento de culpa de mulheres que tinham filhos na militância ou que tinham largado, por exemplo, o namorado, deixado o namorado ou noivo, ou a mãe e o pai, para a militância. Então, esporadicamente conversava-se sobre isso, se valeria a pena, não é? Porque é aquela coisa, é difícil mesmo, porque por mais que você lute contra isso, têm milhares de ações extras, externas que te fazem questionar isso, questionar essas coisas: será que está certo, será que não está certo? Eu não sei se os homens questionam isso, os homens dizem: “não, porque nós vamos ter uma luta ... que se dane, família não existe”. É diferente.”

Essas interrogações sobre o que os homens pensavam sobre determinados assuntos, em especial aqueles que diziam respeito à relação afetiva, também estavam presentes nas publicações destinadas às mulheres. Numa tentativa de avaliação e de entendimento do “universo mental masculino”, especificamente o que “eles pensavam sobre elas” e o relacionamento homem/mulher, a revista *Realidade* faz uma pesquisa e publica, à guisa de balanço e avaliação, um artigo da psicóloga Carmem da Silva -que informou e formou a cabeça das brasileiras durante algumas décadas, publicando diversos artigos em periódicos destinados ao público feminino. A análise de Carmem da Silva apresenta alguns aspectos reveladores do homem brasileiro como, por exemplo:

“O brasileiro é acima de tudo um moderado e em matéria de mulheres só aprecia dois tipos: a própria que ele costuma chamar de “minha

*senhora"; e as restantes. Deduzindo das restantes: mãe, avós, irmãs e filhas que são sagradas e intocáveis"*⁹.

Ainda para Carmem da Silva, a "minha senhora", a eleita, deveria ser diferente "das outras" -imagem calcada, sobretudo, na lembrança da mãe-, possuidora de virtudes domésticas, beleza que atraísse o olhar dos outros homens e recato que os mantivessem à distância. E mais: simplicidade, modéstia, economia, humor, habilidade de se calar na hora certa¹⁰. Entretanto, todos esses atributos ficariam reduzidos a nada se um requisito fundamental não se apresentasse: a virgindade, condição exigida por 83% dos brasileiros. Afinal, a "minha senhora" tinha que ser uma "moça de respeito", o que significava não deixar "avançar o sinal" durante o namoro e o noivado. Se ela cedesse aos apelos e súplicas dos homens, estaria desqualificada para um "compromisso mais sério", pois quem garantiria que não iria dar "provas de amor" a outros, também?

Encontrada definitivamente a mulher que se encaixasse no ideal desejado, o brasileiro comum decidia, segundo Carmem da Silva, "dar um jeito na vida", ou seja, optava pelo casamento. O "dar um jeito na vida" significava, de forma sucinta, garantir refeições saborosas e baratas todos os dias, camisas limpas, botões costurados, sapatos engraxados e sexualidade legalizada¹¹. Em outro momento, a mesma Carmem da Silva desvenda, de forma irônica e cômica, um outro perfil do homem brasileiro, ao falar sobre a arte de dar "cantadas", definida por ela como a arte de estabelecer uma aproximação rápida e a mais íntima possível com um elemento do sexo oposto:

⁹ "Ele se acha o bom" – In: *Realidade*, dezembro de 1969 (Carmem da Silva).

¹⁰ Carmem da Silva em sua seção "A Arte de Ser Mulher" na revista *Claudia*, publicada de 1963 até a sua morte em 1985, abriu espaço para se tratar da problemática feminina de modo corajoso e instigante, contribuindo, segundo Dulcília Buitoni, para maior consciência de algumas gerações de mulheres. Quando nos anos 60 o sexo começava a se insinuar em algumas matérias, falando-se em controle de natalidade, ela foi a primeira a começar a falar do tema de forma mais profunda, assim como discutir a questão do prazer.

“Com a evolução e, principalmente, com a instituição do casamento monogâmico, foi preciso adotar métodos de cantada que não deixassem marcas. Foi abolido o uso de instrumentos cortantes, perfurantes ou contundentes. Uma cantada em bom estilo exige um tipo de abordagem que não provoque reações defensivas. Já se sabe que mulher é teimosa: depois de ter dito não é praticamente inútil mudar de tática para arranjar-lhe um sim”.

Para ela, em raríssimas situações a cantada partia da mulher, sendo quase sempre de iniciativa masculina: *“Esse processo requer pretextos mais ou menos válidos: já o sabiam nossos avós. Eles nunca saiam de casa sem levar no bôlso alguns lencinhos de renda e luva de pelica, para achá-los no caminho”.* (Grifos no Original) ¹².

Continuando, Carmem da Silva enumera os vários estilos de cantada que variava conforme o seu “executor”:

“(…)O ardente é de inspiração mediterrânea. O homem trata por todos os meios de demonstrar à mulher que ou a consegue imediatamente, ou morre vítima de apoplexia. Arregala os olhos, fala em tom entrecortado; suas mãos se descontrolam e se multiplicam.

O dramático é calcado no modelo mexicano. Intenso, exigente, feroz, ameaçador(…) O disfarçado é um dos estilos tipicamente brasileiros. O rapaz não quer nada, mas nada mesmo, só a companhia e o papo (...) Pega no queixo mas não quer nada, só observar certo ângulo do rosto. E vai indo, vai indo – tudo sem querer nada. O intelectual acredita piamente que a História, a Sociologia, a Psicanálise devem fatalmente desembocar em seu leito. Mulher inteligente e evoluída tem de ser sexualmente livre ... em benefício dêle. (...)” ¹³. (Grifos no Original).

¹¹ “Ele se acha o bom” – op. cit.

¹² Cf. Carmem da Silva, “A arte da cantada” – In: *Realidade* – jun./1966.

¹³ Idem

Fico imaginando se homens e mulheres, quando liam esse texto, na época, conseguiam perceber a natureza crítica, irônica e risível da autora, ou se andavam com ele no bolso (ou na bolsa) para fazerem uso, cada um com interesse próprio. Carmem da Silva também inovava ao não deixar que o seu discurso acabasse se transformando numa bandeira a ser utilizada contra os homens. Ela conseguia perceber, e deixava claro aos leitores, que o jogo da sedução era uma rua de mão dupla, ou seja, que a mulher, longe de ser uma vítima deste, fazia uso dele:

“(...) Até agora viu-se a cantada apenas pelo lado masculino. Mas, como não há cantada sem mulher, é necessário comentar sua posição na história (...) Muitas mulheres precisam ser cantadas para reforçar sua presença feminina, ficam felizes por despertar o desejo, ou o espetáculo do desejo masculino – o homem pendente de um sim ou de um não de seus lábios. Outras encontram na intensidade do cerco uma desculpa para fugir à responsabilidade de seus atos: elas queriam resistir mas não puderam, a pressão foi forte demais. Mas isso é fantasia, pois a mulher tem vontade própria e só cede quando quer (...) Mas a proeza realmente artística é a que consiste em fazer virar o feitiço contra o feiticeiro, transformando em boas as péssimas intenções que o cantador alimentava. A cantada que terminou no registro civil é o melhor atestado da habilidade feminina – e uma advertência que os homens não devem ignorar (...)”. (Grifos no Original).

Ainda no campo feminino, sérias críticas ao perfil masculino eram tecidas por várias mulheres, que percebiam a existência de um extremo machismo, autoritarismo, egoísmo e vaidade nos homens, na maioria das vezes, nos próprios maridos. No julgamento delas sobre o seu homem, nota-se uma decepção muito grande com relação a algumas facetas do relacionamento homem/mulher:

*"(...) Eu conto nos dedos os homens que existem no Brasil: não passam de dez. Os outros são cópias ridículas que perambulam por aí sobre duas pernas, porque não conseguem cair de quatro (Itala Nandí, atriz).
 (...) No casal brasileiro não existem duas pessoas. Existem um homem e uma vírgula (Betty Faria, atriz) ¹⁴.*

Por outro lado, algumas mulheres detectavam que todo esse comportamento do homem não era fruto unicamente da atuação "deles" no relacionamento com a mulher. Entendiam que também "elas" tinham uma participação muito grande na "leviandade" masculina, ao adotarem uma posição que permitia que esta acontecesse. Percebe-se também que alguns casais buscavam outras experiências de relacionamento considerado "moderno", procurando subverter as bases do chamado "casamento burguês". Zuenir Ventura, mais uma vez, narra em seu livro um exemplo dessa tentativa de casamento, alternativo entre a atriz Maria Lucia Dahl e o cineasta Gustavo Dahl. O jovem casal se dava o direito ao que a convenção chamava de infidelidade, desde que confessada, sem mentiras e segredos. Pensava-se, então, que sem as noções de ciúmes e de traição, valores fetiches da moral burguesa, as relações amorosas ganhariam em consistência e solidez. Entretanto, surpreendentemente, o casamento da atriz e do cineasta terminou com uma bofetada de Gustavo em Maria Lucia, no baile de *reveillon* de 1968, na casa de Heloísa B. de Hollanda. Motivo: a atriz dançava com um rapaz que o marido não aprovava. Para todos que assistiram à cena, a agressão e a posterior separação foram uma surpresa: "Logo eles?!" ¹⁵. Anos depois, os dois poderiam confirmar que a teoria era uma coisa ... e o coração outra.

Por razões diferentes a irmã de Maria Lúcia, Marília Carneiro também se decide separar, apesar de não ter problema conjugal. Separa-se

¹⁴ "A mulher brasileira julga o seu homem" – In: *Realidade*, dezembro de 1969.

apenas por "curiosidade", para ver na prática como era a vida que se pregava em teoria. Essa vida, como lembra Ventura, consistia em deixar o conforto de um lar, a condição de apêndice econômico e partir para uma arriscada aventura de experimentação existencial, traduzida na busca de uma profissão, em novas e descompromissadas relações ou, às vezes, na solidão. Zuenir Ventura também, relata uma outra experiência de relação afetiva que se iniciava naquele *réveillon* de 68. Naquele dia, enquanto "rolava" a famosa festa da Helô, um casal –ela com dezesseis anos e ele com quatorze-, Cesinha e Claudia, ambos virgens, iriam viver sua primeira experiência sexual. Nesse caso, o passo dado pelos dois poderia ser visto como uma raridade, pois naqueles anos uma iniciação sexual baseada no amor, principalmente para o homem, ainda era uma novidade. Imperava, ainda, a iniciação com prostitutas. E para uma moça de família a perda da virgindade antes do casamento, como já vimos, não era aceita pela sociedade ¹⁵.

Para Tereza, o que realmente imperava, para homens e mulheres, naquele período, era o modelo tradicional. Mas de um jeito ou de outro, questões como a liberdade sexual acabavam por chegar às pessoas, principalmente aos jovens de classe média, não obstante chegassem muito mais através do que ela chama de um "sentimento de rebeldia" do que de uma "discussão estruturada":

"Eu acho que o caldo ideológico onde a gente navegava era realmente o tradicional. Só que, assim de uma forma ainda muito branda, os ventos da discussão sobre a questão feminina acabavam batendo de um jeito ou de outro. No início do anos 60, a discussão sobre a questão ... a

¹⁵ VENTURA, Zuenir – 1968: *o ano que não terminou* – A Aventura de Uma Geração – op. cit. - p. 25.

¹⁶ Segundo Ventura, essa relação nascida nessa noite só iria ser interrompida pela repressão, em 1971, quando ele cai nas mãos da polícia e ela vai para o exílio.

discussão na verdade ... a discussão que bordejava ...era, por exemplo, na liberdade sexual, na busca de uma profissão ... nada disso muito estruturado ... porque a questão não permeava a sociedade, quer dizer não havia uma discussão estruturada. Eu acho que havia um sentimento de rebeldia, talvez pelos grupos de classe média ... e mulheres de classe média, de jovens de classe média a espernear contra um estado de coisas que era aprisionante, quer dizer ... aquela composição tradicional, na prática, ela não estava derrubada, era pai, mãe, filhos, filhas. Os filhos são criados de um determinado modo e as filhas de outro ...e as mulheres devem casar. Essa coisa assim (...)"

Como não se submetia a esse “modelo dominante”, que incluía baile de debutante, e estar sempre bem arrumada, Tereza revela que teve problemas desde muito cedo, pois “esperneava” contra aquilo que não queria para si. Mas novamente ela afirma que não havia uma discussão anterior sobre como lutar contra essas “regras”:

“(...) era bem complicado porque eu era uma pessoa muito inquieta, e acabava sendo um problema ... eu tive uma guerra pessoal (...) desde muito menina, desde doze, treze anos eu esperneava contra um padrão, eu não quero generalizar, porque não era uma coisa que eu discutia na escola, no sentido de que não era aquele modelo que eu queria, então eu não quis debutar, eu não tinha namoradinho, eu não me arrumava, eu fazia questão de não me arrumar. Então, quer dizer, não era parte de um modelo, assim de um outro modelo, uma coisa muito elaborada. Acho que fui uma adolescente extremada, eu levei ao extremo a necessidade de um rompimento (...)"

Ainda acompanhando as revistas da época (anos 60), podemos perceber a existência de sessões destinadas a esclarecer dúvidas ou dar sugestões a jovens senhoras casadas ou moças solteiras.

Tais sugestões ou orientações relacionavam-se à sexualidade, trabalho e relacionamento amoroso/conjugal ¹⁷.

Na revista *O Cruzeiro*, existia uma sessão intitulada “De Mulher para Mulher” que, às vezes, vinha assinada por Maria Teresa ¹⁸. Em um desses editoriais considera-se a possibilidade da felicidade no casamento após muitos anos de união ¹⁹:

“Certa vez perguntamos a uma espôsa aparentemente feliz se agora vinte anos depois de casada, ela ainda se julgava tão feliz como ao tempo do noivado. E ela nos respondeu: “Como não, muito mais venturosa do que naquele tempo. As promessas de ontem são a realidade de hoje. A plantinha que ontem apenas desabrochava hoje tem raízes profundas. E a segurança e o carinho que me advieram da companhia “dêle” constituem uma dádiva inestimável com que Deus me brindou”.

Segundo o artigo da revista, essa resposta positiva e “dignificante” para o casamento, opunha-se diametralmente à opinião de certos casais ou de pessoas solteiras, que afirmavam que a rotina do casamento “mata o amor”. Admite-se, então, que até o amor possa morrer, se marido e mulher forem se fechando, aos poucos, no seu egoísmo e descuidando da atenção que deveriam dar um ao outro. Afirma-se, ainda, que o casal que tiver a preocupação constante de constituir um par harmonioso, deverá ter em mente uma dedicação recíproca que implicará,

¹⁷ As revistas femininas sempre exploraram a potencialidade do “consultório sentimental”, seja de um modo mais sensacionalista, seja desenvolvendo psicologismos. O consultório sentimental nasceu com a imprensa feminina e até hoje resiste, mesmo em publicações mais pretensiosas. Assuntos e linguagem são escolhidos de acordo com o público. Mas a chave é sempre a relação amorosa, refletindo ansiedades e conflitos da sociedade, vulgarizando ou aprofundando conceitos de psicologia através de matérias sobre comportamento. Cf. BUITONI, Dulcília – op. cit. – p. 65.

¹⁸ As semelhanças com os editoriais assinados por Carmem da Silva, em *Claudia*, é evidente. Entretanto, Carmem da Silva inova em certos aspectos, se comparada com as orientações da revista *O Cruzeiro*.

¹⁹ “Casar e ser feliz” In: *O Cruzeiro*, no. 30, 7/5/60, pp. 40-41.

por vezes, em pequenos sacrifícios de ambas as partes. No entanto, segue o texto: “Não é necessário que um e outro abram mão de sua personalidade”.

Realmente, à primeira vista, parece que mesmo tendo como proposição a manutenção da “harmonia” entre o casal, a idéia é de que a mesma aconteça tendo como pressuposto a dedicação e o respeito mútuo do casal sem que, para tanto, houvesse a necessidade de submissão ou prepotência de qualquer um dos lados da relação. Poderíamos mesmo dizer que, para os anos 60, tais discursos, ainda não de todo superados nos dias atuais, eram um grande passo, em se tratando de relacionamento homem/mulher. Entretanto, um outro serviço prestado por essa sessão da revista consistia em dar conselhos a mulheres que escreviam pedindo, ao que parece, ajuda através da fala mais experiente da jornalista, com relação a “pequenos problemas” enfrentados com os seus parceiros. E, então, diante de uma situação mais concreta, os conselhos deixam de ser tão avançados. Tal situação pode ser percebida através da carta de uma leitora que é identificada apenas pelo tipo de problema que afirma estar passando: “Ele é contra o trabalho feminino”. Logo abaixo vem a sugestão oferecida pela revista:

*“Realmente não vemos por que a mulher trabalhe fora quando não há necessidade. O **emprego** impõe obrigações que muitas vezes terão que entrar em **conflito** com as obrigações domésticas. Muitos homens se queixam de que o **eterno feminino** tende a desaparecer com essa “mania que as mulheres têm de competir com a gente na luta pela vida”. (Grifos Nossos).*

O que se percebe é que a tal harmonia, tão falada num primeiro momento, deveria ser mantida a todo custo, principalmente a harmonia doméstica, o que poderia ser entendido como a “paz masculina”,

quando o homem voltasse para casa. As pequenas concessões do casal, indicadas para a felicidade do casamento, são feitas em casos como este, quais sejam, ela terá que fazer uma concessão, abrindo mão do seu desejo em nome da harmonia familiar, pois o sacrifício de trabalhar fora o marido já faz, sustentando a esposa e a casa. E assim, um casamento com “pequenos sacrifícios e concessões” de ambas as partes, teria tudo para durar anos.

Os aconselhamentos não se destinavam somente às mulheres, mas também a alguns homens que escreviam pedindo orientação a respeito de seus relacionamentos. Nessa mesma coluna, respondendo a um leitor que é reconhecido apenas pelas iniciais HC e pelo título de sua carta, que enuncia o tipo de problema enfrentado, *“Ela não é capaz de um sacrifício por mim”*, orienta-se para que ele, indeciso entre a carreira e a amada, escolha a primeira opção:

“(...) Não chegaria, sequer, a ser um sacrifício. Bastaria que tivesse boa-vontade para acompanhá-lo aonde o levam seus interesses de trabalho. Não achamos razoável que prejudique sua carreira porque a moça não quer acompanhá-lo ao interior. Para garantir um futuro melhor, a pessoa tem que lutar muito, principalmente no começo da vida. Se ela não quer ir com você, não permita que isso interfira na sua resolução de seguir. Afinal, você seria o chefe da família e é a você que compete escolher o lugar aonde vai ou onde quer morar (...)”²⁰. (Grifos Nossos).

Podemos questionar se as análises que fazemos de revistas como essa, podem sofrer influências decorrentes do passar do tempo, quando muita coisa mudou e outras tantas permaneceram no mesmo patamar anterior. Acreditamos que as reivindicações das mulheres e de outros sujeitos sociais possam nos fazer perceber o universo

²⁰ “Ela não é capaz de um sacrifício por mim” – In: O Cruzeiro, no. 44, 13 de agosto de 1960.

masculino/feminino dos anos 60, através de um olhar que mescla uma certa dose de ironia e perplexidade, principalmente quando nos encontramos diante de temas tidos, atualmente, como já superados, como o trabalho feminino fora de casa. No entanto, percebemos que tais questões, à época, eram muito complexas, aliadas a concepções que vinham de séculos, como, por exemplo, o “eterno feminino” mencionado na resposta à leitora, que seria prejudicado ou exterminado com o trabalho feminino. Que dizer de tal concepção? Este conceito pode ser interpretado à luz do pensamento de S. Freud, para quem a mulher, para fazer-se feminina era deveria fazer-se mulher como a mãe ²¹. Ou seja, a teoria freudiana insere os ideais de feminilidade no contexto do século XIX, que identifica e alimenta a idéia da histeria feminina, ou a realização feminina, ligadas à maternidade e ao casamento.

Contra essas teorias levantaram-se vozes questionando as origens das mesmas. Um exemplo que pode ser citado é o de Simone de Beauvoir, em especial no seu livro *O Segundo Sexo*. Nessa obra, a autora vai afirmar aquilo que se tornou um ícone/paradigma para as feministas dos anos 60/70: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com essa afirmação, Beauvoir entendia que existia toda uma pressão social e cultural (sexual, psicológica, política) que sufocava “as possibilidades da mulher”. Para entender como era engendrado o discurso que determinava “o destino” da condição feminina, a autora identificava na biologia as origens de explicações que naturalizavam as diferenças entre os sexos. Nesse entendimento, a palavra fêmea sugeria toda uma carga de imagens negativas e pejorativas:

“(...) monstruosa e empanturrada, a rainha das térmitas reina sobre os machos escravizados; a fêmea do louva-a-deus e a aranha, fartas de

²¹ Ver a esse respeito KEHL, Maria Ruth –*Deslocamentos no Feminino*– RJ –IMAGO–1988 – p.

amor, matam o parceiro e o devoram; a cadela no cio erra pelas vielas, deixando atrás de si uma esteira de odores perversos; a macaca exhibe-se impudentemente e se recusa com faceirice hipócrita; as mais soberbas feras, a leoa, a pantera, deitam-se servilmente para a imperial posse do macho. Inerte, impaciente, matreira, insensível, lúbrica, feroz, humilhada, o homem projeta na mulher todas as fêmeas ao mesmo tempo (...)"²².

Se, por um lado, essas críticas reviram, sob novas perspectivas, a condição feminina na sociedade ocidental, desnudando os preconceitos ancestrais dirigidos às mulheres, por outro, elaboraram um contra-discurso que reinterpreto especificidades femininas, como as biológicas, sob uma ótica, às vezes, muito negativa. Para esse novo olhar, a menstruação, a gestação e a amamentação passaram a ser vistos quase como uma maldição que escravizava e degenerava o corpo da mulher. Está claro que, com essas afirmações pretendia-se subverter os papéis femininos tradicionais, consagrados ao lar e à maternidade. Assim, para Beauvoir:

"(...) contrariamente a uma teoria otimista cuja utilidade social é demasiado evidente, a gestação é um trabalho cansativo que não traz à mulher nenhum benefício individual (...) e exige, ao contrário, pesados sacrifícios (...) O parto em si é doloroso, é perigoso. É nessa crise que vemos com maior evidência que o corpo nem sempre satisfaz a espécie e o indivíduo ao mesmo tempo (...) O aleitamento é uma servidão esgotante (...)"²³.

239

²² BEAUVOIR, Simone de – *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos* – RJ – Nova Fronteira – 1980 – vol. I – p. 25.

²³ Idem, p. 50.

Pode-se afirmar, então, que o propalado “eterno feminino” do texto da revista *O Cruzeiro*, ainda trazia como exemplos de mulher e de feminilidade, senão os mesmos, alguns dos principais traços de um modelo do século anterior. É interessante notar certas particularidades na revista que, sem querer, também podem revelar, através de outros mecanismos ou linguagens, o universo feminino e masculino desses anos que estamos perseguindo.

Esse mesmo número da revista *O Cruzeiro* trazia como capa o presidente Juscelino Kubitschek durante a cerimônia da inauguração de Brasília. Nas reportagens sobre o evento, acumulavam-se apelos à modernidade, ao trabalho e ao esforço sobre-humano para a construção da capital, um verdadeiro combate ao pessimismo. Esse mesmo tom de modernidade era também filtrado através de anúncios de produtos destinados à dona-de-casa e ao mundo feminino. Páginas e páginas de propagandas de produtos de beleza, de limpeza, de eletro-domésticos e de higiene, convidavam homens e mulheres a fazerem parte da modernidade que acenava para os anos 1960. Todavia, algumas idéias nada tinham de moderno, contradizendo a tão falada harmonia conjugal já citada. E, apesar disso ou, talvez por isso mesmo, faça-nos rir. Refirimo-nos, em especial, a uma charge do cartunista Péricles, autor do famoso *O Amigo da Onça*, veiculado durante anos por essa revista. Nesse mesmo número, fechando a publicação, como era costume aparecer, via-se *O amigo da Onça* no leito conjugal ao lado da esposa, que perguntava: “Querido, não esqueceste o gás do banheiro aberto?”. E o marido, o próprio Amigo da Onça, com o olhar matreiro, cúmplice do leitor, usando máscara de oxigênio sob as cobertas. A intenção é clara: matá-la.

Assim, percebe-se que no Brasil dos anos 60, conviviam a idéia da modernidade, da mudança, do ideal do “casamento feliz” e também a idéia, até bem aceita, de se acabar, literalmente, com a esposa em nome

da honra ou através de acidentes “bem intencionados”, como sugere o quadro humorístico de Péricles. Afinal, a mulher ainda era vista, ao que parece, como propriedade do homem. Aquela que vai fazer concessões para proporcionar a “paz doméstica” para o marido. E todas essas idéias características, ora de modernidade, ora de algo ultrapassado, são aceitas e vivenciadas cotidianamente.

Em vários números da revista, a sessão “De Mulher para Mulher” continua dando conselhos e orientações sobre inúmeros problemas do mundo feminino como, por exemplo, “Carinhos entre Namorados”, a eterna dúvida da mulher, à época, sobre até onde deixar o homem avançar, ou sobre as primeiras desavenças do casal e sobre infidelidade conjugal ²⁴. Sobre esse último tema, a orientação acontece também tendo como ponto de partida uma carta de uma leitora que diz sofrer com esse problema em seu casamento. A sugestão do que ela deve fazer é muito ilustrativa do que se esperava da mulher à época:

*“Infelizmente o seu caso é muito mais comum do que se pode supor: homens que até então eram bons esposos e que, no começo da velhice mas dispondo agora de recursos folgados, arranjam uma aventura extraconjugal, com o que se afastam da família, deixam-se explorar, mas conseguem provar a si mesmos que ainda são capazes de suscitar paixões. **Que lhe cabe fazer?** Manter-se no seu lugar de honra, evitando a todo custo cenas desagradáveis que só servirão para exacerbar a paixão do seu marido pela outra (...) procura **manter-se de ânimo firme**, levando tanto quanto possível uma vida normal, sem descuidar do aspecto físico. Acreditamos que por êsse processo de aparente indiferença pela aventura do D. Juan êle compreenda, por si mesmo, a exploração de que está sendo vítima e o ridículo a que está exposto”. (Grifos Nossos).*

Pode-se perguntar quantas mulheres ouviram esses conselhos de suas avós, mães, pais, da família toda, em nome da paz doméstica. É claro que é fácil perceber que esse tipo de orientação era mais cômodo. Acreditamos que a revista não poderia se responsabilizar por um outro tipo de orientação, mesmo porque a separação era algo muito sério na época. E, cremos também que era o tipo de comportamento que se esperava de uma mulher casada, que estivesse passando por essa situação. Afinal, era a mesma atitude que suas mães e avós vinham tomando há décadas. A separação era uma saída praticamente impensável para a mulher, em caso de adultério, o mesmo não valendo para o homem. O homem adúltero, como o texto sugere, era tido como uma vítima, um explorado. Com relação à mulher adúltera, o caso era outro: ela poderia ser vista quase como uma prostituta²⁵. Papel que, provavelmente, também lhe seria atribuído caso se separasse, mesmo alegando adultério do marido.

²⁴ Revista *O Cruzeiro*, "Carinho entre os Novos", no. 33, p. 40; "As primeiras desavenças", no. 34, p.88, maio/junho/60; "Problemas de Noivado" p. 92 e "Ela não é capaz de fazer um sacrifício por mim", p. 96, jun/ago/60.

²⁵ Mirian Goldenberg, em pesquisa que busca traçar a identidade da "outra", mais precisamente da amante do homem casado, percebe alguns traços que poderíamos estender também para a mulher que comete adultério, nos anos 60. Embora a pesquisa de Goldenberg aborde um período mais recente (anos 80/90), acreditamos que os resultados sejam válidos para as décadas que estudamos. Segundo a autora, *"Representada em romances, filmes, novelas de tevê, peças de teatro e mesmo na cabeça da maior parte das pessoas como vilã, mulher fatal e perigosa, ameaça dos lares felizes e à família, a Outra, a amante do homem casado, é um personagem muito presente na vida de cada um de nós. Reais ou não, essas representações tornam a Outra um ser misterioso e profano, encoberto por enigma e máscaras, que pode a tudo e a todos contaminar. É a mulher pecadora, Eva, desobediente a Deus e aos valores da sociedade, que deve permanecer escondida (ou ser destruída) para não macular a pureza das virgens, das esposas fiéis. Seu destino é sempre infeliz: a morte ou a velhice solitária, como a cigarra que apenas cantou no verão. Para as formigas, as que cuidam com amor e sacrifício da moral familiar, restam as benesses sociais: os filhos, os netos, o amor eterno do marido. Odiada ou invejada, a Outra permanece oculta. Sem possuir identidade principal da mulher em nossa sociedade – "esposa-mãe" –, esconde-se atrás de outros papéis"*. Após a realização de uma série de entrevistas, Goldenberg constata a existência de um código de gênero muito forte, diferenciando atributos femininos e masculinos. O que aparece com mais destaque nos depoimentos é a diferença entre a sexualidade masculina e a feminina, sendo a do homem considerada mais "carnal" e a da mulher, mais "romântica". Daí deriva, para a autora, uma moral que implica em valores diferentes para a infidelidade do homem e da mulher, sendo que a da mulher é a pior, pois ela tem que estar muito envolvida com alguém para transar, enquanto o homem pode transar e nunca mais lembrar da pessoa. Esta diferença, segundo a autora, é percebida como biológica para alguns, ou cultural,

É bom lembrar que tais temas prosseguirão ainda como polêmica por algumas décadas, apesar da tão falada liberação dos anos 60 e, principalmente, dos anos 1970. Tais permanências de comportamentos e de práticas podem ser atestadas diante, por exemplo, da vida de Leila Diniz que chocava a sociedade por ter uma filha, sendo solteira, ou por falar abertamente de seus relacionamentos amorosos. E é enganoso pensar que só a chamada sociedade conservadora e burguesa reagia de forma negativa ante personalidades como a dessa atriz. Mesmo a esquerda, por motivos um tanto diferenciados, viam-na com preocupação.

Há que se lembrar do sucesso e também da polêmica que o seriado *Malu Mulher*, da Rede Globo, provocou em plena década de 1980, debatendo esses mesmos temas: separação, adultério, sexualidade.

Mas não eram só publicações como *O Cruzeiro*, *Claudia*, e outras da mesma natureza, que falavam sobre o universo feminino. Revistas que, aparentemente, destinavam-se à vida em família e à saúde, ocupavam grande espaço falando às mulheres. A motivação é clara, até porque eram as mulheres que guardavam e zelavam pelo bem-estar do lar, incluindo, nesses cuidados, maridos, filhos e a sua própria saúde ²⁶. Um exemplo é a revista *Vida e Saúde*, uma publicação mensal que procurava abordar questões ligadas à higiene e saúde, que trazia artigos de médicos, quase todos estrangeiros, abordando diversos temas sobre a saúde da mulher, entendida a partir de seu corpo e também de seu psiquismo ²⁷.

Em um artigo intitulado “Envelheçamos Juntos”, é apresentada uma tese muito interessante sobre o que o tempo traz de bom e de ruim em

por outros, além de ser apontada como traço característico distintivo fundamental entre os gêneros. Cf. GOLDENBERG, Mirian – *A Outra* – Estudos Antropológicos sobre a Identidade da Amante do Homem Casado - RJ – Record –1997 – p. 11 e p. 127.

²⁶ Segundo Dulcília Buitoni, a contigüidade do conceito família com a figura feminina, fazia com que revistas destinadas à família fossem lidas quase que exclusivamente por mulheres, o que praticamente vinculava o tema às publicações consideradas femininas.

²⁷ No arquivo Edgar Leuenroth encontram-se os números dessa revista, de 1940 até 1968, sempre com a mesma tônica em suas abordagens.

um relacionamento. Segundo o artigo, a “rival” feminina (leia-se a outra), não é a principal ameaça ao matrimônio. Na verdade, a rival só entraria em cena quando já existissem “erosões psicológicas” no relacionamento do casal. A principal “erosão” seria a “inexperiência” da mulher, que para o autor seria o motor principal de funcionamento do casamento. Para comprovar a sua tese, destacava que estudos levados a cabo com viúvas em suas segundas núpcias, indicavam sensivelmente a importância da “experiência” feminina:

*“Sabem o que delas se espera. Por essa razão, na **competição para encontrar marido**, as viúvas se tornam tão perigosas. Dominam, o aspecto externo, as maneiras, a apresentação, **a arte de dizer o que os homens querem escutar**”²⁸. (Grifos Nossos).*

Na experiência das viúvas destaca-se, com ênfase, o fato de saberem dizer (e talvez de ouvir), aquilo que os homens queriam escutar, daí o seu perigo para as moças na grande competição de arrumar marido. Um outro fator apontado que poderia “erodir” e fazer desmoronar por completo um casamento, é a perda da graça e do encanto por parte da esposa: “uma vez conquistado o marido, não julgou necessário fazer esforços para continuar jovem de corpo e de espírito, cultivando ambos”. Continuando:

*“O ter marido deu-lhe um falso sentimento de segurança, como se ela houvesse entrado na posse de um seguro de vida e pelo qual não tivesse que pagar senão a primeira prestação. (...) Não lhe ocorreu a idéia de que, **para reter o marido, terá que pagar várias prestações**.*

²⁸ “Envelheçamos Juntos” In: *Vida e Saúde*, no. 3, março de 1960, por Eduardo Kauffman (Colección de Estudios, Valência, Espanha).

Desde os vinte anos, deve a mulher pensar como será aos quarenta e como gostaria de sê-lo”²⁹. (Grifos Nossos).

Neste aspecto, ao mesmo tempo em que se parecia criticar a mulher por ver no casamento um “seguro de vida” pelo qual teria que pagar apenas uma prestação, também era reforçado, implicitamente, a idéia de que o casamento consistia no fim último e único da mulher, pelo qual ela deveria pagar não uma, mas várias prestações. E, para tanto, ela teria que se lembrar dos anos que viriam, se quisesse permanecer casada. Ou seja, o segredo do sucesso ou fracasso do casamento estava unicamente em suas mãos, sendo a responsabilidade delegada exclusivamente a ela. Assim, deveria seguir algumas regras: ouvir o marido e, provavelmente, dizer o que ele quisesse ouvir, manter-se jovem e encantadora. Caso contrário, existiria sempre a sombra da outra, da rival, por quem seria muito natural o marido se interessar, dado o fracasso da mulher/esposa em não saber manter o casamento.

Na mesma publicação, chama a atenção alguns artigos que tentavam entender ou explicar o efeitos das emoções na mulher ³⁰. Nos casos em que pacientes mulheres relatavam aos seus médicos sintomas que não entendiam, como desânimo, falta de apetite e palpitações, o médico passava a explicá-los como decorrentes de “falta de controle das emoções”. E, logicamente, a cura viria pelo controle das mesmas:

“(...) Tem a senhora razão (...) em pensar que seus sintomas haveriam de melhorar se suas ansiedades fôssem removidas. Acho, porém, que a visão que a senhora conseguiu ter do mecanismo pelo qual seus sintomas são produzidos, capacitá-la-á a pôr sob controle suas

²⁹ Idem, pp. 12-13.

³⁰ “Emoções como doenças”, no. 6, junho de 1968, por Dr. Harold Shyrock (correspondente nos EUA) e “Problemas Psicológicos da Mulher Moderna - O Eterno Feminino”, no. 6, junho de 1968, por Dr. Joge Hummel, In: *Vida e Saúde* – pp. 4-5 e 18-19.

emoções, de modo que lhe seja possível encarar os fatos de maneira muito mais realista (...)”.

Pela fala do especialista fica claro que, além de perder o controle das emoções, a paciente tendia a fantasiar sua vida, sendo necessário, portanto, reaver o seu controle emocional para ser mais realista em seu cotidiano. Fica claro, ainda, que aquela “velha teoria” sobre a falta de aptidão das mulheres para terem acesso à razão - *locus* de fácil trânsito para os homens -, ainda não é de todo ultrapassada nos anos 1960.

O artigo começa com uma interrogação muito significativa: “Está hoje a mulher mais exposta às perturbações nervosas que outrora?” Destacando, a princípio, uma possibilidade da mulher escapar, até mais facilmente que o homem, à depressão nervosa, “devido à sua maleabilidade”, o texto prossegue explicando as inúmeras causas que levariam a mulher a esta situação: *“Efetivamente, há numerosas causas que favorecem, na mulher, a evolução para a depressão nervosa, esse “turbilhão” em que cai quem não é capaz de suportar a angústia.”* Aparentemente, o “turbilhão” arrastaria qualquer um para a depressão, não só a mulher, mas também qualquer *fraco* que não tivesse forças físicas e morais para suportar a situação de angústia.

Contudo, nas mulheres as causas que a arrastariam para esse mal específico seriam inúmeras, desde aquelas relacionadas ao corpo feminino, até aquelas ligadas aos “problemas de nosso século”, como as “diversas conseqüências da emancipação”. Enfim, seriam três as causas principais que influenciariam os problemas de ordem nervosa nas mulheres: causas físicas, causas psicológicas e causas ligadas às suas condições de vida ³¹:

³¹ Com relação às causas físicas são enumeradas questões ligadas à própria fisiologia da mulher, como menstruação e as perturbações pré-menstruais constantes, tudo isso chocando-se com a incompreensão daqueles que circundavam as mulheres, principalmente os homens. Como causas

“1) da jovem: escolha do noivo, (...) medo da gravidez, receio de ser abandonada, risco de um casamento irrefletido...”

2) da solteirona: (...) a solidão moral, sentimento de frustração da maternidade, receio da ironia e do desprezo...”

3) da mulher casada: que tem que sofrer as fúrias e os reveses do cônjuge a quem se uniu “para os bons e maus dias”. (Grifos Nossos).

Acrescente-se ainda, segundo o artigo, que as “mulheres de hoje” mudaram muito. Rivalizam, mais e mais, com seus companheiros masculinos. “Há mulheres engenheiras, médicas, pilotos, etc, casos excepcionais (...) que não satisfazem nem a própria sociedade, nem a vocação profunda de ser mulher”. Essa vocação profunda da mulher é definida claramente em outra passagem:

“É o casamento a condição de felicidade da mulher? Certo é que uma vocação ancestral impele a mulher para a maternidade. E só o casamento, se fôr feliz, pode saciar as aspirações mais profundas da mulher (...)”. (Grifos Nossos).

Pode-se concluir, através da análise dos artigos dessas revistas, que as mulheres dos anos 1960 ainda carregavam o peso do estereótipo tradicional do que era “ser mulher”.

2- O que era ser mulher nesses anos: memórias militantes.

Através das entrevistas de ex-guerrilheiras é possível perceber a existência desse tipo de conflito, na fase que antecedeu à militância, seja na infância, seja na adolescência.

psicológicas consideradas como “problemas da vida” de todos os tempos, são citados assuntos femininos que trazem preocupação ou angústia.

Lídia Guerlenda, militante da ALN, ao lembrar-se de sua infância, diz que:

“Havia algumas atividades, dentro das brincadeiras, que não eram permitidas às meninas. Por exemplo: eu fazia pipa muito bem (...) porém, na hora de empinar, era uma coisa que só os meninos podiam fazer. Então, as meninas recolhiam a linha, ajudavam a enrolar no carretel, fabricavam os papagaios... Mas empinar, jamais. (...) Futebol, me lembro bem que nós as duas meninas, só podíamos jogar no gol”³².

Também Criméia Alice fala da mesma experiência da existência de limites, ou seja, do que era permitido e do que era negado para uma menina ou para uma mulher:

“Independente de ser menina, eu queria jogar, eu queria nadar (...) Então, juntamente com outras meninas – meninas, de “fora”, é claro – fomos falar com o prefeito para solicitar que, ao lado do campo de futebol, fosse construído um campo de vôlei. Conseguimos. Doravante, tivemos que aprender a lidar com duas situações: quando íamos jogar, logo aparecia uma grande platéia de homens. iam nos ver de calção... Jogando!”³³.

Mas tal comportamento tinha um preço. Àquelas que transgrediam os estreitos limites que lhes eram destinados, muito provavelmente o rótulo de menina “mal falada” ou da “puta”:

“Em função desse comportamento, pouco convencional para uma menina na faixa dos dez aos doze anos, eu era tachada de puta. Quem não se lembra da famosa frase: “Menina que faz isso ... menina que faz

³² Entrevista concedida a Ruth Ribeiro de Lima In: *Nunca é tarde para saber: História de Vida, Histórias de Guerrilha* – op. cit. - Vol. II – pp. 312-313.

³³ Entrevista de Criméia Alice concedida a Ruth Ribeiro de Lima – op. cit. – p. 467.

aquilo ... não presta!”. É puta, não é? Então, eu também tinha essa fama! Muitas vezes, voltava apenas de maiô, passando pela cidade, após nadar na lagoa ou na piscina dos padres. Voltava de maiô, porque estava molhada. Nossa! Era um horror! “Fecha as janelas, que a puta já vai passar!” (...) Isso também me permitiu relacionar muito com as filhas das prostitutas, porque elas não me discriminavam (...) Enfim, meus relacionamentos acabavam sempre se dando à margem da sociedade “bem posta”!”³⁴.

Ao que parece, a possibilidade de fugir dos padrões tradicionais do que era ser feminino era mais fácil para aquelas que tinham uma família nas quais as regras eram mais maleáveis, onde os pais eram mais “liberais”. Ainda no caso de Criméia é possível constatar essa hipótese:

“Meus pais não faziam nenhuma discriminação em relação aos meus amigos, aos meus colegas de escola, porque meu pai era uma pessoa muito liberal e minha mãe, muito dócil, submissa. Ela, às vezes, até tentava fazer minha caveirinha, por trás. Mas meu pai não se deixava influenciar. Então, ela aceitava como boa esposa!”

Outro marco para quase todas as militantes na direção da conquista de um espaço participativo mais amplo e também na quebra de alguns estereótipos do mundo feminino, era o ingresso no movimento estudantil, muitas vezes já no curso secundário. Isso significava, quase sempre que, quando chegassem à universidade, ou optassem pela participação política, vários tabus já teriam sido quebrados, como virgindade, morar e trabalhar fora e outros.

Entretanto, retomando a nossa interrogação inicial, parece ter sido deste “universo modelar feminino” que saíram as mulheres que

³⁴ Idem, p. 468.

optaram pela militância guerrilheira ou, pelo menos, parecia estar destinado a elas um papel do que era ser mulher, que algumas, para não dizer todas, acabaram por romper. No entanto, seria pertinente indagar se a guerrilha e a vida clandestina quebraram, de fato, os estereótipos femininos considerados burgueses? Em algum momento esses traços foram reafirmados ou reelaborados?

Segundo Ruth, o seu partido à época (PCBR), orientava para que não se assumisse o “estilo militante”, pois tais características atrairiam a atenção da repressão:

“(...)Só vou te dar um exemplo, agora voltando ao PCBR. Quando eu cheguei no Rio de Janeiro eu fui morar num local chamado Heliópolis, ficava perto de Belfort Roxo e Nova Iguaçu, e então, a própria organização me proibiu terminantemente de usar aquelas sandálias tipo franciscana, que o pessoal usava muito... o pessoal da AP andava muito com aquelas sandálias e que era uma coisa que chamava muito a atenção. Ou seja, eu tinha que andar exatamente como andariam as outras mulheres, sabe uma sandália bem feminina, um sapatinho feminino, bem vestidinha, bem bonitinha, nada de ficar parecendo uma militante que não se importava com a aparência, porque isso era uma coisa que podia chamar a atenção sobre você(...)”

Algumas observações chamam a atenção na fala de Ruth. Ela deixa claro, talvez sem o desejar, a existência de pelo menos dois tipos de mulheres que poderiam ser seguidos no seio das organizações de esquerda: a militante que não se importava com a aparência, que usava “sandálias franciscanas” e, em suas próprias palavras, “as outras mulheres”, definidas por Ruth a partir de adjetivos como “bem femininas, bem vestidinhas, bem bonitinhas”. Os dois tipos de mulheres, à primeira vista, aparecem em oposição umas às outras. A militante parece negar tudo aquilo que era definido como qualidades de feminilidade, em especial as

relacionadas à aparência. Em função disso, chamam a atenção da repressão. As “outras mulheres” aparecem definidas justamente pelas qualidades negadas ou ausentes na militante: beleza, preocupação com roupas e sapatos. No entanto, essas características aparecem na fala de Ruth no diminutivo, como se fossem questões menores, que interessavam à esquerda somente na medida em que se constituíam como “fachada”, como disfarce para fugir à caçada policial. Talvez essas “outras mulheres” fizessem parte daquele grupo do qual se falava nas revistas femininas. Essa última impressão, pode ser confirmada em outra passagem, quando Ruth fala de Iara Lavelberg, ou de militantes parecidas com ela:

“(...) Eu acho que é uma característica da Iara (Lavelberg) que você vê em algumas outras mulheres e em outras não, que é o excesso, excessiva vaidade, e quando eu digo excessiva vaidade não há nenhuma crítica, não há juízo de valor de jeito nenhum. Tem pessoas que se preocupam muito mais com a aparência do que outras. Na entrevista da Maria do Carmo (Brito), ela convive bastante com a Iara, conta coisas, por exemplo, quando a Iara estava no Vale do Ribeira, naquele treinamento, ela mandava pedir cremes ... ela era preocupada com os creminhos dela. Como diz a Maria do Carmo, se ela fosse pedir alguma coisa, pediria uma revista de Ciência ... uma outra revista ... alguma coisa assim. Então eu acho que são características diferentes de pessoas (...)”

Mais do que características diferentes de pessoas, parece ser evidente a existência de “várias mulheres” na sociedade daquele momento. É possível que as mulheres militantes tenham vivido todas as

características e incorporado mais de um papel ao mesmo tempo, às vezes até sem o saber, pois as necessidades impostas pela clandestinidade e as mudanças que a sociedade daquele momento passava impunha-lhes essa condição.

Ainda no depoimento de Ruth, podemos notar a presença de uma “terceira mulher”, o que reafirma, por assim dizer, o que dissemos logo acima sobre a existência não de uma, mas de várias mulheres “coexistindo” naquele momento. Essa outra mulher seria a “mulher da baixada”, que era outro nível, segundo Ruth, aquela que não lia jornais e nem revistas. E, portanto, se não quisessem também chamar a atenção da repressão, quando estivessem nesse território –da baixada fluminense-, jamais poderiam “sair com um jornal debaixo do braço”, porque isso seria uma atitude inusitada para essa mulheres:

“(...) E outra coisa, eu era proibida terminantemente ... eles chegaram e me alertaram para jamais ler um jornal na rua, abrir um jornal, comprar e abrir um jornal e sair com ele debaixo do braço. Claro que isso iria chamar a atenção sobre mim, porque o normal das mulheres, normal daquelas que moravam na baixada, não era fazer isso, se é que chegavam ler revista. Mulher da baixada era outro nível. Então não é por aí. Agora, eles podiam chamar a atenção.”

Muito provavelmente essa “mulher da baixada” não saberia quem era a Carmem da Silva das revistas, assim como saberia da existência de homens e mulheres que lutavam uma guerra, teoricamente, em nome da sua classe.

Já na fala de Tereza, é possível perceber que ela não tem nada muito definido, ou melhor, não tem uma única definição do que era ser mulher nesses anos. E mais, para ela tem que se tomar muito cuidado ao se tentar encontrar o “enquadramento” para as mulheres naquele período, pois esta tentativa poderia implicar na perda da riqueza do momento, que consistiria, para ela, principalmente na “descoberta de ser mulher”. No entanto, Tereza deixa claro que existia um estereótipo de mulher, imposto pela sociedade, do qual ela fugia, além uma imagem caricaturada do que era a mulher de esquerda. Para ela, todavia, a militante não poderia ter “uma cara”; e durante a militância não era possível pensar sobre isso:

“(...) A bem da verdade, eu vou te dizer, assim ... não sobrava tempo nem para pensar sobre isso. Acho que um ano inteiro vivendo no meio dos bóia-frias, um lenço na cabeça e de chinelo de dedo ... eu já não sabia que cara eu tinha, e não podia ter uma cara mesmo. Então morava na vila Operária em Maringá e não passava por aí a discussão. Era outra coisa, e ... na Universidade era assim: as mulheres de esquerda eram meio caricaturadas, quer dizer, as mulheres andavam mal vestidas, não se arrumavam, não sei o que (...) eu sei porque eu não gostava de me arrumar, porque eu odiava aquela coisa ... de enfeitiños da minha mãe ... eu não gostava daquilo, nunca gostei. No fundo era: “Porra! Não vou por aqui. Não vou por este caminho (...)”.

A riqueza do momento ao qual Tereza se refere, diz respeito ao que estava acontecendo dentro e fora do Brasil como, por exemplo, nos

Estado Unidos. As mulheres encontravam formas diferentes de protesto, negando e reafirmando, ao mesmo tempo, a feminilidade:

“(...) Agora também me lembro que nos Estados Unidos, por exemplo, na época da ... dos ... da mobilização contra a guerra do Vietnã usavam aquelas capas de soldados, eu acho ... que era: “Tô nua pra transar e eu carrego uma capa feia, horrível, que me descaracteriza como mulher porque eu não quero isso”. Então ... é eu sou mulher. Então veja, eu acho que é uma mistura de situações que se a gente não tomar cuidado e quiser enquadrar muito bem, perde a riqueza, entende? Do momento. Porque, na verdade, são muitas coisas que estão em construção. Onde foi o enquadramento, você quer saber ... se esse processo de ... de abertura de caminho e encontrar coisas e errar e acertar, se tivesse tido uma direção pra cima, sabe, com certeza teria acabado construindo alguma coisa muito melhor (...).”

Uma outra questão fundamental retomada por Tereza em suas lembranças diz respeito à “volta para a casa”, depois da clandestinidade, depois do exílio, quando as mulheres se deparam novamente com a possibilidade de um retorno às “velhas atividades”, como de mãe, de esposa, de dona-de-casa, das quais ela haviam se distanciado durante a vida de militância. Para ela, foi nessa volta ao lar que, realmente, as mulheres puderam repensar e readquirir a “idéia de conjunto” do que era ser mulher, construindo, na verdade, uma outra forma de lidar com questões

como a especificidade do ser feminino e a busca por oficializar a igualdade e reconhecer a diferença:

“(...) não só apanhamos uma surra, nós perdemos a guerra, nós voltamos pra casa e de certa maneira tivemos que com toda essa bagagem voltar a um enquadramento. Quer dizer, um enquadramento complicado. Imagine o que é depois de anos de cadeia, de tudo, você ter que voltar a assumir papéis que você não está preparada. O papel de mãe, de dona de casa, de arrumar casa, essas coisas todas que a gente não tinha sido treinada pra nada disso. Então, esse rearranjo, muito dentro do modelo tradicional, é que foi complicado (...) Eu te digo que eu tenho uma dificuldade grande em me enquadrar nessas discussões à respeito de gênero, eu sou meio cética com relação a isso porque, na verdade, eu fui construindo essa linha de meu entendimento de mim mesma inclusive na base da porrada, quer dizer, não recomendo isso, não é o caminho que eu acho adequado. Mas eu me confundo um pouco com relação às coisas. Embora eu consiga perceber com muita clareza aonde esta especificidade do ser feminino que é o que me encanta, que é essa capacidade de gerenciamento de ver o conjunto, que é uma coisa que eu acho extraordinário ... Essa capacidade de conclusão conjunta das relações (...) E que a gente andou muito perto de perder isso exatamente por causa dessa busca de igualdade ... da confusão que se estabeleceu e que ... até certo ponto é uma confusão ... oficializar a igualdade do que reconhecer a diferença (...)”.

Em Elza, encontramos também a comprovação de que existia, em suas palavras, um “modelito de esquerda” para as mulheres. E sua luta, dentro do PCB, aconteceu exatamente, para se opor a esse padrão. E então, pode-se dizer que a briga era pela adoção, talvez, do que poderia ser chamado de “estereótipo burguês” dominante, do qual muitas mulheres lutavam para sair. Assim, Elza assumia, em alto e bom som, que gostava de usar batom, roupas bonitas, sapato de salto alto e brinco, tudo combinando:

“(...) Ah, eu tive muito esse problema [risos], com a figura da militante, calça jeans surrada, camiseta furada....era a revolucionária modelito de esquerda que eu nunca aceitei, eu sempre usei batom, eu sempre usei trança no cabelo, usava sapato alto e eu nunca deixei de usar, nunca. Era criticada dentro do partido, porque era burguesa, negando a raça do Manoel Jacinto (seu pai), falei escuta: “Para ser revolucionária, para ser mulher de esquerda, para ser comunista, tem que andar com calça jeans surrada”, porque eu detestava calça jeans, apertada, uma coisa muito dura, não gosto e não usava. E camiseta surrada, aquele jeitão, aquelas boinas estouradas, sapatão feio (...) Eu via por exemplo amigas minhas, que dobravam as calças jeans e botavam debaixo do colchão, para no dia seguinte estar mais amassada (...) Isso era o padrão, eu fugia ao padrão (...)”

O desafio de Elza ao partido, aparentemente, consistia em algo muito mais sério do que simplesmente uma luta por estilos de roupa e comportamento. Ela parecia querer assumir uma independência maior em

relação às diretrizes adotadas pelo partido e, por isso, foi tachada de burguesa e expulsa. Ressaltava que não era um briga particularmente contra a direção nacional do partido, mas um desentendimento cotidiano, com os próprios colegas:

“(...) Então era a burguesa(...) quem é que vai me proibir de usar o meu batom? (...) Era um pega pra capar, por causa de uma coisa boba dessa natureza ... essa critica porque eu gostava de andar arrumadinha (...) Minha mãe era costureira, então eu sempre andava com roupinha enfim, eu gostava de combinar o brinco com a roupa, e gosto até hoje. Quer dizer, então eu era a típica pessoa que não... como eles diziam, não se enquadrava, eu dizia: “olha, não sou largura, para ser enquadrada, negativo, porque eu tenho independência, tenho autonomia. Essas coisas que eu gosto, que eu curto, vocês têm que me respeitar como eu sou, ou então me expulsem do partido”. E aí eu fui, todo mundo queria saber porque eu fui expulsa. Então não era coisa de direção nacional e nem direção estadual, era dos próprios militantes ... então, quando usou aquelas boinas, cheias de estrelinhas, cheia de martelos, cheias de..., nunca curti, não usava mesmo (...)”.

Também na fala de Elza evidencia-se que a percepção da atuação de sua mãe que, apesar de ser militante do partido, como seu pai, não podia renunciar às atividades do lar e do cuidado com os filhos. A “falta de respeito”, segundo ela, de alguns homens do partido para com a sua mãe, pode demonstrar a forma diferenciada de tratamento dispensado às “companheiras”:

“Porque meu pai, veja bem: meu pai ficava preso ou estava militando fora de Londrina. E minha mãe ficava em casa cuidando da gente, mas também tinham as tarefas do partido: era o jornal, era militante do movimento feminino. E, às vezes, ficavam companheiros em casa, escondidos, foragidos, ficavam na minha casa, varavam a noite, ficavam lá, durante uma semana. Minha mãe levou inúmeras cantadas, eles faltavam ao respeito com ela, ela botava para correr a noite, de dia não, porque podiam ser presos, mas a noite “suma da minha casa, negativo, eu quero ser respeitada, porque nós respeitamos o companheiro do partido”. Então você vê que não eram santos, um grupo de santos, eram seres humanos com opção diferente, mas tinham também as suas fraquezas aí, não é?”

Pesa também, nas memórias de Elza a ausência paterna que, segundo ela, só vinha em casa para fazer filhos e depois ia embora o que em, sua opinião, indica que para os homens seja mais fácil renunciar à família e aos filhos em nome da militância do que para as mulheres. As dificuldades de relacionamento, como arrumar namorado, sendo comunista, traz também a lembrança de ter sido rejeitada:

“E as mulheres, elas tinham que para atuar na militância, renunciar a uma porção de coisas, eu não sei se os homens tinham que renunciar a uma porção de coisas. Meu pai continuava casado, meu pai vinha, fez oito filhos, porque três são adotivos, nos espaços que estava na minha casa. A minha mãe dizia que ele só vinha para fazer filho e voltava. Nenhum parto da minha mãe foi assistido pelo meu pai, ele não estava presente no dia em que nós nascemos, nunca! Sempre a minha mãe teve filhos com o meu pai ausente e teve um problema com uma das minhas irmãs: meu pai ficou foragido por três ou quatro anos, minha mãe estava grávida quando ele foi preso, quando ele voltou ela tinha quatro anos, deu um problema de adaptação enorme deles dois. Então, era assim, eu acho que para os homens sempre foi mais fácil do que

para as mulheres ... porque para as mulheres tinha a questão da maternidade, questão de que ainda nós vivemos numa sociedade que nós temos jornadas e ações, atividades diferenciadas dos homens, infelizmente. A carga é muito maior para a mulher, e para uma mulher abrir mão de ela ser exclusivamente militante do partido, porque é uma mãe de família, tem filhos, é tudo muito provisório, não é? Fora a rejeição que havia naquele momento, quando eu era adolescente, de rapazes que quisessem me namorar, que eu era comunista ou a família se intrometia e não deixava ...”

A conclusão a que se pode chegar é que existia, para todas elas, um modelo, um estereótipo do que era ser mulher nesses anos, que basicamente poderia ser definido a partir de papéis femininos tradicionais de mãe e esposa. Existia, igualmente, uma idéia do que deveria ser uma militante que, às vezes, era assumida, outras negada em suas atuações. Fica claro também que houve, de certa forma, uma luta para romper com os padrões dominantes, quaisquer que fossem eles. Entretanto aparentemente, não existia uma discussão elaborada sobre essas questões, como salienta Tereza. Para ela as transformações mais profundas aconteceram depois da volta para casa, quando as mulheres pareciam conseguir, então, uma visão mais do conjunto de sua situação, processo esse viabilizado pela experiência proporcionada pela atuação na militância clandestina e seu contraste, provocado pelo retorno ao lar.

Um outro tema que se destaca nas memórias dessas mulheres era o medo da prisão e da tortura, fantasmas que rondavam constantemente a atuação guerrilheira –delas e dos homens. Particularmente para elas, o medo do sadismo dos torturadores era muito grande, pois eles fizeram, especialmente da sexualidade feminina, um **objeto especial** de suas taras. Nesse sentido, a questão da tortura feminina

durante o período militar merece uma investigação mais acurada, o que faremos a seguir.

CAPÍTULO IV: FRENTE A FRENTE COM O INIMIGO: PRISÃO E TORTURA

“Eu nunca fui chamada por Elza, era sempre esse tratamento que me deram. Vadia, vagabunda, prostituta. Raramente me chamavam pelo meu nome. Então essa relação mesmo de mulher que não presta, que não tem princípios, que é despudorada, que não é de uma sagrada família, católica apostólica romana, entendeu? (...) Não merece respeito, só porque você saiu fora da linha...”

(Elza)

CAPÍTULO IV: FRENTE A FRENTE COM O INIMIGO: PRISÃO E TORTURA

1- A tortura nas cartilhas da repressão.

Um fato que a experiência guerrilheira tornou claro, nos anos 60 e 70, foi a capacidade de extrema violência dos órgãos de segurança do governo militar que visava desarticular e, sobretudo, aniquilar a guerrilha. Para chegar a esse fim último o recurso mais utilizado foi a tortura, considerada pelos agentes que a praticavam, como um “método de obtenção de informação”, visto como muito mais rápido.

Sobre o tema da tortura destacam-se, nas memórias das militantes, alguns elementos (os quais abordaremos com mais atenção ao longo deste capítulo) como, por exemplo, a lembrança da tortura a partir de detalhes como cheiro, cores e da forte presença masculina. Outros aspectos também são mencionados com frequência, como a violência quase que essencialmente sexual e o tratamento de vadia, de prostituta que a repressão destinava às mulheres militantes. Em especial nos depoimentos de Ruth e Tereza fica claro que a discussão teórica que havia anteriormente, sobre como enfrentar a tortura e a repressão não preparava, de fato, para a extrema violência com a qual elas teriam que se deparar.

Para Ruth, por exemplo, às vezes era necessário mudar o comportamento dentro da prisão para não “apanhar tão gratuitamente”, como ela diz, e saber suportar a tortura, tomando cuidado para não segurar muitas informações e depois não agüentar e “despejar” tudo de uma só vez, diante da extrema “capacidade de trabalho” de alguns torturadores:

“Bom aí, mas chega uma hora como eu já tinha mais idade ... eu não era tão garota ... eu já estava com uns 24, 25 anos quando eu fui presa ...

então, chega uma hora que eu paro, penso e digo “se eu continuo assim, tendo esse comportamento de enfrentamento com os caras, o que vai acontecer? Vai chegar uma hora que eu não vou agüentar mais” Então o que eu tinha que fazer era parar de ser tão agressiva (porque eu sou uma pessoa de estrutura agressiva) porque eu estava apanhando muito por causa disso ... falei “vou te que mudar, porque senão eu não vou agüentar segurar as coisas que eu acho que eles não podem saber”. Porque eu já tinha visto isso acontecer com outras pessoas ... a pessoa segura, segura ... aí quando ela destrambelha, ela abre, ela abre sem controle nenhum, nenhum. Eu vi acontecer isso, fiquei com gente com quem aconteceu isso. Aí eu falei “não, eu vou ter que mudar, pelo menos pra parar de apanhar gratuitamente”. Aí o que eu fazia ... eu chegava de capuz no olho ... eu chegava e falava: “Bom dia!” se era de manhã. Ou falava, “Boa tarde!” “Boa noite!” Imagina o susto dos caras com essa mudança radical! (...) Tinham dois caras terríveis nessa época, que eram os torturadores mais temidos, esse tal de Gugú e outro que era o tal de doutor Nagib, esse cara também era terrível, ... ele era terrível ... o pessoal tremia nas bases quando via o cara ... tinha um poder de trabalho muito grande, ele se dedicava ... ele se realizava quando ele conseguia uma confissão de alguém ...ele se realizava”

Para Tereza, apesar da leitura, das conversas sobre o que iriam enfrentar, ninguém poderia imaginar o que era a tortura: *“Tinha muita norma. Mas acho que a gente não sabia ... não estava preparada para ser tratada daquela forma”.*

A respeito desse despreparo de como enfrentar a tortura Ruth fornece o exemplo de Pupi, militante que ficou presa na mesma cela que ela. Segundo Ruth, Pupi teria ficado tanto tempo calada durante as severas torturas que sofreu, que quando começou a falar, deu tantas informações que os policiais não acreditavam nela, achavam que tinha enlouquecido,

principalmente porque pensavam que uma “mulher não podia saber tanta coisa” de dentro das organizações:

“A Pupi, que é a Maria Luíza Garcia Rosa ... que era do MR-8. Médica hoje ... aí lá vem a Pupi ... e a Pupi vem numa situação muito difícil ... tanto é que a primeira coisa que ela me diz é o seguinte: “não me fala nada, não me diga nada que eu conto tudo pra eles” (risos). E ela desesperada ... ela estava desesperada ... e a Pupi foi uma pessoa que sofreu bem esse processo ... ela ficou quatorze dias sem falar nada, nada, nada ...e ela apanhou que nem uma louca ... sendo muito torturada, então quando ela abriu, ela abriu tanto, tanto, que os caras não acreditavam ... achavam que ela tinha enlouquecido (risos). Eles achavam que nenhuma militante, mulher, poderia ter as informações que a Pupi tinha ... então os caras ficaram tão assustados de tanta coisa que ela sabia, que acharam que ela estava louca. Que ela tinha pirado. Mas entre as pessoas que ela abriu, ela abriu um cara que já tinha sido preso, que já tinha sido preso anteriormente ligado ao movimento estudantil, os caras resolveram seguir e ver o que acontecia, aí nessa perseguição desse cara, foram vendo ele encontrando com a, com b, com c e foi batendo com as pessoas que ela tinha dado a dica”.

Uma questão recorrente diz respeito à preparação das Forças Armadas para o enfrentamento e destruição da guerrilha. Este tema, quase sempre é mantido em sigilo, porque não são todos os envolvidos que estão dispostos a falar. E alguns até mesmo negam algumas evidências de acontecimentos, especialmente a tortura. O muito que se diz é que foi um “período difícil”, de guerra, em que ambos os lados cometeram excessos. No

entanto, o estudo de um manual da Academia Militar das Agulhas Negras sobre a antiguerilha, poderá dar respostas a algumas interrogações ¹. Nesse documento fica explícita a preocupação existente no seio das Forças Armadas, em particular do Exército, com as operações antiguerilha, sendo necessário, para tanto, criar programas de instrução e adestramento para se combater o “inimigo” ².

Na opinião do tenente coronel, Rubem Carlos Ludwig, que fez a apresentação do manual, existia até aquele momento, 1967, uma quase ausência de “elementos informativos” e “dados doutrinários” relacionados à ação e execução das Operações Antiguerilha, pois aqueles que “realmente sabiam” ou eram experientes não tinham tempo ou não gostavam de escrever. Felizmente, segundo o tenente coronel Ludwig, essa deficiência seria então sanada:

“(...) Com a edição do presente trabalho, felizmente, damos um grande passo no sentido da superação da deficiência apontada, graças à dedicação, entusiasmo, sensibilidade, capacidade profissional e intelectual do 1º. Ten. ALBERTO MENDES CARDOSO, (...) seu autor (...)”.

Dentro do que o Exército entendia como um “quadro de guerra revolucionária”, -situação em que se encontraria o país, segundo as Forças Armadas-, a missão em operações antiguerilha consistia em “dissolver, destruir ou capturar a força inimiga e impedir o seu surgimento”.

¹ CARDOSO, Alberto Mendes – *O Pequeno Escalão na Antiguerilha* – Academia Militar das Agulhas Negras – Corpo de Cadetes – Curso de Infantaria – 1967.

² Em artigo anterior analiso mais sistematicamente esse documento da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) . Cf. CUNHA, Maria de Fátima da - “Expressões da Violência Brasileira: lições da cartilha- guerrilha e antiguerilha no pós-64” In: *Cultura e Cidadania*, vol. 1, ANPUH-PR, 1996.

Com o intuito de que ocorresse pleno êxito contra a guerrilha, algumas operações eram consideradas essenciais, tais como: controle da população, instalação de linhas de comunicação em povoados, desenvolvimento de um “programa de apoio civil”. Além do mais, segundo o documento, deveria haver uma integração entre os membros militares, como também um estreitamento de ligação com as autoridades civis em todos os escalões, “principalmente com a polícia, o SNI, o DOPS e as autoridades que controlam os estoques de alimentação e a venda de armas e munições” ³. Para que as operações antiguerrilha fossem eficientes, o elemento surpresa era considerado um fator muito importante. No entanto, por ser difícil de ser obtido, necessitava-se contar sempre com “métodos engenhosos e imaginativos”. A combinação dos dois elementos poderia conquistar grandes vitórias:

“(...) deve-se ter cautela durante o planejamento, preparação e execução das operações, para que os guerrilheiros não tomem conhecimento de sua natureza e finalidades, antes da ocasião propícia. (...) Pode-se fazer uso de planos falsos, inteligentemente lançados na rede de informações dos guerrilheiros, para iludir-se o inimigo sobre as verdadeiras intenções (...)” ⁴.

³ CARDOSO, Alberto Mendes – Op. Cit. – p.3.

⁴ Segundo relatório da Anistia Internacional sobre tortura, todos parecem ter uma idéia do que é a tortura. Contudo, para a AI, ninguém ainda apresentou uma definição que cubra todos os casos possíveis: “Existe uma boa razão pela qual o conceito de tortura resiste a uma definição exacta e científica; ele descreve o comportamento humano e cada ser humano é único, com o seu próprio limiar da dor, a sua própria constituição psicológica, o seu próprio condicionamento cultural (...) A definição de tortura aqui adoptada é a seguinte: “Tortura é a inflicção sistemática e consciente da dor violenta, sob qualquer forma, por uma pessoa a outra, ou a uma terceira pessoa, com o fim de atingir os desígnios da primeira contra a vontade da última”. Cf. *Amnesty International* – Relatório sobre Tortura. - Lisboa – Arcadia – 1975 – p. 49 e p. 52.

Percebe-se, do mesmo modo, que existia uma forte preocupação, por parte do Exército, com a repercussão do combate à guerrilha entre a população civil, podendo levar, inclusive, a uma aliança desta com os guerrilheiros. Portanto, recomendava-se atenção a esse respeito, durante um possível combate. Por exemplo, advertir pelo rádio ou alto-falantes da possibilidade de algumas “pessoas inocentes” serem mortas ou feridas e que a responsabilidade por essas prováveis baixas pertenciam “exclusivamente aos rebeldes”, e que, assim, o melhor procedimento seria a rendição dos mesmos para evitar derramamento de sangue. Em relação ainda à população civil, o Exército observava a necessidade de controlá-la:

*“Deve-se impor um **contrôle rígido** e medidas administrativas rigorosas aos habitantes de um povoado que estejam colaborando com a força dos guerrilheiros. Logicamente, a extensão dêste e o **grau de seu rigor** dependerão da situação na região”. (Grifos Nossos).*

É claro que a palavra tortura não foi mencionada em nenhum momento no tratamento da população que auxiliasse a guerrilha. Contudo, vale lembrar que os habitantes da região do Araguaia, por exemplo, experimentaram o *grau* e o *rigor* das Forças Armadas na sua forma mais intensa. Quando da prisão dos guerrilheiros, observa-se que a preocupação primordial era quebrar a cadeia de comando, hierarquia e liderança existentes entre os mesmos e incentivar a rendição e deserção. Daí a necessidade de confinamento, “provavelmente por um período longo”, para uma “reeducação e orientação intensivas”. Todo e qualquer prisioneiro deveria ser submetido a interrogatório, visto que haveria possibilidade de fornecimento de informações de valor estratégico para as operações antiguerrilha. Nesse aspecto, a qualidade do interrogador e do tipo de interrogatório eram essenciais. O interrogador deveria ter conhecimentos

sólidos sobre informações, métodos básicos de obtê-las e como avaliar a sua importância. A pessoa encarregada de executar dos interrogatórios deveria também ter o cuidado de utilizar técnicas distintas com os presos, a fim de impedir que estes se preparassem para as respostas.

No livro de memórias de Mailde Pinto Galvão, 1964. *Aconteceu em Abril*, percebe-se esse cuidado posto em prática:

“No interrogatório pude sentir o valor e o significado de cada palavra e cada gesto. Quando me parecia que havia esgotado o assunto, o delegado repetia a mesma pergunta, com outra formulação, como se fosse a primeira vez. Minha resposta teria que ser a mesma, sem me confundir (...). Quando pude falar, transmiti todos os detalhes do interrogatório para tentar ajudar às minhas companheiras nos seus futuros depoimentos. Aconteceu, no entanto, que o delegado usou técnicas diferentes para cada uma”.⁵

Existiam, basicamente, dois tipos de interrogatório: o intensivo e o quantitativo. O primeiro consistia em tentar extrair informações estabelecendo uma “camaradagem” entre soldado e prisioneiro, formulando-se uma pergunta imediatamente após a outra, tentando-se perceber possíveis contradições. O interrogador deveria demorar-se bastante em um assunto, para ter certeza de que realmente esgotara as possibilidades. O interrogatório “quantitativo” visava ao grupo e não ao indivíduo, exigindo um questionário padrão para obter informações de todos os guerrilheiros, objetivando detectar distorções nas respostas. Novamente, em nenhum momento a palavra tortura é mencionada. No entanto, na prática, verificou-se que esse era o mecanismo mais eficaz para se obter respostas. Daí a sua larga utilização, exigindo a criação de sofisticados e

⁵ GALVÃO, Mailde P. – 1964. *Aconteceu em Abril* – Natal – Clima – p. 144.

aprimorados métodos por parte dos organismos especializados em interrogatórios.

Um outro documento, provavelmente um curso sobre Segurança e Sigilo das Informações, da Aeronáutica, atesta a preocupação das Forças Armadas com o “inimigo” e a necessidade de se preparar sempre para o combate. Na súmula da aula sobre Segurança e Sigilo das Informações, constam como finalidade e importância:

“(...) Assinalar a importância da salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional, salientando a necessidade de serem seguidos os métodos de manutenção do sigilo(...) Por informação Militar, entendemos todos os documentos, fatos, equipamentos, fotografias, mapas, relatórios e observações de qualquer espécie que possam esclarecer a nossa situação a um inimigo real ou provável, pondo, assim, em perigo a Segurança Nacional (...)”⁶

O documento ainda aponta a necessidade de “endoutrinação” do pessoal sob comando, para garantir o pleno êxito da salvaguarda das informações:

“(...)1. Cabe ao Comandante, através do chefe de secção de informações, providenciar o endoutrinação do pessoal sob seu comando, quanto à salvaguarda de informações (...)”

3. Muitas vezes, informações que interessam, vitalmente, à segurança nacional são transmitidas ao inimigo por pessoal militar que não teve o devido endoutrinação (...)”

⁶ SEGURANÇA E SIGILO DAS INFORMAÇÕES, documento sem autor e sem data, da Escola de Comando do Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR). O documento provavelmente deve ser posterior aos anos 1950, pois a bibliografia de referência é anterior, dos anos 1940 e 1950. O texto do documento faz referência à idéia de Segurança Nacional e a países inimigos, temas comuns ao período do Regime Militar. – Arquivo da Marinha – RJ.

Da mesma forma, o texto deste documento faz menção a “técnicas de interrogatório”:

“(...) 7. As Equipes de Interrogatórios de Prisioneiros de Guerra devem manter uma estreita coordenação com as Equipes de Informações Técnicas de Aviação e com as Equipes de Operação Especiais, para que cada uma se beneficie com os informes obtidos pelas outras.

8. O interrogatório, de acordo com a forma como é feito, pode se direto ou indireto; direto, quando o prisioneiro sabe que está sendo interrogado e indireto, quando ele não sabe, que está sendo interrogado. (Grifos no Original).

Podemos ter uma idéia muito clara do quanto era profissional o envolvimento das várias instâncias que trabalhavam a busca e prisão dos envolvidos com a “subversão” nesse período, quando nos deparamos com os documentos das Divisões de Informações do DOPS de São Paulo, por exemplo. Neles podemos constatar a estreita ligação entre as Forças Armadas e as Secretarias de Segurança Pública. Nesses documentos, os integrantes ou simpatizantes da esquerda, ou mesmo todos de quem a Polícia suspeitasse, eram catalogados, identificando-se nomes, codinomes, filiação, trabalho, endereço, amigos, enfim, toda e qualquer informação que se considerasse importante sobre o suspeito, e em alguns caso, até fotos.

Assim, Lara Iavelberg aparece como “amante de Lamarca”, e Maria do Carmo Brito, como “elemento que foi trocada pelo Embaixador Alemão e que viajou para a Argélia”.⁷ Tal situação também foi confirmada por Ana Maria Colling ao investigar os arquivos do DOPS do Rio Grande do Sul. Segundo Colling, quando aparecem, as mulheres são consideradas

⁷ Sobre Maria do Carmo Brito ainda constam filiação e o estado civil: viúva. As informações constam como vindas do CENIMAR, o que indica a ligação entre os órgãos de informações das

sujeitos porque são esposas, filhas e amantes de homens procurados, sem vontade própria. O que era muito comum, pois considerava-se que as mulheres militantes não tinham idéias políticas e estavam na militância por outros motivos, “por exemplo à procura de homens”.⁸ Assim, não é de se estranhar que nos arquivos do DOPS/SP, no atestado de óbito de Lara Lavelberg apareça a informação de que ela teria o grau de instrução “primária” quando, na verdade, ela era professora e psicóloga. Isso talvez possa significar que a intenção por parte da repressão no tratamento dado à mulher militante tinha como objetivo, proposital ou não, o menosprezo e a subestimação. Apesar de ser reconhecida pela repressão como a “amante do Capitão Lamarca”, no mesmo atestado de óbito o seu estado civil indica a informação “ignorado”. Por outro lado, também é possível observar que a causa de sua morte, divulgada à época como “suicídio”, traz um ponto de interrogação, depois dos termos “morte violenta”. (Cf. Figura Próxima Página)⁹.

A quantidade de informações era tão grande e tão minuciosa que foi possível elaborar, por exemplo, uma *Coletânea de Relatórios Policiais* sobre as ações da VPR, VAR-Palmares e REDE, a partir dos procedimentos instaurados pelas Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social do DOPS de São Paulo. A Coletânea contém índices por organizações, por nomes falsos e codinomes, de novembro de 1969 a julho de 1971.¹⁰ Na conclusão de um dos relatórios que compõem a Coletânea o delegado passa a analisar a orientação “esquerdizante” que norteia as organizações que, para ele, é centrada nos pressupostos de Karl Marx. Em

Forças Armadas e o DOPS – Cf. Inf. 0309/70 do “CENIMAR” e Inf. 537/70 do Ilo. Exército 30/07/70 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁸ COLLING, Ana Maria – op. cit. – p. 96.

⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁰ Por exemplo, Lamarca aparece citado como: vulgos João e César, desertor, ex-capitão do Exército, membro da VPR, autor do furto de 63 FAL do 4º. Regimento de Infantaria.

CAPITAL



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL NINA RODRIGUES

ALDOES CINTRA BUENO
DELEGADO DE POLÍCIA

N.º 147.813

ATESTADO DE ÓBITO

(Escrever de modo legível; juntar informações exatas; procurando colaborar na melhoria do Serviço de Estatística Vital)

DADOS GERAIS

A — Identificação

Nome... LARA LAVELBERGSexo... feminino... Cor... leucoderma... Profissão... ignorada

Local do emprego... ..

Instrução... primária... Religião... ignoradaIdade... 27... anos... .. meses... .. dias... .. horas

(Ser exato em horas, dias e meses para os recém-nascidos e lactentes)

Estado civil... ignorado... Quantos filhos?... ..

(casado, solteiro, viúvo ou desquitado)

Lugar do nascimento... São Paulo - Capital

(natural da vila, cidade, Estado ou País)

Residência: rua... Minas Gerais, 125... Distrito civil... ..

Qual o tempo de moradia... .. Filiação... ..

(legítima ou ilegítima)

MÃE PAI

Nome... DAVID LAVELBERG...

Profissão... ..

Residência... ..

Naturalidade... ..

Nome... EVA LAVELBERG...

Profissão... ..

Residência... ..

Naturalidade... ..

B — Natureza do óbito

Lugar do óbito... Quando transportada para o Hospital Getúlio Vargas

(onde ocorreu, se em domicílio, hospital, habitação coletiva, via pública, etc.)

Município... Salvador... Distrito Civil... ..Faleceu às... 8,25... horas do dia... 20... de... Agosto... de 19... 71

CAUSA DA MORTE

Causa imediata... ANEMIA AGUDA

(modo de morte, forma terminal do processo mórbido)

(devido a)... HEMORRAGIAS INTERNA E EXTERNACausa principal... TRANSFIXAÇÃO DO CORAÇÃO E PULMÃO ESQUERDO POR PROJÉTIL DE ARMA DE FOGO

(causa primária, a maior responsável)

Causa secundária... ..

(decorrente ou complicação da causa principal)

Comprovação de exames complementares... NECROSCÓPIA

(dados de laboratório, raios X, biópsia, achados operatórios, necropsia, etc.)

Duração da enfermidade... Morte violenta (suicídio?)OBSERVAÇÕES... O cadáver se encontrava na Geladeira deste Instituto sendo id

seguida, o mesmo delegado passa a refutar a aplicabilidade daqueles pressupostos para a realidade brasileira. Assim, explica ele que:

“Dêsses pressupostos, três seriam os principais e em torno dos quais gira tôda a construção marxista, quais sejam: a) a teoria do materialismo histórico que pretende que o fator econômico seja o único móvel das ações humanas, não admitindo Marx que qualquer movimento individual ou coletivo do homem tivesse outro móvel, que não a satisfação das necessidades econômicas; b) a lei da concentração de capital e c) o fenômeno da luta de classes. A refutação do primeiro pressuposto é simples, pois é inteiramente absurda a intenção de condicionar as atitudes humanas a um mero impulso econômico, quando a tôda hora assistimos exemplos de desprendimento como recentemente nos oferecem êsses abnegados astronautas, que buscam os mistérios do cosmos (...) No que concerne ao segundo pressuposto: A lei da concentração de capital, verifica-se exatamente o oposto do preconizado por Marx, pois o que acontece na atualidade é a desconcentração do capital, conforme as estatísticas provam. No terreno imobiliário a subdivisão é contínua, na Europa a propriedade está subdividida. Nos países novos essa subdivisão só tem como fator condicionante a população.

No Brasil a subdivisão é notável e assistimos, por exemplo, cidades como Sorocaba, em São Paulo, na qual as propriedades agrícolas com menos de 10 alqueires beiram as cifras de 95%. O mesmo não ocorrendo em alguns Estado (Mato Grosso, por exemplo), por falta de população. Ora não havendo concentração de capital cai por terra também o terceiro pressuposto de Marx, para justificar a implantação de sua doutrina, a luta de classes. (Grifos no Original).

E sobre o último pressuposto marxista, continua a alegação de que não haveria motivos para a luta de classes, pois então o operário já não era mais o mesmo da época de Marx:

“(...) hoje raramente se encontra um operário que não possua em sua casa geladeira, televisão, etc... e muitos já possuem até automóveis particulares (...). Para o delegado isso ficava muito claro ao constatar-se que não era o operário que desfraldava a bandeira da luta vermelha e sim (...) uma pequena parcela de estudantes e intelectuais, que a rigor nenhuma razão têm para assumir essas posições, irretorquivelmente de desserviço à Pátria (...)”

O primor da análise acima exposta foi assinada por Newton Fernandes, Delegado Adjunto à Especializada de Ordem Política, em 18 de maio de 1970. Tal análise não chamaria tanto a atenção se somente um delegado, qualificado como um “membro da repressão” pensasse desta forma. No entanto, esse parecia ser o entendimento de boa parte da população, indicando o afastamento das esquerdas armadas do “povo brasileiro”. E muitos militantes em algum, momento constataram esse distanciamento. Talvez, aos olhos de muitos, era justificável a utilização da violência por parte de organizações repressivas como a OBAN, para acabar com os “subversivos perigosos”.

Até hoje militares envolvidos no combate à guerrilha negam a prática de torturas por parte das Forças Armadas. Davi dos Santos Araújo –mais conhecido como Capitão Lisboa, e que se encontra em quase todas as listas de torturadores-, que serviu no DOI-Codi sob o comando do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em entrevista a Luiz Maklouf, nega veementemente ter havido torturas em mulheres ou nas famílias dos militantes. Segundo o mesmo, isso é folclore, história inventada por parte dos militantes:

“(...) Essa história de dizer que pendurava, que enfiava um arame, que ligava na maquininha de choque –tudo isso é mentira. Com isso você sai

candidato a vereador, a deputado, a presidente da República. Porque você foi um homem torturado (...)”¹¹.

Como bem observa Luiz Maklouf, de nada adiantaria lembrar ao Capitão Lisboa o quanto tal afirmação é mentirosa, bastando para tanto confrontá-la com o testemunho dos sobreviventes. Entretanto, o depoimento do Capitão é revelador de um dado interessante e sinistro ao mesmo tempo: da tragédia que perseguiu a vida dos torturadores. Tal constatação já chamava a atenção do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, quando do levantamento para as pesquisas do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Segundo o Cardeal, impressionava o grau de degradação a que chegavam os policiais e militares envolvidos em episódios que levavam à tortura. Todos tinham sérios problemas familiares e pessoais, que atribuíam à “mão vingadora de Deus”. Esse mesmo tom de desgraça, ou talvez de punição divina, pode ser percebido na fala do Capitão Lisboa:

“(...) Eu vou contar uma história para você aqui: de todo mundo que passou naquela casa lá, que nós chamávamos de casa, esse perdeu a mulher, esse a mulher corneou, esse a mulher fugiu com outro, esse o filho virou viciado, esse a filha virou puta, esse suicidou-se, esse não sei o quê. Se todos pudessem falar a verdade para você, você ia ouvir: “Se eu pudesse voltar no tempo, eu não teria entrado naquela casa.” (...) A Oban. Na rua Tutóia. Isso eu estou te contando é uma infeliz coincidência, mas é uma estatística. Se você verificar, nenhum chegou ao general. Se você pegar os delegados, nenhum chegou à Classe Especial, inclusive eu, que sou o primeiro da turma e que nunca fiz nada para atrapalhar minha carreira, que foi atrapalhada por aquela casa, profissionalmente falando. Eu até costumo dizer: nós somos 300 desgraçados, 300 miseráveis. (...)”¹²

¹¹ CARVALHO, Luiz M. – Op. Cit. - p. 309.

¹² Idem, p. 314.

Uma pergunta que muitos podem se fazer é: como esses homens se tornaram torturadores? Poderiam ser classificados como monstros? Ou seriam exímios especialistas em seus ofícios? Segundo o relatório da Anistia Internacional sobre a tortura, qualquer ser humano tem em si a capacidade de agressão. Mas em pessoas normais a tortura traz, como consequência, transtornos emocionais de tal ordem que elas não podem se dedicar a tal experiência. Entretanto, o relatório lembra que, se formos expostos a culturas ou a um sistema de educação que nos diz que determinada raça, religião ou ideologia política não devem ser considerados seres humanos, é normal que os tratemos de forma desumanas. Além disso, apresenta como possibilidade o torturador profissional ser um homem que obtenha alívio de tensões mentais por meio de atos agressivos, que compensa os seus conflitos e fantasias com a destruição de outros. O relatório ainda traz um parágrafo à parte referente ao Brasil como um “modelo” na aplicação de tortura durante o período militar:

“(...) No Brasil, tem-se alegado a existência, actualmente, de uma subcultura da tortura, com os seus próprios valores, a sua aprendizagem e os seus ritos de iniciação, e até uma linguagem própria. A lista de atrocidade foi codificada nos termos de um desenho animado: o “pau de arara”, a “cadeira de dragão”. Na Operação Bandeirantes de São Paulo, um centro de interrogatório que já foi descrito como uma “escola superior de tortura”, todo o ritual da tortura é conhecido por “sessão espiritual” (...)”¹³

Para essa pesquisa, particularmente, a questão da tortura nesse período apresentou-se de forma realmente crua quando, por exemplo, nos deparamos com os documentos do DOPS, no Arquivo do Estado de São Paulo. Pela primeira vez ela apresentou-se com cores mais

nítidas, através de fotos, de relatórios policiais, dos interrogatórios transcritos, laudos médicos que normalmente davam como causa da morte atropelamento ou enfrentamento com a polícia em tiroteio.¹⁴

O que chama a atenção nesses documentos é a forma técnica, fria e “profissional” com que são transcritos os depoimentos, como fruto de uma rotina interna realizada por algum funcionário estafado. Ali não tem lugar para a dor, para a humilhação. Consta-se apenas o que foi dito, quem falou, quem se conhece, onde esteve. No entanto, um olhar mais atento, ou talvez nem tanto, percebe o que se esconde por trás dos mesmos.

Interrogatórios se sucediam por alguns, senão vários dias, realizados por equipes diferentes. O que não aparece no texto do documento é a forma como se davam esses “encontros” entre o suspeito e o inquiridor. Vários casos por nós encontrados atestam que os interrogatórios se estendiam por vários dias, dos quais faziam parte várias equipes (por exemplo, 15 de dezembro de 1970, pela equipe “C” de interrogatório, no dia 16 pela equipe “A” e no dia 17 pela equipe “B”), tendo, ainda, o interrogado, ao final, que dar depoimento de próprio punho. Em algumas sessões, percebe-se a tentativa de se obter informações sobre Lara Lavelberg, que aparece nos arquivos do DOPS como a “amante de Lamarca”.¹⁵ (Cf. Próximas Páginas).

Na preparação dos guerrilheiros, de uma forma geral, existiam sempre conversas sobre como enfrentar a queda nas mãos da repressão, ou mesmo treinamentos sobre como enfrentar a tortura. Conforme Ruth:

¹³ *Amnesty International* – Relatório sobre Tortura – Op. Cit. – pp. 98-99.

¹⁴ Cf. Arquivo do Estado de São Paulo (Documentos do DOPS).

¹⁵ Arquivo do Estado de São Paulo.

DECLARAÇÕES DO PRÓPRIO PUNHO QUE FAZ CARLOS HENRIQUE HECK ~~À~~ EQUIPE DE INTERROGATÓRIO "C" NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1970.

Carlos Henrique Heck

Stefano

EM 1960 INGRESSO NA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

EM 1961 PERTENCÍ AO GRÊMIO DE ESTUDANTES DA FACULDADE, COMO 2º TESOUREIRO.

EM 1963 PERTENCÍ AO "D.C.E." (DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES), COMO 3º VICE-PRESIDENTE. NESSE MESMO ANO PARTICIPO DO "CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA", PROMOVIDO PELA "U.I.A." (UNIÃO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS), CONGRESSO ESSE REALIZADO EM CUBA, FOI DE NAVIO DE NACIONALIDADE RUSSA, COM PASSAPORTE FORNECIDO PELO "MINISTÉRIO DE RELAÇÕES DO EXTERIOR".

EM 1964, ANO EM QUE TERMINO A FACULDADE, SOU INQUERIDO EM UM "IPM" (INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR), SENDO OUVIDO COMO TESTEUNDADA.

DURANTE O CURSO NA FACULDADE, ENTRE OS MEUS COLEGAS, CONHECI, SÉRGIO SOUZA LIMA, GILIO BARONE, RODRIGO BILOTERO LEFEURE, WALDEMAR HERMANO E SÉRGIO FERRO.

A PARTIR DO 2º SEMESTRE DE 1967, PARTICIPO DE REUNIÕES COM OUTROS COLEGAS ARQUITETOS.

NESSAS REUNIÕES AS DISCUSSÕES ERAM DE CARÁTER

13/11/68

POLÍTICO E TAMBÉM SOBRE PROBLEMAS LIGADOS À NOSSA PROFISSÃO. UMA DESSES FOI REALIZADA EM MINHA RESIDÊNCIA (RUA MACIÓ, 107 / APT. 91), ONDE COM PARECERAM VÁRIOS ARQUITETOS, ENTRE ELES, SÉRGIO FERRO, LEO PAULINI, JULIO BARONE E OUTROS. O ASSUNTO PRINCIPAL DESSE REUNIÃO, DO PUNTO DE VISTA POLÍTICO FOI A "CISÃO" DO P.C.B. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO), MINHA PARTICIPAÇÃO NISSA, FOI POUCA, POIS DESCONHECIA ESTE ASSUNTO DISCUTIDO.

AMDA DURANTE ESSE 2º SEMESTRE, HOUVERAM CONTRA-REUNIÕES, QUE COMPARECIAM, O DEPOENTE, ÁULIO BARONE, SÉRGIO ROZALIMA, SÉRGIO FERRO, WALDEMAR HERMANN E LILIANA TAVARES. ESSAS ERAM REALIZADAS NO ESCRITÓRIO DE WALDEMAR HERMANN.

NO FINAL DESSE ANO, WALDEMAR E LILIANA TAVARES, NAO COMPARECIAM MAIS ÀS REUNIÕES, POIS DISCORDAM DA LIDERANÇA DO GRUPO.

AMDA NESTE FINAL DE ANO PARTICIPO DE UMA REUNIÃO EM UMA RESIDÊNCIA QUE JULIO BARONE ARRENDOU, ONDE COMPARECIAM, O DEPOENTE, SÉRGIO FERRO, SÉRGIO ROZALIMA, JULIO BARONE E JACOB GORENDER.

NESSA, O ASSUNTO PRINCIPAL FOI COLOCADO POR JACOB GORENDER, FALANDO SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO PARTIDO DE CARACTER REVOLUCIONÁRIO.

NESSA ÉPOCA SÉRGIO FERRO MANTINHA CONTATO COM "TOLEDO".

NO ANO DE 1968, O GRUPO DEFINIU-SE EM NÚMERO DE QUATRO ELEMENTOS, SENDO OS SEGUINTE: SÉRGIO ROZALIMA, JULIO BARONE, SÉRGIO FERRO E O DEPOENTE, TODOS ARQUITETOS FORMADOS.

DEPOIS DA CRIAÇÃO DE NOVO GRUPO, ESTABELECEMOS

Chaluck

Declarações que presta CARLOS HENRIQUE HECK ("CRISTIANO" OU "CÂNDIDO")

À EQUIPE DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR À DAS 1030 AS 1120 DO DIA
16 / Dez / 1970.

Que confirma as suas declarações anteriores; que o declaran-
te não foi informado por sua esposa MARINA CAMARGO HECK ("MODIGLI-
ANI"), do conteúdo da carta que recebeu de YARA YAVELBERG ("CLÁU-
DIA"); que o referido envelope, citado no seu depoimento datilo-/
grafado, à fls 7, parágrafo 5, foi entregue ao declarante por JÚ-
LIO BARONE ("CLÁUDIO"); que ao receber tal envelope, fechado, acha-
va-se em reunião com o grupo a que pertencia; que diante dos fa-
tos, o declarante não pode informar a respeito do pedido formula-
do por YARA YAVELBERG ("CLÁUDIA"), a sua esposa MARINA DE CAMARGO
HECK ("MODIGLIANI"); que só com a localização desta última, poderá
ser esclarecido o assunto ventilado entre as mesmas.

-----:000:-----



*“(...) Tinha documento sobre isso, a gente discutia muito isso e uma das coisas que se ensinava, era de que se “abrisse”, que se desse um tempo para falar onde morava, para não ocasionar a queda de mais ninguém (...)”.*¹⁶

Entretanto, na *hora H* o comportamento de alguns impressionava pela resistência diante da violência de seus algozes, enquanto outros “decepcionava”, pois se esperava que estivessem preparados para esse enfrentamento.

2- A hora da tortura.

O fato de alguém “entregar” companheiros ou “abrir” sob tortura até hoje é um dos pontos de discórdias e motivo de rancores entre ex-militantes. Segundo Ruth, essa questão é de difícil entendimento por várias razões:

“(...) Porque a gente tinha claro, primeiro, que no momento que você abria qualquer coisa, você fortalecia o inimigo; segundo, você podia levar pra aquele antro de tragédia, de desgraça, pra aquele inferno uma pessoa que você gostava. Outra coisa, tinha aquela também de você não ceder, de você não ser derrotado, já era muito duro você ter sido aprisionado, além de tudo se fosse derrotado ... isso pegava muito forte. E isso não era só na época não, é hoje, trinta anos depois (...)”.

Cida Costa, em depoimento a Luiz Maklouf, também fala da dificuldade que se tinha de entender este problema:

¹⁶ Entrevista concedida à autora em 13 de janeiro de 1999.

*“(...) O que talvez tenha pesado é o seguinte: “Gente, os companheiros falaram”. Era uma coisa que em tese nunca poderia ter acontecido – e o que chocou foi o fato em si de ter acontecido. E nós, que estávamos fora, como é que ia ser quando chegasse a nossa vez? Não era daquele jeito que a gente tinha imaginado. Se companheiros tão bem formados, tão sérios, tinham sido obrigados a dizer alguma coisa – como é que era de fato? Não houve tempo nem para refletir mais profundamente(...)”*¹⁷

Segundo a mesma Cida Costa, o fato de ter falado ou não acaba marcando as pessoas, ou seja, a militância passa a ser avaliada a partir do que se disse ou não durante a tortura. Para ela, é preciso refletir se este critério seria suficiente para avaliar quem era ou não era um bom militante. Uma questão difícil, em sua opinião, porque cada um tem seus próprios critérios de avaliação. Em sua fala, percebe-se o desejo de que tivesse sido diferente:

*“(...) Eu queria ter sido uma pessoa absolutamente muda, para eu poder me valorizar, continuar me respeitando, não deixar a minha vida se perder, nem enquanto militante. À medida que você não corresponde a essa expectativa – ou mais, ou menos, a quantidade não interessa -, isso vira uma grande cobrança e leva muito tempo para você entender que este é um critério, mas que também não é o único critério. Que de alguma forma você também contribuiu. Que você não se transformou num lixo porque disse num certo momento o que não deveria ser dito. (...) É um negócio muito doloroso. Pra mim foi um processo muito difícil (...)”*¹⁸ (Grifos Nossos).

Como observa Luiz Manfredini, esse inimigo tantas vezes mencionado, citado nas reuniões e odiado cotidianamente, só se revelava

¹⁷ CARVALHO, Luiz M. – Op. Cit. – p. 221.

¹⁸ dem, p. 223.

materialmente, com formas definidas, cor, cheiro e movimento, na hora terrível da tortura. Às vezes, a prisão acontecia em momentos inesperados, quando as portas dos “aparelhos” eram escancaradas à força de pontapés de algum militar empertigado. O “encontro” poderia provocar letargia ou desespero no/a prisioneiro/a:

“Paralisada, ela o fitou por cima dos óculos de aros largos e escuros. Em fração de segundo sentiu-se apossada por uma sensação de fatalidade. “Bem chegou a minha hora”, pensou. Não tentou fugir, sequer se moveu. Todos os militantes têm a sua vez de encarar a polícia. A sua acabara de entrar, ruidosa e feroz, pela porta da sala. Olhava o militar à sua frente com súbita serenidade”.¹⁹

Na maioria dos casos, no instante mesmo da prisão, iniciavam-se as sessões de suplício:

“Rosário foi posta na cozinha e, na sala, o sargento Léo colocou Laudelina contra a parede e, sem dizer uma palavra sequer, apagou um cigarro em sua barriga. A dor explodiu fervente, pelas entranhas. Mas não houve tempo para sofrê-la porque o sargento, em seguida, vibrou-lhe um golpe no estômago e, logo após, chutou-lhe um dos tornozelos. Laudelina reagia erguendo o pé machucado, o militar chutava-lhe o outro.²⁰

Durante o período de confinamento e torturas, era muito comum o uso de táticas de abrandamento no tratamento com as prisioneiras. Eram as lições do manual de interrogatório sendo colocadas em prática: *“Loreta emergia do torpor. Ouviu o militar apresentar-se, aquela voz mansa a contrastar com os berros de Portela e seu séquito”.*

¹⁹ MANFREDINI, Luiz – *As Moças de Minas* – op. cit - p. 63.

Maior, talvez, do que a dor das feridas provocadas pela violência dos torturadores, era a possibilidade de ter parentes, especialmente filhos, nas mãos dos policiais. Tal possibilidade era inúmeras vezes cogitada e até posta em prática pela repressão. Não foi incomum para as militantes prisioneiras viverem a situação de ameaça das torturas dos filhos, às vezes bebês, caso não fornecessem as informações desejadas pelos policiais. Nesses momentos, o dilema era ainda mais terrível: a vida do filho, a vida de outras pessoas que poderiam ser presas em virtude dos segredos contados. E mais, a rígida disciplina militante rezava que “abrir”, mesmo sob tortura, significava traição:

“Seus olhos procuravam evitar, em vão, a banheirinha e a mamadeira, o cassete e o pau de vassoura. E se tudo fosse um blefe? “Bom demais para ser verdade”, pensava. A pequena Juliana afundando-se no gelo, berrando ao golpe do porrete, idéia insuportável. Inconcebível também fornecer informações e arrastar um mundo de gente para a mesma situação. A traição não era o caminho. Algo teria que ser feito.”

²¹.

Talvez tenha sido essa possibilidade, da tortura dos filhos, que levou várias mulheres, juntamente com seus companheiros a optarem pelo aborto quando ocorria uma gravidez não planejada durante o período da militância clandestina. À primeira vista, pode parecer que essas mulheres agiam em favor do aborto por insistência do partido, em nome do “coletivo” ou da “revolução”. Mas, ao que parece, o motivo maior era o medo da tortura, de saber que o filho, que ainda nem nascera, poderia sofrer dor, sendo delas a responsabilidade por isso.

²⁰ Idem, p. 64.

²¹ Idem, p. 74.

Nas memórias das ex-guerrilheiras percebe-se que as experiências da tortura são as que mais marcaram. As imagens quase sempre vêm carregadas de cor, cheiro, sensações quase que palpáveis, apesar dos anos que se passaram. Lembranças na maioria das vezes carregadas de dor. No depoimento de Ruth, é notável a quantidade de detalhes que ainda permanecem vivos como, por exemplo, da quantidade de homens, da fisionomia de alguns deles, a existência de certos medos acerca de métodos de tortura que deve ter rondado o cotidiano dos militantes (por exemplo um tal “soro da verdade”):

“(...) Aí eu me lembro que na primeira noite, nesse primeiro dia em que eu apanhei muito, muito ... naquela sala pequena, aquele monte de homens gritando comigo e me socando pra lá e pra cá (...) fiquei com muita dificuldade para andar por muito tempo, o meu olho ficou roxo, fiquei horrorosa, fiquei indecente. Aí eu me lembro que uma hora em que eu acordei (...) veio na minha cabeça, eu tinha medo do soro da verdade, e tinham me dito que se você se fixasse numa coisa só, você não falaria nada, você repetiria aquilo sem parar, então o que eu faço, eu conto de um a cinco (...) então eu estou deitada, de capuz e um cara procurando a minha veia, e eu acho que eles vão me aplicar o soro da verdade, imagina que bobagem ... Aí eu ficava contando “um, dois, três, quatro, cinco” ... de medo do soro da verdade (...)”

Conforme referido anteriormente, a sexualidade feminina como objeto das sevícias e tara dos torturadores foi sempre um problema a mais a ser enfrentado pelas guerrilheiras. A prática desse tipo de violência foi recorrente nas situações de tortura enfrentadas pelas mulheres, provocando ainda mais sofrimento e humilhação:

*“O sargento Léo passava as mãos nas nádegas de Gilse, metia-as na vagina, apertava os lábios com força, voltava às nádegas e, quando apalpou a cicatriz do parto, disse: É a própria puta que pariu, toda costurada!”.*²²

Talvez, principalmente no caso de torturas que envolviam a sexualidade, em especial das mulheres, as reações do corpo poderiam ser terríveis, com manifestações que assustavam até os próprios torturadores e sendo, ainda hoje, lembradas muito nitidamente:

“(...) Aí ele me pôs nua deitada em cima de uma escrivaninha ... aquele dia estava só ele lá ... até o cheiro da sala estava diferente, a sala de tortura tem um cheiro, sabe ... aí ele começou a me ... como eu posso dizer meu Deus ... me masturbando ... olha aquele negócio me deu uma coisa tão esquisita, tão terrível, que eu comecei a falar água, água, água (...) era como se eu tivesse ficado sem água, sem nenhuma água no corpo (...)”

A relação carrasco/vítima aparece, nas lembranças dessas mulheres, misturadas ao ódio, ao medo e à humilhação. Em vários depoimentos as mulheres expressam que eram tratadas como prostitutas, vagabundas, como vadias. A esse respeito, Ana Maria Colling, salienta que ao construir o sujeito político feminino, a repressão, as organizações de esquerda e a sociedade em geral tentam desconstruí-lo como sujeito, apresentando a mulher militante como um sujeito desviante e não-político, daí a construção da imagem da “puta comunista”²³. Neste sentido, Elza é absolutamente enfática, ao afirmar que, quando presa, jamais foi chamada pelo nome, mas sempre por adjetivos que a qualificavam como “mulher que

²² Idem, p. 99.

²³ COLLING, Ana Maria – op. cit. – p. 93.

não presta”. Ela é muito clara, ainda, quando afirma que isso ocorria porque aos olhos dos policiais ela havia fugido ao “padrão pré-determinado” pela sociedade:

“Quer dizer, todas as comunistas presas são prostitutas, são consideradas vagabundas, prostitutas, mulheres que não merecem respeito, que não merecem consideração, vadias. Eu nunca fui chamada por Elza. Era sempre esse tratamento que me deram: vadia, vagabunda, prostituta. Raramente, me chamavam pelo meu nome. Então, essa relação mesmo de mulher que não presta, que não tem princípios, que é despuddorada, que não é de uma sagrada família, católica apostólica romana, entendeu? Que não tem, enfim, esse era...padrão pré-determinado: feminina, dona-de-casa, mãe. Então, quer dizer, isso aí é uma coisa, você saiu do teu espaço traçado pelo modelo cultural, e portanto, você saiu fora da linha... Não merece respeito, só porque você pôs um pé fora da linha, da linha definida e determinada pelo modelo cultural, você não é mais uma pessoa que mereça respeito. Então a questão da violência sexual, ela é muito presente na tortura de mulheres, também tem homens que sofreram ... sevícias, que foram queimados os testículos com maçaricos, enfim. Mas a mulher é violência mesmo, é estupro...”

Elza relembra também que a experiência da violência sempre foi vivenciada por ela e sua família. Isso a transformou assim como transformou seus irmãos em “militantes mirins” e em crianças muito assustadas. Desde pequena ela sofrera com a brutalidade policial, que não respeitava o fato de ser uma criança; afinal, era a filha de um comunista:

“Porque se escreve sobre militantes comunistas, mas não a experiência familiar, o que é ser filho de comunista, o que é viver como filho de comunista. Nós, na verdade, vivíamos numa certa clandestinidade, com

cinco, seis anos de idade. E tínhamos problemas na escola, nós éramos expulsos de escolas. Nós fomos expulsos do bairro que morávamos. A minha mãe era costureira, e tinha grande problema com a clientela, porque quando meu pai era preso, as pessoas vinham à noite, escondidas, buscar os tecidos de volta, porque tinham medo também de se envolverem com comunistas. Era assim, uma coisa meio de relações demoníacas (...) nós éramos os bruxos dos tempos modernos. Então tinha todo esse estigma, nós éramos muito rotulados, tínhamos problemas muito graves: de fugir na calada da noite, de esconder material, de comer papel, eu comi tanto papel naquela época. Eles levavam o meu pai ...o meu pai foi preso de pijama uma vez, ele estava dormindo. A gente vivia em sobressalto, nós tínhamos por exemplo códigos, que entre nós mesmos nós usávamos. Quando passava muitas vezes o mesmo carro na rua, a gente já falava: “mãe, tem um carro tal, placa tal, já passou diversas vezes devagarinho aqui em frente de casa”. Nós éramos militantes mirins, nós tínhamos essas tarefas: de observar carros, pessoas, gente que perguntava coisas, que questionava na porta da minha casa.”

E Elza evidencia que essa violência acontecia antes de 64, quando aparentemente o país vivia uma democracia:

“E era muito cruel, porque a polícia, mesmo antes de 64, atuava com extrema violência, eu diria que talvez a abordagem era até pior, porque eles entravam segurando a porta com um cabo de madeira. Então a primeira coisa era derrubar a porta, depois eles entravam, rasgavam os nossos livros, destruíam as nossas coisas .. eles eram violentos. Uma vez eu me lembro que ele me sentou em cima do fogão assim violentamente e queria que eu dissesse onde estava o meu pai. Imagina? Tinha seis anos de idade, então era uma violência muito grande, gritavam, falavam alto, gritavam muitos de uma vez só, já dá para você ter uma idéia do escarcéu. Então era uma coisa mesmo muito cruel, muito arbitrária, muito violenta. Que existiu durante toda a juventude, toda a adolescência. Mudamos muitas vezes de casa,

mudamos perdi a conta de quantas vezes mudamos de casa aqui em Londrina e fora de Londrina também. Mudávamos à noite, enterrávamos os livros, botava-se no forro da casa, jogava-se na privada, naquele tempo as casas de madeira tinham privadas no fundo do quintal, jogava-se sacos de livros dentro da privada para não pegarem. Então a gente, às vezes, alguns comunistas conseguiam se comunicar, dizendo: “olha, a polícia está indo aí”, mas 90% das vezes não. Então, quando a gente sentia o clima meio assim, complicado na cidade, ou a nível de país ou a nível de Estado, nós já estávamos alertas”

Apesar de quase todas as mulheres enfatizarem que a tortura e a violência eram, na verdade, mecanismos de obtenção de informação, com técnicas e objetivos específicos, é possível dizer que esta concepção que se tinha das mulheres como vadias, poderia se transformar num componente que justificava a violência e as sevícias. Essas mulheres fugiam ao padrão tradicional - que para esses homens eram as mães, as esposas, as irmãs e as filhas - não sendo, portanto, “terreno sagrado” e inviolável; com elas qualquer coisa era justificável, pois eram sujeitos “desviantes”, passíveis de “corretivo”. Situação semelhante pode ser percebida em estupros de prostitutas. Em estudo sobre sexualidade masculina e estupro, Lia Zanotta Machado conclui que, para os homens estupradores, as prostitutas seriam consideradas “não interditadas”, permitidas a todos os homens. E, nesse caso, poderiam ser usadas por todos os homens. O uso da violência e o “não querer das mulheres” não se constituiriam em impedimentos, diferente quando as mulheres eram “de família”.²⁴

Nos documentos do DOPS pesquisados, uma foto, dentre muitas, chamou-nos a atenção. Referimo-nos especificamente a uma série

de fotografias de Ana Maria Ribas Palmeiras. Essa série de fotos pareceu-nos sintetizar as conclusões que elaboramos anteriormente, acerca da imagem construída pela repressão a respeito da mulher militante. As fotografias de Ana Maria usando minissaia, com as “pernas de fora” poderiam ser consideradas muito sensuais para a época. Outra fotografia, dela, de perfil, revela uma mulher extremamente bonita, chegando a lembrar uma modelo de capa de revista. Nelas quase que podemos ver a síntese da imagem da mulher militante subversiva, criada pela repressão, que mesclava a vadia e a bela, e por tudo isso, perigosa. Logo abaixo das fotografias, outras informações completam a imagem subversiva feminina. Percebe-se, nessas informações que se procurava destacar que Tereza Maria era a esposa de Wladimir Palmeira, líder estudantil à época. Essa ênfase pode significar que, aos olhos da repressão, além de sujeito desviante, a mulher também poderia ser um sujeito não político, apêndice do homem. (Cf. Próxima Página).

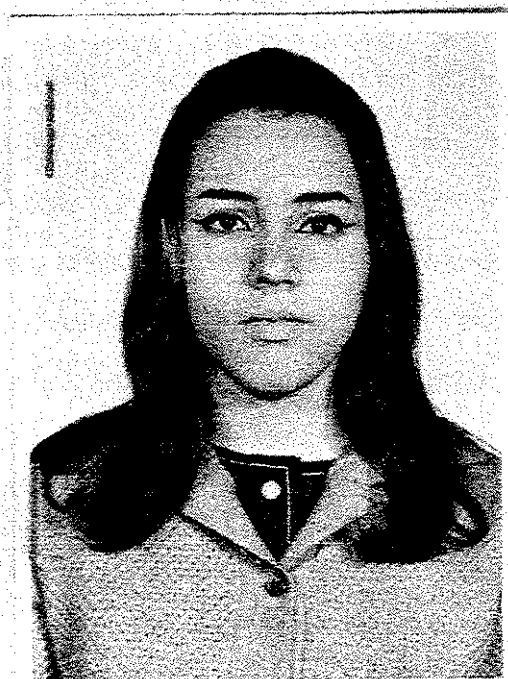
Ao relembrar sua experiência na prisão, Tereza chama a atenção para um aspecto que parece corroborar essas afirmações. Segundo ela, quando presas, ela eram colocadas junto às prostitutas, vivendo, durante um certo período, aquilo que era comum no cotidiano da prostituição. Tereza, chega à conclusão de que o uso da violência é um padrão da sociedade, que é masculina e violenta com suas mulheres:

*“Agora eu queria te dizer uma coisa, eu acho que é importante. Era pra ficar em liberdade e aí não deu certo e eu acabei sendo presa e fui levada para delegacia de ??? que eu nem sei se existe mais (...) uma cela onde havia umas vinte prostitutas, de noite nas ruas fazendo **trottoir**, no dia a dia era uma coisa assim, enlouquecedora. Pelo fato*

²⁴ MACHADO, Lia Zanota – “Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade” – In: BESSA, Karla A. M. (org.) – *Cadernos Pagu* (11) – IFCH/Unicamp – Campinas – 1998. – p. 248.



*Ant. Ter. via
ficha Foto*



ANA-MARIA-RIBAS PALMEIRA-P
ANA MARIA. PALMEIRA-P

Esposa de VLADIMIR SOARES. RACINDO PALMEIRA

que nós tivemos um momento da nossa vida em que isso aconteceu ... Talvez por isso que você perceba uma diferença. O uso da violência é uma coisa ... é padrão da sociedade. A sociedade é masculina, e é violenta com suas mulheres. E então esse sacrifício com os policiais, pra troca de comida ... Era um acordo”.

Talvez seja para fugir à identificação com a vadia, com a prostituta, que Ruth pede ao seu companheiro para não falar que eles tinham tido um caso anteriormente e dormido juntos, o que acabou se transformando em um problema depois, na hora da tortura: o rapaz afirmava o caso e ela negava e, por isso, os dois eram torturados. E os policiais desconfiavam de tudo o que os dois falavam:

“e aí eles pegaram firme nessa estória de que eu tinha um caso com ele, porque ele dizia que tinha, e eu dizia que não tinha sabe, porque eu acho que na hora que a barra pesou, o que ele combinou comigo ... e isso era uma bobagem tão grande pra ele ... que ele falou que sim. Até pra não ficar tão mal ... primeiro porque era verdade, segundo ... pois podiam falar “Mas que bicha você é, dorme com a moça na mesma cama e não tem nada com ela, mas que diabo que é isso?” Então pra não levar mais essa ... eu acho que ele estava num sufoco tão grande, tentando segurar o que precisava, que achou isso bobagem e falou. Mas acontece que pra mim não era bobagem, e eu achava que ele não tinha aberto, porque a gente tinha combinado, e eu falei que não iria falar E aí o que os caras diziam? “Se você está mentindo nisso você está mentindo em todo o resto”.

Entretanto, nessa relação que se estabelecia entre carrasco e vítima/mulher, essas questões nem sempre estavam tão definidas. Ao mesmo tempo em que poderiam ser percebidas como “putas comunistas”

pelo repressor, essas mulheres também despertavam outros sentimentos. Luiz Manfredini narra em seu livro, o caso de uma militante identificada por Sissi, que acaba provocando emoções contraditórias (para ele mesmo) em seu algoz:

“Dali em diante o coronel reivindicou para si os interrogatórios com Sissi. Costumava chamá-la todas as noites. Não era propriamente inquirição. Góes a sabatinava sobre sua vida, suas intenções, seus sentimentos. Vez por outra incluía uma ou outra indagação sobre o inquérito. No mais era conversa fiada em que desvestia-se da condição de chefe da grande operação militar para assumir a feição atabalhoada de um adolescente. O coronel não permitia que ninguém testemunhasse esses encontros. Passou a avançar nas carícias. Suas mãos singravam o rosto de Sissi, a nuca, alcançavam os seios, o ventre, as coxas. Calado e ofegante ao lado da prisioneira, comprimindo seu corpo ao dela. Sissi não movia um músculo sequer. Sentia as mãos do militar devassando-a e mantinha-se pétrea. Era quase sempre assim, quase todas as noites. A falta de receptividade fez, certa feita, o militar explodir. – Você é um iceberg!”²⁵

Essa situação levou o coronel a admitir mais tarde, para a prisioneira estar apaixonado e que não entendia o fato de que presenciar o seu sofrimento na tortura pudesse lhe provocar prazer. O próprio sadismo, ou a sua descoberta o intrigava. Algum tempo depois o coronel levou-a para dormir em sua casa, negando haver segundas intenções no gesto: *“Hoje você vai dormir em quarto de gente. É a prova que eu amo você”*.

Há que se dizer que não encontramos outro caso semelhante a este em outros livros ou outros depoimentos. Perguntadas sobre essa situação, algumas entrevistadas não negaram a possibilidade de ter

²⁵ MANFREDINI, Luiz – op. cit. – pp. 97-98.

acontecido outros casos, em alguma situação. Segundo Ruth, não é muito claro ainda essa relação, mas acredita que sempre que existir qualquer tipo de contato entre um homem e uma mulher pode haver uma certa “aura” entre ambos, seja em que situação for, como talvez pudesse existir entre um torturador homossexual e um homem. Na sua experiência particular com a tortura, além de descrever um aspecto envolvendo a sexualidade, Ruth também descreve o efeito, se assim podemos chamar, que o seu algoz despertou nela mesma, indicando que a relação carrasco/vítima poderia ser muito mais complexa do que se possa imaginar:

“Eu me lembro que depois eu volto a mim ... e tá aquele silêncio ... eu me lembro que eu abri os olhos ...e eu estou sem capuz ... aquele silêncio ... aquela coisa mais gostosa do mundo... aquela paz ... aquela tranquilidade ...antes aquela gritaria ... e naquela hora aquela paz ... quando eu abro os olhos eu vejo um cara olhando pra mim, com uma camisa cor de rosa ... eu achei aquele cara tão bonito! ... Eu acho que eu estava pirando. [risos]. Tão bonito sabe, tão bonito! ... Aí, lógico, ele estava me dando uma injeção com alguma vitamina ... com alguma coisa para me levar pro pau-de-arara, porque eles ficaram com medo que eu não agüentasse”

Ao narrar para Pupi, a companheira de cela, sobre a beleza do torturador, a reação da outra foi de incredulidade e preocupação com a sanidade de Ruth: *“Ruth você tá louca, você enlouqueceu ... judiação ... te enlouqueceram. Esse cara é o pior torturador que existe neste DOI-CODI. Ele é horrível, ele é um monstro!”*

Entretanto, convém ressaltar que, se o tratamento dispensado às mulheres durante às torturas, podia ser diferente, daquele dispensado aos homens, principalmente com relação à sexualidade feminina, não se

pode esquecer de um entendimento que se sobrepunha a qualquer outro: o subversivo, o inimigo, que precisava ser subjugado. E, nesse ponto, tanto Tereza quanto Elza chamam a atenção. Para Elza: *"Quando detectados como comunistas subversivos, independia se era homem ou mulher, a violência era a mesma"*. E para Tereza, a tortura sexual, de homens e mulheres, fazia parte de um plano maior, o de "desmoralização do inimigo":

"Pode ser mulher, homem, nada. Era um inimigo que estava na frente do qual ele (torturador) tinha que tirar informação (...) ele punha as cartas na mesa e empurrava, quer dizer era a carta de apresentação dele (...) Acho que faz parte da técnica de tortura a desmoralização sexual e acho que é isso que eles fazem quando empalam uma pessoa, ou quando dão choques nos órgãos genitais. E eles sabem ... qualquer cara sabe que são as partes mais sensíveis".

O tema da tortura talvez seja o mais difícil de ser tratado, inclusive pelas próprias guerrilheiras. O assunto quase sempre vem acompanhado de lágrimas, reticências, provocando raiva, indignação, asco e incredulidade em quem fala e/ou em quem ouve. Essa questão tem vários desdobramentos que poderiam ser mencionados e trabalhados como, por exemplo, a relação que se cria entre vítima e algoz e a imagem construída pela repressão sobre as mulheres e que possibilita o exercício da violência sobre as mesmas. Mas além da questão da tortura que outras imagens as guerrilheiras trazem desses anos? Que memória cada uma delas constrói desses anos? Como o passado dessas mulheres influenciaram depois suas vidas e como elas elaboraram a relação presente/passado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“(...)Foi o momento mais feliz da minha vida
 (...) Já vi várias pessoas falarem a mesma
 coisa, sabe, você estava em paz com você
 mesmo, você passava vinte e quatro horas
 fazendo aquilo que você acreditava, eu nunca
 fui tão feliz!”*

(Ruth)

*“Eu abri mão de muita coisa, abri mão de
 paixões, abri mão de casamento, abri mão
 de um monte de coisas pelo partido, não sei
 se eu faria isso hoje. Eu acredito que sim ...
 porque se eu fiz isso era porque valia a pena,
 era uma opção, foi uma opção.”*

(Elza)

*“Senti emoções de outros tipos (...) Não era
 um momento feliz. Isso realmente não era.
 Era um momento de muita tortura, muito
 medo, de muita pressão. Não era um
 momento de felicidade.”*

(Tereza)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de Tudo ...

Quando tentamos perceber como essas mulheres elaboraram suas memórias sobre os anos 1960 e o período da militância e da clandestinidade pudemos notar a construção que elas fazem de seu passado, que está em íntima relação com o presente de cada uma. Ao que parece, quanto mais suas vidas atuais são confusas ou difíceis, mais as lembranças aparecem como “perfeitas”. Para algumas, o passado é confuso ou tão distante, que chega a ser difícil de elaborar “uma” conclusão sobre o mesmo. Para outras esse passado “ainda está no presente”, como se a distância que os separasse fosse muito tênue ou mesmo não existisse.

Na fala de Ruth se percebe quase que uma saudade de um tempo maravilhoso que, apesar da dor e do sofrimento, ela relembra como sendo o período mais feliz de sua vida, que não se arrepende de nada do que fez. Essa felicidade está muito ligada à possibilidade iminente da revolução:

“E agora eu vou dizer pra você uma coisa ...olha cinqüenta e poucos anos que eu tenho, foi o momento mais feliz da minha vida. Apesar de passar fome ... porque teve fase que nós passamos até.. fome sabe ... nos aparelhos ... foi uma fase complicada aqui no norte. Porque a gente não podia sair atrás do dinheiro, dependia do dinheiro de fora. Mas olha, eu nunca fui tão feliz! Já vi várias pessoas falarem a mesma coisa, sabe, você estava em paz com você mesmo, você passava vinte e quatro horas fazendo aquilo que você acreditava, eu nunca fui tão feliz! Então olha, eu nunca fui tão feliz! Nunca, nunca, nunca ... olha que eu sou uma pessoa realizada ... fiz tudo que eu queria ... me saio bem dentro da minha profissão...mas eu nunca fui tão feliz, nunca, nunca! Vivia em paz comigo mesma sabe, eu passava vinte e quatro horas fazendo as coisas

naquilo que eu mais acreditava, e olha a gente deixava tudo, tudo, tudo em segundo plano, porque a revolução vinha em primeiro, nada era muito pra revolução...você estava disposto a dar a sua vida, como muitos deram. Então não me arrependo do que fiz, faria tudo de novo.”

Igualmente, a percepção de um tempo em que era mais desejável e que tinha todos os homens que queria, parece fazer com que a lembrança desses anos pareça mais feliz se comparada com o presente:

Para Elza, aparecem vestígios de questionamentos de opções feitas, ou não, em nome da militância, principalmente aquelas ligadas às paixões afetivas, como namoros, casamentos, mas que, mesmo assim, foram válidas, em sua opinião, porque a causa era nobre:

“Independente de qualquer coisa tem que ter uma determinação, um compromisso, uma carga extraordinária de renúncia de suas coisas pessoais, você tem que renunciar a muita coisa, para militar digo não só na guerrilha não, como militante comunista, como você está falando do partido comunista, você tem que abrir mão de muita coisa. Eu abri mão de muita coisa, abri mão de paixões, abri mão de casamento, abri mão de um monte de coisas pelo partido, não sei se eu faria isso hoje [risos]. Eu acredito que sim ... porque se eu fiz isso porque valia a pena, era uma opção, foi uma opção. Eu tive muitos problemas com relacionamentos por causa disso, tem que deixar o partido, tem que deixar a militância, tem que deixar o teatro, eu dizia negativo. Eu não renunciava, porque eu entendia que naquele momento a minha contribuição na militância, ela estava acima de qualquer questão emocional.”

Para Tereza, as lembranças trazem muito mais imagens de sofrimento e de tristeza, apesar da convicção de que, naquele momento, estava fazendo alguma coisa maior.

“Senti emoções de outros tipos. (...) Não era um momento feliz. Isso realmente não era. Era um momento de muita tortura, muito medo, muita pressão. Não era um momento de felicidade. Não. Acho que de muita pressão, de muito esforço, de muita convicção de estar fazendo alguma coisa. Mas ... não traz felicidade.”

Essas foram as principais questões que detectamos nos depoimentos dessas mulheres, ex-militantes, ex-guerrilheiras e que nos parecem, em alguns aspectos, semelhantes a outros depoimentos de outras mulheres, alguns já tornados públicos. E, ao que parece, a última pergunta sobre ter valido a pena tudo o que passaram, a resposta foi “sim, apesar de tudo”.

E para nós, terá valido a pena? Ao final do percurso e da viagem que fizemos com essas mulheres, o que teria restado? Mudamos alguma atitude, alteramos certezas? A resposta a todas essas perguntas é sim. E cabe ao leitor a tarefa de percebê-las, o que não é muito difícil de ser feito, pois em várias passagens deixamos claro os momentos nos quais mudamos de opinião, aqueles em que as respostas dessas mulheres colocaram interrogações às nossas certezas. Acima de tudo, valeu a pena, para nós, a emoção de compartilharmos e aprendermos com lembranças tão dolorosas, na maioria das vezes e vemos que, apesar de tudo, ainda era possível rir, ter esperança e, principalmente, compartilhar com boa vontade todas essas emoções. Como não ser atingida pelas certezas de Ruth de que tudo valeu a pena, das suas lembranças do quanto foi feliz? Como ficar imune às emoções de Elza, pela sua luta por coisas tão comuns hoje em dia, como direito a usar batom e salto alto, assim como de sua luta pela percepção da importância de sua mãe como mulher e militante? Como não notar a profundidade das recordações de Tereza, quando sugere que tudo foi um momento de explosão, de descoberta? Aprendemos com elas a encarar o passado como o que foi possível de ser construído, naquele

momento, num precioso tempo de suas vidas, especialmente em um período em que se acenavam tantas possibilidades de rupturas e de mudanças e, ao mesmo tempo, tantas coisas pareciam impossíveis ou muito difíceis de serem enfrentadas. E, acima de tudo, foi-nos possível compartilhar a generosidade dessas mulheres quando se propuseram a falar de questões tão íntimas, tão dolorosas e, acima de tudo, da disposição de todas elas em discutir conosco algumas “certezas” que tínhamos - e talvez ainda tenhamos- e, com as quais, nem mesmo concordavam, contribuindo, dessa forma, para que as avaliássemos.

Resta-nos, agora, pensarmos como poderíamos encerrar, não só este capítulo, como este trabalho a que nos propusemos realizar e que, essencialmente, trata da memória de um tempo de rompimento de barreiras, não só do comportamento das mulheres, como o sexual e afetivo, como também da política e da forma de se perceber o mundo.

Optamos por terminá-lo com a carta de um homem- porque entendemos que eles viveram juntos essas experiências- que também esteve preso, que também foi torturado e que, muito provavelmente participou dessa experiência de tentar mudar o mundo, com seus padrões há muito estabelecidos. Acreditamos que foi a mudança mais procurada por essa geração, sendo a guerrilha apenas uma forma de pensar essas mudanças.

A carta é do ex-militante Alex Polari, escrita da prisão, falando sobre o livro de poesia que acabava de escrever e de cujo lançamento não podia comparecer por estar preso¹. Na carta, Alex faz um balanço particular afirmando que está vivendo mais do que a experiência da prisão. Vive outra de extremo significado para ele, que é a da paternidade, quando pode apesar da prisão, deliciar-se com a sedução do sorriso de seu filho.

¹ Carta de Alex Polari escrita quando este se encontrava detido no Instituto Penal Milton Dias Nogueira - RJ – (Coleção Jair Ferreira de Sá) – Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Além de sua vivência particular, Alex Polari fala do aprendizado da sua geração, que viveu nos “intervalos dos senões”. Polari acaba por expressar dilemas que foram comuns a homens e mulheres, e que ultrapassam as possíveis diferenciações de gênero que possam ter existido. Por isso seu depoimento possui uma riqueza e uma beleza que sintetizam as dores e as alegrias desses anos, vivenciadas por homens e mulheres. Ele propõe-se a fazer o que ele mesmo chama de “inventário das cicatrizes”, no qual se pode constatar a permissão de ainda se ter esperanças, através, inclusive, do riso e da fina ironia.

“Fui parte integrante de uma geração nascida nos intervalos dos senões, da porrada, que fez seu aprendizado de vida, num momento em que a política retornava às ruas, às escolas, às fábricas, após o silêncio, as deserções e as derrotas de 64 (...) foi nesse período difícil, onde a cada semana nos deparávamos com as cínicas notas oficiais dando conta de “atropelamentos”, “suicídios”, “fugas” e “tiroteios montados” onde morriam companheiros e amigos queridos, que essas poesias, que hoje vêem à luz, começaram a brotar. Primeiro de uma forma clandestina, proibida, contrabandeada, depois e um jeito mais solto – quando sentir, ter emoções, amar, se tornou um direito readquirido nos intervalos da luta pela sobrevivência nos cárceres.

Escrever nessas condições, mais que uma veleidade literária, era principalmente uma luta para continuar se expressando de alguma forma, sem nenhuma pretensão a mais que travar batalhas silenciosas e anônimas

contra os carrascos. Cada poema que seguiu destino, foi contrabandeado ou burlou as revistas e transferências de prisão, era uma pequena vitória. Uma vitória pequenina, desconhecida de todos, mas que assumia uma importância muito particular para mim: o direito de sentir, lembrar, ter ódio e seguir adiante (...) Por enquanto, a única coisa sincera que tenho para contar são as contradições, perplexidades e fantasias, que tenho certeza não são só minhas, mas que fazem parte de um capítulo vivido por muita gente que hoje se encontra dispersa pela prisão, até em terras longínquas (...) Esses poemas são, em certa medida, vômitos. Evocam a clandestinidade, a tortura, a morte, a prisão. Tudo absolutamente tudo neles é vivência real, daí serem diretos e descritivos. Servem também para reter uma memória essencial, de outra maneira fadada a se diluir (...) O objetivo é mapear nossos mortos, nossas feridas, fazer o inventário de nossas cicatrizes exige um esforço minucioso. Pausas. Interrogações deixadas nos interrogatórios. Exclamações colhidas no pau-de-arara. Pranto e vírgula, testemunhos. Em suma: quem quiser pesquisar esses tempos tem que, descobrir nas palavra expressas, aquilo que não foi dito, porque a tortura quebrou antes, o choque enrolou a língua antes, o carrasco colocou o capuz antes, a polícia deu um tiro antes que começasse a falar. Engatilhar todas as palavras possíveis contra eles, sabendo que prá acabar verdadeiramente com eles, as palavras não bastam, já é um outro departamento. Mas todo mundo que possa e saiba contar uma história desses tempos que conte,

quem não sabe, tente. Em prosa, verso, gesto ou grito (...) O livro que tá sendo lançado hoje é dedicado a todos quantos foram assassinados pelo regime militar, a alguns companheiros mortos, torturados, perseguidos, exilados e banidos dessa nossa moderna diáspora.

É também dedicado ao meu filho Thiago. Ele nasceu em junho, já no 8º ano de permanência do pai nas chamadas “agências terapêuticas do Estado”.

No momento em que escrevo essa carta, ele anda ensaiando uns sorrisos muito lindos que já começa a utilizar como arma de sedução e expressão de prazer. Não me arrisco, apesar da tentação, de fazer dessa vida que engatinha ou mesmo desse sorriso mal ensaiado, o final dessa carta, uma metáfora de tempos que estão por vir. Auroras luminosas podem se transformar em crepúsculos sombrios. O que vai determinar a metáfora correta para os novos tempos é o que formos fazendo, da maneira que for possível para tornar nossa projeção real. Usar belas imagens a priori, associar o surgimento de uma vida tão querida quanto incipiente, com o raiar igualmente incipiente e belo dos novos dias que queremos, seria no mínimo leviano. Por isso, renuncio ao melhor desfecho poético, seja com meu filho, auroras ou quaisquer outras metáforas. Que tudo seja na exata medida do empenho e da correção com que e pelo que lutamos. E atualmente há muito porque lutar(...) Gostaria muito de comparecer aí, mas motivos de força maior (9 m de muro e 7 portas de grade) me impedem. Daí

a idéia de mandar essas linhas –que se alongaram – e que espero não tenham caceteado ninguém”.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Artigos e Livros:

ARANTES, Maria Auxiliadora A. Cunha – **Pacto Re-velado** – Abordagem psicanalítica de fragmentos da vida militante clandestina – SP – PUC – 1993 (diss. de Mestrado) – mimeo.

ARAÚJO, Celina et. alli. (org.) – **Visões do Golpe** – A Memória militar sobre o golpe de 1964 – RJ – Relume Dumará – 1994.

Amnesty International – Relatório sobre tortura – Lisboa – Arcadia – 1975.

BASSANEZI, Carla – **Virando as páginas, revendo as mulheres.** - Revistas femininas e relações homem/mulher – RJ – Civilização Brasileira – 1996.

_____ -“Revistas Femininas e o Ideal de Felicidade” – In: **Cadernos Pagu** (1) – UNICAMP – Campinas – 1993.

BEAUVOIR, Simone de – **O Segundo Sexo** – Fatos e Mitos – RJ – Nova Fronteira – 1980 – vol. I.

BETTO, Frei – **Batismo de Sangue** – SP – Civilização Brasileira – 1988.

BOSI, Ecléa – **Memória e Sociedade: lembranças de velhos** – SP – Cia. das Letras - 1994

BUITONI, Dulcília – **Imprensa Feminina** – SP – Ática – 1990 – (Série Princípios).

CALDAS, Waldenir – **Iniciação à Música Popular Brasileira** – SP – Ática – 1989.

CARDOSO, Alberto Mendes – **O Pequeno Escalão na Antiguerrilha** – Academia Militar das Agulhas Negras – Corpo de Cadetes – Curso de Infantaria - 1967

CARVALHO, Luiz M. – **Mulheres que foram à Luta Armada** – SP – Globo – 1998.

COLLING, Ana Maria – **A Resistência das Mulheres à Ditadura Militar no Brasil** – Record/Rosa dos Tempos – 1997.

COSTA, Albertina O. – (org.) – **Memórias das Mulheres do Exílio** – RJ – Paz e Terra – 1980.

CUNHA, Maria de Fátima da – “A arte popular e revolucionária nos anos 60” – IN: História – vol. 11 – SP – UNESP – 1993.

_____ – “Expressões da Violência Brasileira: lições da cartilha – guerrilha e antiguerrilha no pós-64” In: **Cultura e Cidadania** – vol. 1 – ANPUH-PR – 1996.

_____ - **Eles Ousaram Lutar ...** - A Esquerda e a Guerrilha nos anos 60/70 – Londrina – Ed. UEL – 1998.

DEBRAY, Régis – **Revolução na Revolução** – s/d – (mimeo.)

DECKES, Flávio – **Radiografia do Terrorismo no Brasil** – SP – ICONE – 1980.

ENGELS, Friedrich – **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado** – RJ – Bertrand do Brasil – 1991.

FERREIRA, Elizabeth X. – **Mulheres, Militância e Memória** – RJ – FGV – 1996.

GABEIRA, Fernando – **O que é isso companheiro?** – RJ – Codecri - 1980

GALVÃO, Mailde P. – **1964. Aconteceu em Abril** – Natal – Clima – 1994.

GOLDENBERG, Mirian – **A Outra** – Estudos Antropológicos sobre a identidade da Amante do Homem Casado – RJ – Record – 1997.

_____ - **Toda Mulher é meio Leila Diniz** – RJ – Record – 1996.

GORENDER, Jacob – **Combate nas Trevas** – SP – Ática – 1987.

GUEVARA, Ernesto Che – “O Papel da Mulher” – In: **Guerra de Guerrilhas** – SP – Edições Populares – 1982.

HOLLANDA, Heloisa B. de e GONÇALVES, Marcos A . – **Cultura e Participação nos anos 60** – SP – Brasiliense – 1987.

JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack – **Lamarca: o capitão da guerrilha** – SP – Global – 1984.

KEHL, Maria Rita – **Deslocamentos no Feminino** – RJ – Imago – 1998.

KOFES, Suely – **Trajetórias, em narrativas** – Campinas – (UNICAMP) – Tese de Livre Docência – 1998. (mimeo.)

LIMA, Ruth R. de – **Nunca é tarde para saber: História de Vida, Histórias de Guerrilha** – SP – USP – 1998 -Tese de Dout. - (mimeo.).

LOBO, Elizabeh e PAOLI, Maria Célia – “Notas sobre o movimento no feminino” In: **Desvio** – ano I – no. 1 – Nov. 1982.

MACHADO, Lia Zanota – “Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade” – In: BESSA, Karla (org.) - **Cadernos Pagu** (11) – IFCH/UNICAMP – Campinas – 1998.

MALUF, Marina – **Ruídos da Memória** – SP – Siciliano – 1995.

MANFREDINI, Luiz – **As Moças de Minas** – SP – Alfa-Ômega – 1989.

MARTINS, Ana Paula V. – “Possibilidades de Diálogo: classe e gênero” – In: **História Social** (4/5) – Campinas - IFCH – UNICAMP – 1998.

MATOS, Olgária C. F. – **Paris 1968: as barricadas do desejo** – SP – Brasiliense – 1989.

MITCHEL, Juliet – “Mulheres: a revolução mais longa” – In: **Revista Civilização Brasileira** – no. 14 – RJ - Civilização Brasileira - 1967.

MORAES, Dênis de – **A Esquerda e o Golpe de 64** – RJ – Espaço e Tempo – 1989.

MORAES, Maria Lygia Q. – **Marxismo e Feminismo no Brasil** – (Primeira Versão) (66) – Campinas – IFCH – UNICAMP – Agosto/1996.

PAES, Maria Helena S. – **A Década de 60** – Rebeldia, contestação e repressão política – SP – Ática – 1992.

PATARRA, Judith L. – **Iara** – Uma Reportagem Biográfica – RJ – Rosa dos Tempos – 1992.

PAZ, Carlos Eugênio – **Viagem à Luta Armada** – Memórias Romanceadas – RJ O Civiliz. Brasileira – 1996.

FONTES:**- JORNAIS e REVISTAS:*****Folha de S. Paulo:***

“Kruel lança manifesto ao país” – 4/3/64

“As greves geram crise e tensão em Pernambuco” – 4/3/64

“Balanço do dia D” – 1/4/64

“Confiança apesar de tudo” – 2/4/64

Correio da Manhã:

“O Último Discurso” – 14/3/64

“Os Golpes e a Democracia” – 19/3/64

Em Tempo

Entrevista de Zuleika Alembert - 8 a 14 de novembro de 1979.

- REVISTAS:

Realidade – maio de 1966 e dezembro de 1969.

Manchete – janeiro de 1968

O Cruzeiro – maio de 1960 e junho de 1969

Vida e Saúde – março de 1960 e junho de 1968

Rascunho da Carta enviada ao Ministro da Marinha em repúdio à quebra de disciplina e hierarquia, nos episódios da manifestação de marinheiros e fuzileiros – 28/3/63 – Arquivo da Marinha – RJ.

Carta enviada pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas aos generais e demais militares do Estado Maior do Exército – 20/3/64 – Arquivo da Marinha – RJ

- **OUTROS:**

Relatório do Inquérito contra Luiz Carlos Prestes – Secretaria de Segurança Pública – DOPS – SP – 1964 – Coleção Cordeiro de Farias – FGV - CPDOC – RJ.

O Araguaia, no. 1 e no. 6 – 1975 – Coleção Daniel A . Reis F ° - Arquivo Público do Rio de Janeiro – RJ.

Coleção **Brasil: Nunca Mais** – Arquivo Edgar Leuenroth – UNICAMP – Campinas.

CARDOSO, Alberto Mendes – **O Pequeno Escalão na antiguerilha** –
Academia Militar das Agulhas Negras – Corpo de Cadetes – Curso de
Infantaria – 1967.

- **ENTREVISTAS:**

Ruth Ribeiro de Lima (13-01-1999)

Elza Correia (28-04-1999)

Tereza Urban (17-06-1999)

João e Maria (Pseudônimos) (20-06-1999)